Docs **Catálise** e **Que Estranha Forma de Vida** pg.18 · **La Jungle Étroite** pg.39 / **Setúbal, toponímia sequestrada** pg.38

mapa: Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 13
MAIO-JULHO 2016
TRIMESTRAL / ANO IV
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

págs. 13 a 17

Em Transição

Estamos em Transição a partir do momento em que travamos os danos ambientais e o consumo energético desenfreado, em que olhamos de modo solidário para a nossa comunidade e economia. É sobre isso que nos falam as Iniciativas em Transição a crescer em Portugal na última década.

Entrevista / A estiva em Sines

Levar a luta dos estivadores a bom porto

págs. 4 a 6

Entrevista com Filipe Gonçalves delegado sindical do SETC em Sines sobre a luta dos estivadores e o modelo de trabalho portuário que quer acabar com a estiva

Reportagem / Curdistão Iraquiano

Viagem à linha da frente

págs. 24 a 28

De Erbil a Kirkuk, passando pelas montanhas de Qandil, uma viagem pela linha da frente da luta do povo Curdo no Curdistão Iraquiano. Ficam os relatos da luta contra o Daesh, do tráfico de pessoas, das mortes, dos desaparecidos e da resposta organizada das mulheres.

Le Grand Frère

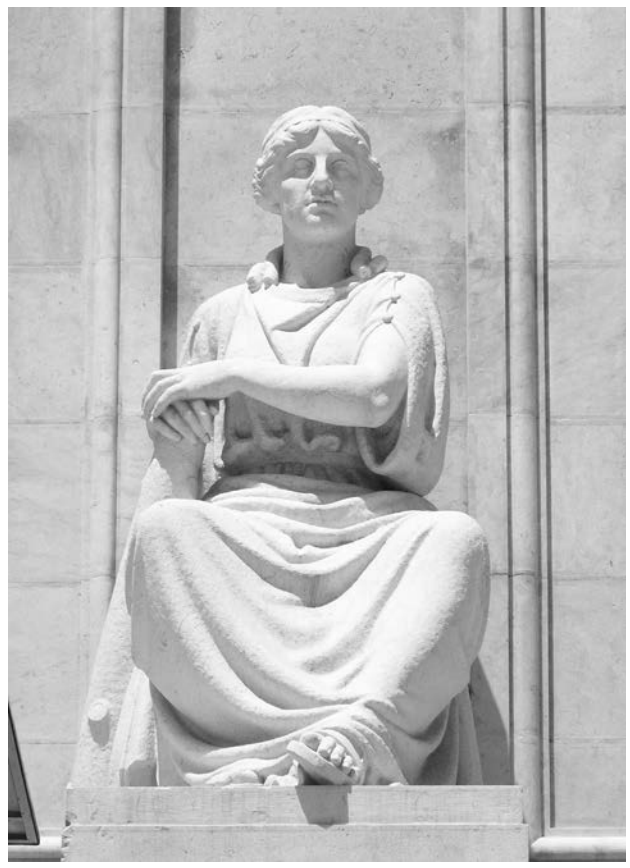
págs. 7 e 8

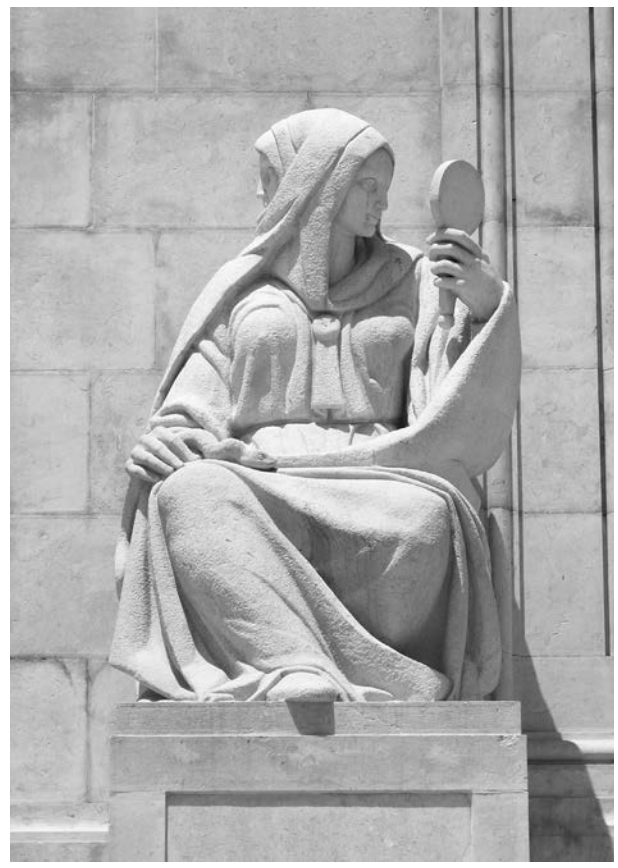
A lei *Passenger Name Record*, aprovada no parlamento Europeu, é apenas a ponta de um *iceberg* de medidas securitárias que emerge a reboque da luta anti-terrorista.

Europa a todo o gás

págs. 9 a 12

Na sequência do COP21, a Europa mostra as suas credenciais "verdes", com um plano que a tornará no maior mercado mundial de gás natural.





O mundo possível

A chamada esquerda parlamentar viabilizou o orçamento de estado apresentado pelo PS. Com a viabilização do orçamento, viabilizou-se também a permanência do Partido Socialista no governo. Era essa, aliás, a consequência desejada. Uma novidade histórica. Um orçamento que, dois ou três anos antes, seria rejeitado por ser ainda demasiado na linha dos anteriores, conseguiu passar com os votos da franja anti-austeritária do parlamento. Explicaram-nos que isto era o que pediam os tempos excecionais que vivemos, em que a escolha se resume a um muito mau ou a um mal menor. Não era o orçamento ideal, longe disso. Era o orçamento possível. E, por consequência, o governo possível. Há pouco, o governo possível assinou, como membro da UE, um acordo com a Turquia de reenvio para território turco dos novos migrantes e refugiados que cheguem às ilhas gregas. Um acordo que não cumpre o direito internacional de asilo e que muitas personalidades e organizações ligadas aos direitos humanos consideram próximo duma sentença de morte para milhares de pessoas. Que teve até a oposição do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Poucos dias depois, a esse gesto de assinatura por procuração que quase pode parecer dum automatismo etéreo, o governo possível acrescentou o bem mais real envio de 34 peritos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para "apoiar as autoridades gregas na implementação do processo de readmissão para a Turquia", de acordo com nota de 1 de Abril do Ministério da Administração Interna liderado por Constança Urbano de Sousa. O mesmo governo possível que, ainda a nível europeu, prepara medidas draconianas de controlo, vigilância e repressão e que as aplica já numa militarização inaudita das ruas das cidades, onde a presença de polícias de metralhadora em punho deixou de ser estranha. O governo possível que, há dias, exigiu serviços mínimos aos estivadores em greve, pactuando com o despedimento colectivo encapotado que o porto de Lisboa tenta levar a efeito. A chamada esquerda parlamentar aproveitou para demarcar o seu território. Insurgiu-se contra o acordo UE-Turquia, terá criticado o envio dos 34 peritos do SEF, vilipendiará o policiamento demasiado visível e agressivo das urbes, franzirá o sobrolho aos serviços mínimos que o governo decretou para quebrar a greve dos estivadores. Mas não pensa que essas são questões que podem transformar o governo em impossível. E mantém o apoio parlamentar. O fundamental, depreende-se, é evitar que uma direita vil imponha doses impiedosas de austeridade. Só isso parece interessar. Tudo o resto, mesmo que implique uma vida em estado de emergência permanente, mesmo que signifique a morte de milhares de seres humanos, parece submeter-se à gestão do monstro austeritário. Esta redução da política à economia é talvez a marca mais visível da derrota absoluta da opção eleitoral de projectos que se pretendam de transformação social. A imagem de António Costa, ladeado por Catarina Martins e Jerónimo de Sousa, a enviar agentes do SEF para ajudarem Tsipras a devolver refugiados para a morte certa de que tentavam escapar seria um belo retrato fúnebre. Mapear as experiências que hoje, com as suas ideias e as suas práticas, as suas construções e as suas resistências, nos propõem possibilidades futuras parece-nos bastante mais acertado do que perder tempo com o jogo parlamentar. Experiências que acreditem nas pessoas ao ponto de proporem a sua auto-organização. Que enviem a economia para o seu papel de ferramenta e que identifiquem a ideologia do crescimento económico infinito como um elemento de insustentabilidade e não de salvação do que quer que seja. Que coloquem a vida, nos seus sentidos biológicos e filosófico, como farol das acções. Um Mapa que mostre trilhos que nos permitam desbravar caminhos no actual deserto.

APOIA A INFORMAÇÃO ALTERNATIVA

Guilhotina.info – twitter e facebook/guilhotina.info
Indymedia Portugal – pt.indymedia.org
Jornal Mapa – em papel ou em jornalmapa.pt
Portal Anarquista – colectivolibertarioevora.wordpress.com

Estivadores de Sines: entre o medo e a luta

Em Portugal falar dos estivadores é sinónimo de combatividade. Mas se no Porto de Lisboa os estivadores já deram contas de quanto vale a solidariedade nas ruas, o que se passa em Sines? Falámos com Filipe Gonçalves, o delegado sindical dos 22 associados que, desde 2014, recusam o silêncio entre os 700 estivadores que trabalham naquele que é o modelo portuário de *excelência*, feito à custa de salários mínimos e da desqualificação profissional da estiva.

JOSÉ SMITH VARGAS

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Em Portugal falar dos estivadores é sinónimo de combatividade. Mas se no Porto de Lisboa os estivadores já deram contas de quanto vale a solidariedade nas ruas, o que se passa em Sines? Falámos com Filipe Gonçalves, o delegado sindical dos 22 associados que, desde 2014, recusam o silêncio entre os 700 estivadores que trabalham naquele que é o modelo portuário *de excelência,* feito à custa de salários mínimos e da desqualificação profissional da estiva.

Falar de sindicalismo hoje em dia resulta em falar de impotência. A lamúria está ao nível do descrédito que atinge a classe política e não poderia ser de outro modo. São cara e coroa da mesma moeda que edificou o sindicalismo de Abril num corpo de profissionais reformistas que se eterniza a si mesmo longe do mundo do trabalho. Os estivadores do Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal (SETC) deixaram cair um (e mais do que um) petardo nesse sindicalismo. Desde o auge dos protestos em 2012 o sindicalismo dos estivadores é sinónimo de combatividade, solidariedade e internacionalismo. Não gritam "Um por Todos e Todos por Um" da boca para fora. O grito vem de dentro e esse orgulho de família incomoda as cliques partidárias – e a CGTP – perante uma verdadeira claque de trabalhadores. E claque, aqui, não desmerece o sentido de classe.

O que está em causa desde o início permanece e é a razão das greves convocadas este ano. Como antes, está em jogo *"uma ofensiva que tem como objectivo assegurar o poder patronal nos portos, de forma a generalizar a precariedade e a promover a desqualificação numa profissão submetida a condições de trabalho particularmente duras e perigosas"*[1]. A precarização tem a sua bandeira no modelo portuário de Sines. Aí o ruído dos estivadores não se ouve e a PSA, a multinacional Autoridade Portuária de Singapura, impôs a sua "paz social" com o controle do Sindicato XXI.

Em 2014, Filipe Gonçalves, siniense de 38 anos e filho de estivador, disse basta. Deu um passo em frente, farto de *"estar constantemente a ouvir mentiras de um sindicato que é do patrão e que defende meia dúzia"*. Nunca mais teve uma vida fácil. Isso não o desmotiva, porém, de lutar nesse outro sindicalismo que foi encontrar no SETC. Não sem antes *"ver se era viável ou não, quais as ideias deles, como funcionavam, se tinham algumas ligações* à *CGTP, UGT… tive esse cuidado pessoalmente. Acabei por perceber que eram um Sindicato apartidário, sem filiação a nenhuma dessas organizações; um sindicato que está ligado ao IDC* [International Dockworkers Council], *uma organização internacional muito bem estruturada por estivadores que fazem a luta do coração, pois para nós não há fronteiras, não há barreiras, não há muros, nem arames farpados e lutamos todos pela mesma causa."*

Esse não é o espírito que prevalece em Sines, onde o SETC reúne neste momento apenas 22 associados num universo de 700 trabalhadores, dos quais cerca de 300 estão associados ao Sindicato XXI. É preciso entender como se chegou a esta situação.

A ESTIVA EM SINES

A história que Filipe Gonçalves nos conta é relatada com indignação. Esta é também a história de Sines, cuja vocação piscatória foi relegada para último plano quando assumida, desde o Estado Novo ao Gabinete da Área de Sines dos anos 70, como a grande aposta da industrialização portuguesa, trazendo nos anos 80 e 90 *"um grande desenvolvimento a Sines"*. Algo que não se sente hoje à sua volta. Aqui, a grande aposta foi e continua a ser o sector portuário. *"Em 2003, a PSA arranca com estivadores que já estavam no Porto de Sines, mas que eram estivadores que faziam carga geral no terminal do carvão. Nesse arranque e com essas pessoas conseguiu-se que os primeiros estivadores que vieram para o Terminal XXI tivessem um salário justo. A partir do momento em que há um conflito, os estivadores do terminal do carvão da Eporsines* [empresa de trabalho portuário] *separam-se da PSA, a PSA consegue contratar alguns desses estivadores para o grupo deles e, a partir daí, começam as negociações para liberalizar o trabalho portuário. Aliás, quando a PSA mostra interesse em se instalar em Sines com o governo da altura, tenta logo mudar as leis do trabalho de forma a ter mão de obra mais barata;* não o conseguiu de uma forma, *conseguiu-o de outra: o seu plano B que era criar um sindicato amarelo."* Aceitaram *"que se criasse uma empresa fictícia que é a Laborsines, detida pela PSA. Os sócios gerentes da Laborsines, que é a empresa que me paga,* são sempre administradores da PSA*". "Meia dúzia deles venderam o nosso futuro e deixaram-nos nesta situação. Foi essa luta em 2003 e 2004 que afastou o sindicato de Lisboa deste sindicato que se formou aqui, pois o sindicato de Lisboa sempre achou um absurdo passar de salários minimamente aceitáveis para salários mínimos nacionais. E este Sindicato diz, a dada altura, que é melhor um ordenado mínimo que um ordenado de 1000, 1200."*

Mencionámos a Filipe Gonçalves o obituário do advogado – e dirigente benfiquista – José António Martinez, falecido dias antes, e veiculado pela MSC (o armador suíço que opera em Sines elogiando o Terminal XXI pela *"sua rápida operacionalidade, alheia a quaisquer constrangimentos"*). O elogio fúnebre era o de ter sido a pessoa que *"concebeu e negociou o acordo de estiva vigente no Terminal, dotando-o do mais avançado e eficiente contrato de trabalho deste sector no País. (…) modelo contratual* [com] *que a atual lei do trabalho portuário foi feita."* Tendo sido "*determinante na relação com os trabalhadores deste setor do Terminal XXI, dirimindo questões e encontrando sempre soluções adequadas que garantiram a paz social vivida naquele Terminal"*[2]. A reacção é imediata: *"É tudo mentira! Esse homem liberalizou o trabalho portuário, esse homem ameaçou estivadores e fez da estiva em Sines o que ela é hoje: as pessoas vivem no limiar da pobreza. Quando foi criada a Laborsines – empresa fictícia – dois dias antes de começar a trabalhar, esse homem dirigiu-se a nós pessoalmente, os primeiros trabalhadores, e disse-nos: 'Quem tiver unhas vai tocar guitarra. Vocês neste momento estão com ordenado, incluindo o subsídio de turno, de 740, mas daqui a 8 meses, quem mostrar que consegue ser estivador passará para um salário base de 950.' Atingi esse salário quase 9 anos depois! Esse homem mentia e juntamente com o Sindicato XXI e a empresa, liberalizou totalmente o trabalho portuário. Eu tenho um contrato sem termo de uma empresa de trabalho portuário para cedência de pessoal, coisa que era impossível ter acontecido se essa gente não tivesse criado esta situação."* A liberalização do trabalho portuário reside na *"substituição dos actuais trabalhadores portuários por outros trabalhadores a contratar, não só em condições precárias, como também em condições remuneratórias substancialmente inferiores"* com o *"intuito de aniquilar os actuais profissionais da classe"* como consta do pré-aviso

> Uma cidade que vive com salários mínimos e no limiar da pobreza não é uma cidade que se vai desenvolver, muito pelo contrário, vai afundar-se socialmente cada vez mais. Como é que uma cidade se desenvolve quando os milhões e milhões de euros que aquela empresa gera desaparecem de lá, não sei se para o Panamá ou para onde…

de greve de Abril deste ano do SETC.

O MODELO PORTUÁRIO QUE QUEREM VENDER

E é *"precisamente este o modelo que eles querem implementar em Lisboa. É contra este modelo que neste momento os estivadores em Lisboa, Setúbal e na Figueira da Foz lutam"*; um modelo defendido por *"todos os governos que têm passado, o que para mim não faz sentido. Uma cidade que vive com salários mínimos e no limiar da pobreza, não é uma cidade que se vai desenvolver, muito pelo contrário, vai afundar-se socialmente cada vez mais. Como é que uma cidade se desenvolve quando os milhões e milhões de euros que aquela empresa gera desaparecem de lá, não sei se para o Panamá ou para onde... Eu sei é que a população de Sines em nada beneficia com aquilo. Há emprego, mas com salários de 530; 10% dos trabalhadores têm bons salários, os restantes ganham o ordenado mínimo."*

A diferença salarial da estiva de Sines a par da desqualificação profissional é a principal luta do Sindicato dos Estivadores. Perguntamos, pois, que sentido faz hoje o título do jornal Público em 2012, no auge das lutas: "Porque são os estivadores de Lisboa ricos e fortes e os de Sines pobres e fracos"[3]? *"Faz todo o sentido. Pegando nas declarações do responsável do Sindicato XXI na altura (o mesmo ainda hoje) vemos que ele assume que o sindicato foi criado para defender os interesses do patrão e da empresa. Assim continua hoje tirando um pequeno sector, os operadores de grua, que com esta última direcção, em três meses, definiram o seu futuro. São eles 6 ou 7% dos trabalhadores, ficando todos os outros à parte e não havendo qualquer negociação. Tens um vencimento que é o ordenado mínimo, que são 530, incluindo sábados, domingos e feriados. Porque é que os estivadores de Lisboa são ricos e os de Sines pobres? Porque estivadores que tinham as mesmas condições dos estivadores de Lisboa e que estavam em Sines entregaram a estiva para preços do salário mínimo nacional."*

Para Filipe Gonçalves *"as prioridades aqui são um salário igual a todos os estivadores nacionais. E toda a gente se queixa disso e está contra os salários aqui praticados, mas só no facebook. Ninguém tem coragem para lutar directamente e no terreno"*. O que pesa nas suas palavras é, no fundo, a diferença entre Sines e os estivadores em Lisboa, cerca de *"300 que funcionam em família"*. *"Esse espírito de família foi quebrado aqui em Sines. Desde logo porque criaram categorias profissionais dentro da empresa, dividindo para reinar. A dada altura, quem era de Sines não era contratado. Iam buscar pessoal às aldeias mais próximas – e não é que as pessoas das aldeias sejam menos do que nós, atenção. O problema é que essas pessoas dos montes, dos sítios isolados, que trabalham e não falam, que estão habituadas a andar atrás dos animais, que não estudaram muito, não reivindicam, não sabem o que é a cidadania, o que são direitos e o que são deveres. Assim se foi recrutando pessoal, bem como através dos que já lá estavam e indicavam que esta ou aquela era boa pessoa para lá… Tudo isto foram factores que bloquearam. Esta coisa do sindicato, juntamente com a empresa, dividir as pessoas por sectores fez com que houvesse uma divisão. Criaram-se nichos dentro da própria empresa de trabalhadores de elite e trabalhadores reles e isso foi a estratégia mais eficaz que eu vi ali. É o mesmo que o capitalismo. Ainda que não concorde com ele, está melhor do que nunca: o rico cada vez mais rico, o pobre cada vez mais pobre."*

Em 2014, Filipe Gonçalves, siniense de 38 anos e filho de estivador, disse basta. Deu um passo em frente, farto de "estar constantemente a ouvir mentiras de um sindicato que é do patrão e que defende meia dúzia".

> Por que é que os estivadores de Lisboa são ricos e os de Sines pobres? Porque estivadores que tinham as mesmas condições dos estivadores de Lisboa e que estavam em Sines entregaram a estiva para preços do salário mínimo nacional.

DIVIDIR PARA REINAR. ISOLAR PARA REPRIMIR.

Da entrada do SETC em Sines, recorda Filipe Gonçalves, que logo *"aquando da primeira reunião houve chefes de turno a ameaçar diretamente o pessoal que mudasse. Mudámos em Julho [2014], e em Setembro os que mudámos de sindicato fomos todos submetidos a testes de urina presenciais, coisa que é ilegal. Chamados todos em frente a médicos, enfermeiros: toma lá um frasco e agora mija para aí. As ameaças, e depois os testes, levaram a que de um universo de mais ou menos 100 homens que queriam dar um passo em frente, no final ficassem* só 15 e agora, *passados dois anos, somos 22. Temos vindo a conseguir muito lentamente mais alguns associados e também perdemos alguns devido às ameaças e à pressão"*.

Razão para em Janeiro deste ano terem-se reunido em Sines os estivadores do SETC e da IDC vindos de toda a Europa numa conferência sobre o trabalho portuário. Semanas depois apresentaram uma queixa à PSA referindo não apenas a intimidação à liberdade de associação, assédio e ameaças de chefias superiores, como a segurança deficiente e os acidentes (a queda e morte em 2013 de um estivador, sem ter sido ainda concluída a causa do acidente, tal como outro acidente em Outubro de 2015)[4]. Quanto a Filipe Gonçalves, este foi em 2015 retirado de funções: *"estou a trabalhar numa portaria, mas tenho capacidades para fazer mais e isto foi feito de forma a estagnar o meu salário. Eu ali não tenho evolução salarial e sou o exemplo para os outros"*.

O QUE FAZ A DIFERENÇA?

Para este delegado sindical *"há uma diferença abismal. Nós defendemos os estivadores como um todo, se vais para a estiva tens a tua carreira, mas ao contrário de outros sindicatos que defendem as pessoas sector por sector – dividir para reinar – defendemos o sector portuário como um todo. E depois defendemos outras coisas, nós defendemos as outras profissões e uma vida melhor para o nosso país e então acabamos por sair um pouco para além da estiva. Ontem os nossos colegas do IDC fizeram uma doação de 20 000 para o combate ao cancro infantil em Espanha. Há toda a componente solidária, toda a preocupação com o bem-estar, com o futuro do ser humano. O ser humano tem o direito a ter uma vida digna e já que trabalha tem direito a um salário, tem de ter direito a estar com a família. E é toda esta filosofia e o facto de não estarmos ligados a nenhum partido político que nos dá mais liberdade para criticar… mais liberdade para sermos quem nós queremos ser ao fim e ao cabo."*

Para a historiadora Raquel Varela, na comunicação apresentada na conferência de Janeiro de Sines: *"os estivadores não são excepcionais. Excepcional e suicidário foi o padrão de sindicalismo que se viveu em Portugal nas últimas décadas e que sistematicamente negociou a conservação de direitos para os que estavam e aceitou a precarização dos que vinham."* Os estivadores apenas defendem o mais elementar e básico, pois *"um sindicato ou é para ganhar direitos para quem trabalha ou não serve para nada. Este é um exemplo, aliás, de reformismo sindical. Os estivadores não colocaram directamente em causa o poder político, nem estão associados a uma estratégia revolucionária de derrube do Estado. Não questionaram o modo de acumulação capitalista, nem pediram a nacionalização dos portos. Fizeram o mínimo para si e para os seus, e esse mínimo, hoje, paradoxalmente, surge como revolucionário, tão baixo é o padrão de onde partimos ao fim de quatro décadas de pacto social, moldados pela incapacidade de lutas sociais que ganhem direitos laborais mínimos de civilização."* A independência do Sindicato dos Estivadores para Raquel Varela, ligada a este de perto, *"manteve-o longe da estratégia de subordinar as lutas ao fortalecimento dos partidos da oposição, à ideia de uma saída eleitoral para as questões laborais. Ao fim de 40 anos de democracia representativa, é por demais óbvio que os direitos laborais nunca foram aí conquistados, mas aí, sim, perdidos. O tema é tabu, mas não podemos deixar de abordá-lo: o sindicalismo em Portugal não é sequer um sindicalismo reformista clássico, muito virado para lutas corporativas e de sector, ele é, maioritariamente, uma correia de transmissão da estratégia eleitoral dos partidos políticos e essa estratégia eleitoral, que oferece a quimera de que é nas eleições de quatro em quatro anos e não nos locais de trabalho que se muda a vida, tem sido uma estratégia suicidária."*[5]

Solidariedade sem fronteiras

O dia seguinte à conferência foi para Filipe Gonçalves um dia normal. No fim de contas *"a PSA também tem consciência que a*

Estivadores do IDC no Porto de Sines em Janeiro de 2016.

nível mundial somos muitos, *tem consciência que ainda que eu seja um pobre rato no meio disto tudo tenho muito apoio. Tenho consciência por isso que se algum dia eu me dessindicalizasse no outro dia a seguir estava na rua. A minha garantia é o sindicato, tanto o nacional como o internacional".* Esse sentido de solidariedade é a marca dos estivadores. Recorda por isso a luta de 2012 e como esse internacionalismo foi fulcral: *"Sines é amarelo, aceita os navios desviados, Leixões* é *amarelo e aceita os navios desviados. Só que o navio que foi carregado pelos fura-greves e sem categoria profissional, chega a Algeciras e os nossos do IDC dizem: 'este navio pode atracar aqui, mas nós não vamos trabalhar nele'. O navio vai para França. Em França disseram logo: 'nós não descarregamos esse navio'; e vai para a Dinamarca e novamente: 'nós não descarregamos esse navio'… Foi assim que os nossos companheiros europeus disseram: esse navio carregado pelos fura-greves aqui não descarrega. E foi aí que começaram as negociações com o sindicato.* É e*ssa a força que nós temos."*

Mas nessa marca de solidariedade sem fronteiras, a manifestação de nacionalismo expresso pelos estivadores quando é visto como de direita surge como um incómodo, aliás, manifestado pelo coordenador europeu do IDC, Anthony Tétard, perante uma fugaz intervenção nesse sentido de um estivador de Lisboa na conferência de Janeiro em Sines. O discurso de nacionalismo - seja ele de direita, seja ele patriota de esquerda - resulta claramente numa contradição que se adivinhe não ser consensual no sindicato. *"Não é de todo consensual"*, diz-nos Filipe Gonçalves, *"eu sou um cidadão europeu, um cidadão do mundo. Preocupo-me com a estiva na minha terra, em Lisboa, em Espanha ou na Argentina. Quando um estivador está mal eu estou mal também, e é com esse espírito e essa filosofia que luto e* é o que *defendo. A pergunta* é *pertinente, muita gente já a fez e muita gente afirma que existe nacionalismo dentro do nosso sindicato. Obviamente que, como cada um é livre de ser aquilo que quer, eventualmente poderá haver. Acusam-nos de ser os No Name Boys, a Juve Leo, isto e aquilo, mas muito sinceramente não me revejo nisso, nem tenho facilidade em responder acerca disso porque nunca o senti."*

Não faltam ao pequeno grupo de associados de Sines provas de solidariedade. *"No* mês pass*ado [Março] recebemos um comunicado de toda a costa Este dos Estados Unidos a dizer que estão dispostos a parar os portos deles, dispostos a não carregar nem a mandar nada para Sines por solidariedade para connosco. Temos todos os portos europeus com essa vontade também, mas claro que eu digo que não. E não porquê?* É *preciso massa crítica, é preciso pessoas, é preciso termos associados suficientes. Não nos serve de nada os outros portos pararem ou tomarem uma ação de luta para nos ajudarem quando os de Sines não têm coragem para se associar e não têm coragem para lutar."*

CORAGEM E CAPITALISMO

Para Filipe Gonçalves a situação na estiva de Sines não é desligada das condições sociais mais amplas. *"O que falta aqui é coragem das pessoas. É o zé povinho português de uma vez por todas dizer basta. Está-se sempre a dizer 'cuidadinho, cuidadinho… se tu mudas de sindicato estás lixado, se tu mudas estás lixado'. Estão sempre lá as vozes de consciência que são muitas, desde o pessoal do sindicato amarelo a chefias e diretores, e isso retrai as pessoas, bem como a tal mentalidade: 'ganhas 600, vives na casa do pai e vais comprar um carro e ficas com uma prestação de 500 e 10 anos a pagar 500 de um carro topo de gama'. Durante esses 10 anos vão estar calados de certeza. Assim se mantém o povo sereno… endivida-te meu filho, que é para estares caladinho e trabalhares a preço baixo."*

Haverá então lugar no sindicalismo para a crítica ao capitalismo? *"Poderá existir. Eu não critico o capitalismo por si, eu critico é a exploração e escravatura das pessoas. O capitalismo existe e temos de viver com ele, agora não temos de ser escravos do capitalismo e podemos e devemos combater isso mesmo"*. No mesmo sentido responde quando perguntamos que atenção merece o enquadramento geoestratégico de Sines enquanto estrutura portuária com maior crescimento na actualidade; para lá do Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas nacional, enquanto peça essencial da estratégia mundial do tráfego marítimo e das suas grandes corporações, reflectida em acordos como o TTIP (Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento). A preocupação é *"muita, ainda que as pessoas não tenham conhecimento do que é o TTIP, o que é absurdo com as coisas que se estão para aí a criar. Porque ao fim e ao cabo, as grandes corporações, as grandes empresas a nível mundial vão estar no topo da cadeia alimentar e essa cadeia alimentar desaparece porque as pequenas por si só desaparecem. Todos os direitos conquistados a nível de trabalho, a nível social, todos esses direitos irão ser-nos retirados por acordos a que nós nem sequer temos acesso, feitos na coisa mais escura e sombria"*. Por isso *"o sector portuário pode desempenhar um papel fulcral e essencial. Acho que deve ser feita alguma coisa. Tenho feito essa questão a mim próprio, mas também posso e tenho de colocar essa questão em sede própria, em sede internacional em Miami onde vamos ter a nossa assembleia geral da IDC."* Tratando-se de uma questão que lida com toda a forma de organização do trabalho portuário e o facto de este ser nevrálgico na circulação e infraestruturas do mundo económico, a actuação dos estivadores poderá desempenhar um importante papel, pela sua forma e dinâmica solidária, em *"levar a outros a essa engrenagem"*.

/// NOTAS

1 Ricardo Noronha (2012) "A internacional dos estivadores": http://goo.gl/zQ7357
2 http://goo.gl/0S4hll
3 http://goo.gl/K30Fna
4 https://goo.gl/FZ6Uvg
5 Comunicações da Conferência "O Mundo do Trabalho Portuário" realizada em 14 de Janeiro de 2016, no blog do SETC https://oestivador.wordpress.com/

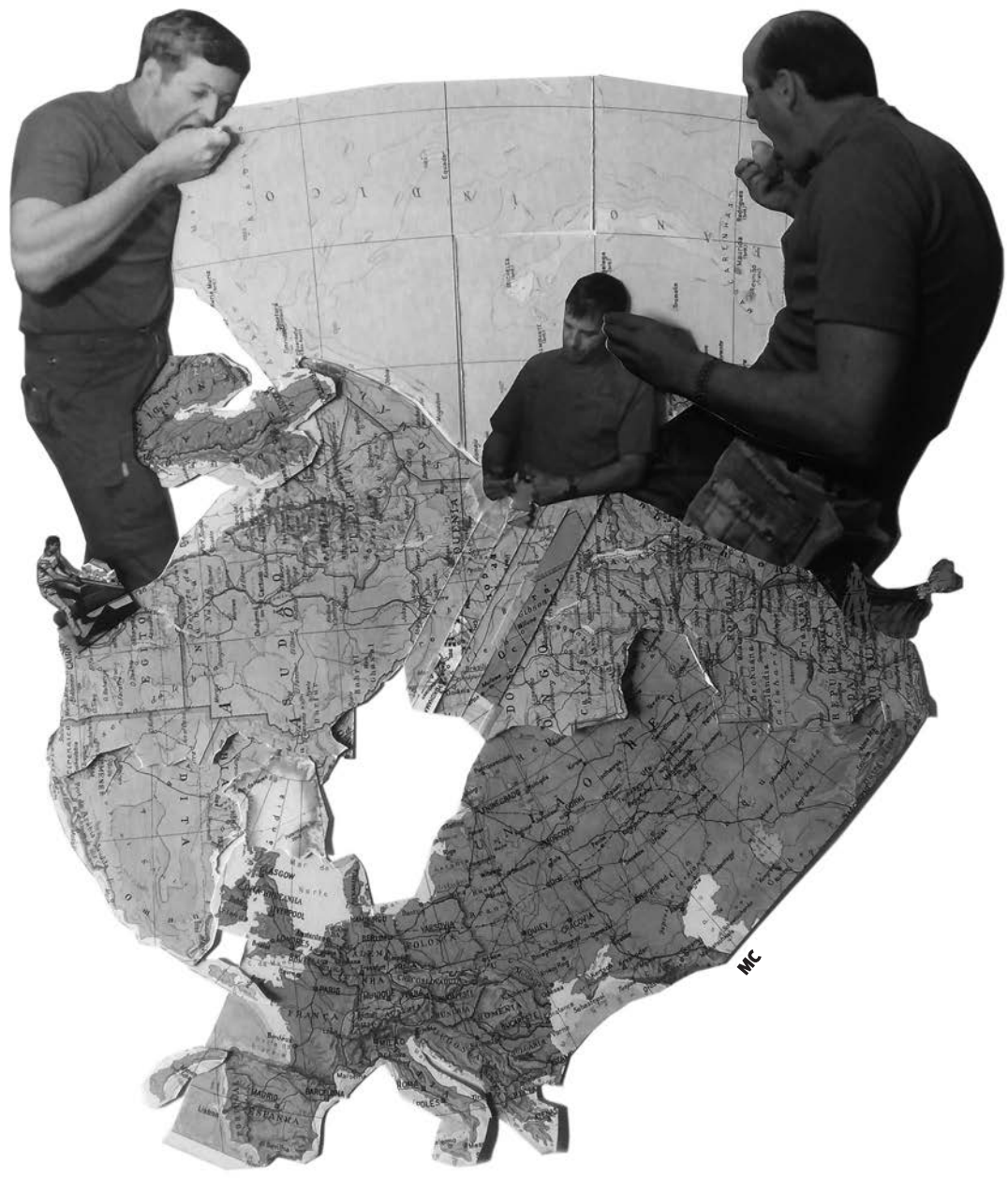
A precarização tem a sua bandeira no modelo portuário de Sines. Aí o ruído dos estivadores não se ouve e a PSA, a multinacional Autoridade Portuária de Singapura, impôs a sua "paz social" com o controle do Sindicato XXI.

Sines é amarelo, aceita os navios desviados, Leixões é amarelo e aceita os navios desviados. Só que o navio que foi carregado pelos fura-greves e sem categoria profissional chega a Algeciras e os nossos do IDC dizem: 'este navio pode atracar aqui, mas nós não vamos trabalhar nele'

UE: a distopia está aqui

A cada nova oportunidade, a União Europeia aperfeiçoa o seu aparelho repressivo e alarga o seu âmbito de acção de vigilância. E ideias há muito rejeitadas, do controlo fronteiriço absoluto ao não menos absoluto acesso a comunicações e dados pessoais, acabam por se impor, transformando a UE num condomínio fechado onde toda a dissidência é um caso de polícia.

TEÓFICLO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT



UMA GUERRA É UMA GUERRA

O Estado Islâmico, ou Daesh como agora é comum chamarem-lhe, é apenas mais uma entrada na lista dos exemplos históricos do feitiço virado contra o feiticeiro. Uma criatura que quer as posses do criador perante quem a criou exactamente para garantir essas posses, numa guerra onde as pessoas comuns pagam com as suas vidas as disputas entre os monstros e seus respectivos cientistas loucos. Como em todas as guerras.

Até há pouco, esta lei do mais forte aplicava-se mesmo a nível global: há mais vítimas na parte pobre do mundo do que na parte rica. Normalmente, porque os ricos põem pobres a lutar em seu nome. Mas, mesmo quando o conflito é directamente entre um estado do mundo ocidental e um de outro lado, é nesse outro lado que o conflito se faz sentir.

No entanto, por vezes, a guerra chega à Metrópole, ao "mundo desenvolvido", a essa espécie de elite planetária. Uma faixa de humanidade que se acha num plano tão superior que já não inclui a guerra na sua vida, nem enquanto possibilidade. Contudo, é de guerra que se trata. Combatida, acima de tudo, no Médio Oriente, mas também em África, é um despique militar por posições estratégicas no acesso a água e combustível. Um conflito entre projectos de poder, diferentes nas suas características, iguais na sua sede de domínio.

Neste contexto, chamar "ataque terrorista" a um episódio de guerra é uma manipulação na qual não se deve cair. Os povos cujos governos os meteram em guerras têm lugar para os críticos e os pacifistas. Os povos-vítimas-inocentes-de-ataques-terroristas unem-se à volta dos seus símbolos e dos seus líderes. Esta discrepância na abordagem faz toda a diferença, abre todas as portas, legitima todos os atentados à liberdade.

Cá, como no resto do mundo onde os ataques são "nossos", não morre o decisor político ou o magnata do petróleo que lucra com as movimentações militares no Médio Oriente. Morrem as pessoas igualmente submetidas ao mesmo mundo que subjuga todos os humanos a interesses que não são os seus. Mas morrem também muitas das liberdades e dos direitos que o projecto de poder ocidental ainda permitia. Num processo em que o criador do monstro, ao querer agora liquidá-lo, acaba por se lhe assemelhar cada vez mais.

As reuniões de ministros da Justiça e da Administração Interna dos Estados-membros da União Europeia (UE) que decorrem no seguimento de ataques em solo europeu acabam impreterivelmente a sublinhar a importância de transformar a Europa naquilo em que França já se tornou, um local em estado de emergência, onde todas as liberdades são subjectivizadas e o poder discricionário das forças policiais é total. Onde raras são as medidas que se orientam para o perigo que se diz combater. Num roteiro de cerca de 250 leis específicas adoptadas em nome do "anti-terrorismo" pela UE desde 2001, em que o alvo aparece tão difuso que dificilmente se pode considerar que seja realmente o "terrorismo".

FRONTEIRAS

Uma das reacções típicas dos dirigentes da UE é falar no reforço de fronteiras. Foi assim a seguir ao Charlie Hebdo, foi assim a seguir aos ataques em Paris, foi assim a seguir aos ataques em Bruxelas. A justificação do "perigo que vem de fora" tem servido na perfeição para uma política hostil nas fronteiras externas da Europa transformada em fortaleza. Uma hostilidade selectiva que recebe os povos com arame farpado, cargas policiais e deportação, ao mesmo tempo que abre os braços em sinal de boas vindas às elites endinheiradas, venham elas embaladas em vistos *gold* ou embrulhadas no mais corriqueiro papel de investimento.

Afirmando, agora, que o perigo vem "de dentro", pretende-se que os guardas fronteiriços – mesmo em viagens dentro do Espaço Schengen, espaço "sem fronteiras" – possam decidir se cada viajante é ou não perigoso e, portanto, se merece ou não revista policial. Até agora, apenas se verificava a autenticidade do documento de identificação.

As negociações dentro do Conselho da UE sobre a (proposta) Guarda Costeira e Fronteiriça da Europa (European Border and Coast Guard), que irá substituir a agência Frontex, estão a desenvolver-se rapidamente. Em breve, o Parlamento Europeu (PE) terá de votar a proposta. Para já, um estudo do próprio PE de Março passado indica que, apesar de não ser um passo revolucionário, "*uma proposta desta complexidade, com (…) um óbvio impacto nos direitos fundamentais, merece consideração cuidadosa. A proposta não responde a algumas questões-chave relacionadas com a responsabilização das actividades operacionais nas fronteiras externas e é susceptível até de acrescentar novas questões à pouco clara divisão de responsabilidades actual*"[1].

> A justificação do "perigo que vem de fora" tem servido na perfeição para uma hostilidade selectiva que recebe os povos com arame farpado, cargas policiais e deportação, ao mesmo tempo que abre os braços em sinal de boas vindas às elites endinheiradas

Esse impacto "óbvio" não se resolveria, claro, se a Frontex se mantivesse. Essa agência de controlo fronteiriço, ainda a 6 de Abril utilizava os ataques em Paris para renovar o pedido de maior acesso a dados pessoais[2], nomeadamente ao SIS, ao VIS, ao Eurodac e aos dados da Europol e da Interpol[3].

Ideias que poderiam ter uma aparência lógica, não se dirigissem a uma questão irrelevante nos casos concretos a que dizem responder: nem um domínio absoluto das fronteiras internas e externas da UE teria impedido qualquer destes ataques. As células do "inimigo" já estão implantadas em solo europeu. Não há estratégia fronteiriça que valha à velha Europa. Trata-se, no fundo, de aproveitar a comoção acrítica da união "anti-terrorista" para aperfeiçoar mecanismos de controlo das populações internas e de bloqueio de entrada dos foragidos dos locais onde esta mesma guerra se sente de forma quotidiana.

DADOS

A partilha de dados entre agências policiais (não apenas fronteiriças) é um outro *must* das reuniões de cúpula da UE. A cada cimeira, novos avanços que levantam sérias preocupações de responsabilidades e direitos fundamentais. E as medidas que se têm tentado implementar há anos, sem sucesso, deram agora passos fundamentais, com os ministros, logo a seguir aos ataques em Paris, a concordarem em apressar os processos para a sua efectivação. A 21 de Abril, de uma reunião de ministros da Administração Interna da UE saiu a informação de que se pretende já um acesso único, à distância dum *click*, para as autoridades pesquisarem dados pessoais, incluindo impressões digitais e *scans* faciais.

"*Estimular a partilha de informações*" é uma forma de dizer colocar todas as bases de dados, de todas as polícias, nas mãos de todas as polícias de todos os es-

tados da UE para seu uso discricionário, é o quadro que cresce a cada "atentado". Um cenário onde as forças policiais decidem em última instância quem pode e quem não pode movimentar-se dentro e para o espaço europeu, apenas de acordo com a sua própria noção do "grau de perigosidade" de cada pessoa. O balanço dos primeiros três meses de estado de excepção em França[4] indica claramente que os "terroristas" não serão os principais visados por estas medidas.

Para além da partilha de bases de dados pessoais, a UE está também a tentar acelerar os processos que permitam que os serviços de informações tenham um maior acesso aos registos de telecomunicações e mais possibilidade de retenção de dados, outras das ideias repetidamente tentadas e rejeitadas. Os documentos saídos da reunião pós-Paris voltam a referir-se a isso, dizendo que é necessário encontrar formas de garantir e obter provas digitais de maneira mais rápida e efectiva. Afirmando também que as autoridades policiais precisam de "*contacto directo*" com os fornecedores do serviço. Noutras palavras, sem necessidade de autorização judicial. Ou noutras, sob controlo absoluto dos governos através das suas polícias. O Conselho da UE deverá reunir em Junho para "*identificar medidas concretas para tratar deste assunto complexo*".

PNR

Uma grande base de dados constituída pela partilha de todas as bases de dados, de todas as forças policiais de todos os Estados-membros da UE, e um acesso sem restrições às telecomunicações não parecem, no entanto, suficientes para "combater o terrorismo". Terão um alcance estreito e um conteúdo limitado. Nesse sentido, a ideia de acrescentar perfis e diversificar campos a preencher não é descabida.

O Registo de Nome de Passageiro (Passenger Name Record – PNR) é um dos passos para esse fim. Apresentada como arma contra o "terrorismo", propõe a recolha e a disponibilização às forças policiais de grandes quantidades de dados pessoais de passageiros de avião, nomeadamente preferências alimentares, datas das viagens, itinerários, número de cartão de crédito, contacto telefónico, nome da agência de viagens, número do lugar, se viaja sozinho ou acompanhado, informação sobre a bagagem. As regras aplicar-se-ão a voos de e para destinos fora da UE, mas os Estados-membros poderão também aplicá-las a voos dentro da UE. Os dados ficarão retidos por um período de cinco anos (ficando "escondidos" ao fim de seis meses).

Até agora, a informação permitida pela directiva de Informações Antecipadas sobre Passageiros (Advanced Passenger Information – API) incluía já o nome, local de nascimento, nacionalidade, número de passaporte e data de validade. E os dados relacionados com datas das viagens e itinerários, por exemplo, estariam já disponíveis no sistema de reservas das companhias aéreas.

O PNR é uma proposta que baila há mais de cinco anos nos corredores de Bruxelas, tendo sido repetidamente rejeitada por questões relacionadas com privacidade, liberdades civis e segurança dos dados pessoais. Mais uma vez, trata-se dum mecanismo que não teria ajudado a evitar o Charlie Hebdo, Paris ou Bruxelas. E, mais uma vez, foi graças a estas "oportunidades" que acabou por ser aprovado, no Parlamento Europeu, no passado dia 14 de Abril. Teme-se agora que a mesma lógica seja em breve aplicada a outros meios de transporte, como comboios ou barcos.

> UE é isto: um mega-estado com um aparelho repressivo cada vez mais refinado, que diz responder a uma ameaça cada vez mais difusa, que transforma a excepção em regra e alarga o conceito de perigoso a todas as pessoas que se interponham entre as forças da ordem e a sua vontade.

Mesmo antes de aprovada, e muito antes dos "ataques terroristas", a ideia já estava a ser posta em prática pela porta dos fundos. Em 2013, foram disponibilizados 50 milhões de euros (Portugal recebeu 976.290) para a criação de sistemas PNR nacionais, iniciando o estabelecimento de uma estrutura de um sistema de vigilância massiva sobre viajantes ainda antes de haver alguma tipo de legislação comunitária[5].

GASTOS

Este apressar de legislação repressiva terá de ser acompanhado por um aumento de gastos (chamados "investimentos") em pessoas, equipamentos, tecnologias, novas armas, novos sistemas informáticos e militares. Um estudo de uma comissão do Parlamento Europeu[6] recomenda um orçamento de "*entre 500 milhões de euros e 3,3 mil milhões de euros por ano para pesquisa e tecnologia de defesa*", para que a UE não fique atrás nesta espécie de corrida ao armamento ao estilo guerra fria que parece existir entre a UE, os EUA, a China e a Rússia. O estudo preocupa-se sobretudo com possibilidades ligadas à robótica, inteligência artificial, veículos militares de controlo à distância, lasers, infravermelhos, vigilância do espaço e radares para além do horizonte.

Noutra recomendação, o estudo diz que "*para implementar este plano, a Agência de Defesa Europeia (European Defense Agency - EDA) é o agente institucional natural da União. No entanto, a EDA tal como está hoje, com um orçamento limitado de 30 milhões de euros por ano e a unanimidade como forma padrão de tomada de decisões, não poderá desempenhar este papel. Assim, a União deveria reconsiderar tanto os meios como a forma de administração da EDA e desenhar a forma de administração para que se adapte ao programa e não ser o programa a adaptar-se à forma de administração*".

A UE é isto: um mega-estado com um aparelho repressivo cada vez mais refinado, que diz responder a uma ameaça cada vez mais difusa, que transforma a excepção em regra e alarga o conceito de perigoso a todas as pessoas que se interponham entre as forças da ordem e a sua vontade. Um território pós-orwelliano de vigilância e controlo de tudo o que fuja à normalidade cidadã, da delinquência mais singela à divergência ideológica, com cidades militarizadas num espaço tornado condomínio fechado onde toda a dissidência é um caso de polícia.

/// NOTAS

1 http://goo.gl/zwBQhd
2https://euobserver.com/justice/132941
3 O Sistema de Informações de Schengen (Schengen Informatopn System) e o Sistema de Informação de Vistos (Visa Information System) são bases de dados de pessoas "suspeitas" (não apenas de "terrorismo") utilizadas pelos 25 Estados do espaço Schengen. A Eurodac é uma base de dados de impressões digitais da UE de todos os requerentes de asilo maiores de 14 anos. A Europol é o corpo policial conjunto da UE, com base em Haia. A Interpol é um corpo policial internacional, com base em Lyon.
4 http://www.jornalmapa.pt/2016/02/19/franca-mais-3-meses-de-estado-de-emergencia/
5 http://www.statewatch.org/news/2014/oct/pnr-back-door.htm
6 http://goo.gl/9huzZe

Europa a todo o gás

Num momento crucial para a indústria petrolífera mundial, esta recebe um impulso decisivo vindo da Europa, com a publicação de um plano que vincula o continente ao gás natural para as próximas décadas.

J. MARTINS
J.MARTINS@JORNALMAPA.PT
GRANADO DA SILVA
GRANADODASILVA@JORNALMAPA.PT

Na edição nº12 do jornal MAPA publicámos uma peça titulada "A (renovada) corrida ao ouro negro", que analisava o estado actual da indústria petrolífera em Portugal face ao panorama internacional, destacando a crescente importância das técnicas não convencionais de extracção para um sector que tem redobrado esforços para manter a hegemonia dos hidrocarbonetos na batalha contra as fontes de energia renovável e sustentável. Nesta peça queremos dar sequência a essa análise, olhando para o papel central do gás natural (GN) nessa batalha e em particular para a importância das infra-estruturas de apoio, como forma de entender o desenvolvimento deste subsector em Portugal, no contexto das orientações estratégicas da União Europeia (UE).

TÃO LONGE, TÃO PERTO

A indústria petroquímica é constituída por uma rede industrial global cuja presença e impacto superam qualquer outro ramo ou sector comparáveis. Os combustíveis – petróleo e derivados, gás natural e carvão, para citar os principais – e o seu uso são centrais à discussão em torno do aquecimento global e a sua extracção, mais do que nunca, marca o tecido vivo do nosso planeta. Apesar disto, como sociedade, em proporção ao relevo e alcance desta indústria, pouco nos debruçamos, mesmo actualmente, sobre os seus efeitos directos e indirectos no ecossistema, na política e sociedade em geral. Esta falha é ainda mais evidente quando falamos das infra-estruturas de apoio, os gasodutos, oleodutos e pontos de armazenamento, essenciais para a indústria e tão mais relevantes quando frequentemente se localizam em proximidade das populações que "servem". Sintoma de um sector cuja expansão decorre abrigada do olhar público em proporção inversa à cada vez maior proximidade e promiscuidade entre governos e grandes corporações do ramo. Por tudo isto, para poder agir, é fundamental estarmos informados, quer acerca do sector e destas infra-estruturas de apoio, quer das políticas "públicas" que as enquadram, cuja definição e planeamento condicionam presente e futuro, nomeadamente no que toca ao investimento e desenvolvimento de alternativas renováveis e sustentáveis.

INTEGRAÇÃO (ENERGÉTICA) EUROPEIA A TODO O GÁS

Antes de abordarmos o caso concreto de Portugal, impõe-se perceber o contexto em que este se inscreve. Qual é a posição da UE em relação ao gás natural como fonte energética, em particular na sequência das resoluções do COP21 em Paris? Quais são as orientações estratégicas decorrentes dessa posição? O uso de gás natural na Europa tem vindo a decair consistentemente. Hoje representa um quarto do consumo energético europeu. Ainda assim, apesar do acordo obtido em Paris, que aponta para a necessidade imperativa de um pico de emissões até 2020 e de uma economia gradual mas rapidamente "descarbonificada", em inúmeras ocasiões e publicações oficiais recentes, representantes ao mais alto nível da UE descrevem o gás natural como um elemento central na sua política energética, pilar da espinha dorsal da política de segurança energética da UE – e fazendo eco da posição oficial do governo dos EUA e da indústria petrolífera – fundamental na transição para a dita "economia verde". Estas posições ganharam corpo e dimensão estratégica em Fevereiro deste ano com a publicação do "*Sustainable Energy Security Package*", documento-programa saído do projecto de prioridade estratégica "Energy Union". O primeiro de três pacotes estratégicos esperados em 2016 que, incorporando as conclusões e agenda do COP21, irão definir a estratégia energética europeia para as próximas décadas, é quase exclusivamente dedicado ao gás natural. Este pacote de medidas de (suposta) segurança energética visa fortalecer a capacidade da UE em resistir a interrupções de fornecimento ou outras crises ligadas à oferta de gás natural. Entre outras coisas, o documento prevê a criação de uma rede integrada de abastecimento e armazenamento de gás à escala europeia, em oposição às redes nacionais ou regionais existentes, a criação de um mercado liberalizado em torno de "Hubs", centros regionais de distribuição que são ao mesmo tempo mercados locais, em oposição aos contratos de fornecimento de longa duração predominantes na actualidade, e a diversificação da oferta, através da criação de novos gasodutos e terminais com vista ao aumento do volume transitável de gás e capacidade de recepção e armazenamento de gás liquefeito (GNL), de forma a tirar proveito de novos agentes de mercado (como os EUA, a Austrália ou o Curdistão iraquiano), e assim contrariar a preponderância da Rússia, que tem uma posição dominante no fornecimento à Europa. Neste contexto, as interrupções parciais de fornecimento que afectaram países do centro e leste da Europa em 2006 e 2009, fruto de disputas entre a Rússia e Ucrânia, têm sido repetidamente citadas por responsáveis europeus, especialmente à luz das recentes tensões geopolíticas em torno desta última. Esta preocupação não terá tido igual destaque quando em 2011 foi inaugurado o maior gasoduto submarino do mundo, o Nord Stream, ligando directamente a Rússia à Alemanha. Financiado conjuntamente pelas duas nações, com a anuência da UE, o gasoduto contornou cinco países de leste que passaram a poder ser privados de abastecimento pela Rússia sem que alguém em Berlim fosse forçado a requentar as batatas no micro-ondas. Um caso exemplar de "solidariedade" acolhido com choque pela maioria dos países do leste da Europa e críticas veementes do departamento de estado americano. Como se tal não bastasse, apesar da estratégia europeia conjunta agora apresentada e apesar da referida "tensão", a Alemanha e a Rússia estão em vias de acordar a expansão do projecto. O Nord Stream 2 duplicará a capacidade existente tornando a Alemanha independente de importações através do leste europeu, com prejuízos (e perigos) acrescidos para os países em causa. É por-

Financiado conjuntamente pelas duas nações [Rússia e Alemanha], com a anuência da UE, o gasoduto [Nord Stream] contornou cinco países de leste que passaram a poder ser privados de abastecimento pela Rússia sem que alguém em Berlim fosse forçado a requentar as batatas no micro-ondas.

tanto neste contexto, de liberalização, integração e investimento em infra-estrutura por um lado e mensagens contraditórias pelo outro, que os recentes desenvolvimentos do sector em Portugal se enquadram.

(QUASE) TODOS OS CAMINHOS VÃO DAR À PENÍNSULA IBÉRICA

Tendo em conta estas considerações, a Península Ibérica fica numa posição favorável para se tornar num importante ponto de entrada e armazenamento de gás para o mercado europeu. Para se começar a perceber porquê, basta atentar às palavras de Gurkan Kumbaroglu, presidente da Associação Internacional de Economia da Energia (IAEE), proferidas em Setembro de 2015 durante o encontro 'Meeting on Energy and Environmental Economics (ME3) na Universidade de Aveiro: "*Há duas regiões da Europa a progredir rapidamente para se tornarem 'hubs' de gás natural: a Turquia na Europa Oriental e Portugal na Europa Ocidental. (…) Os EUA aumentaram o seu peso no panorama global de energia. A Península Ibérica é influenciada por este desenvolvimento e pode tornar-se uma nova porta para a energia na Europa."* A frase "*os EUA aumentaram o seu peso no panorama global de energia*" é uma referência à chamada "revolução de gás de xisto", abordada no número anterior do jornal MAPA. Graças a desenvolvimentos tecnológicos como a fractura hidráulica, durante a primeira década deste século a produção de gás de xisto nos EUA aumentou ao ponto de converter a nação no maior produtor à escala mundial, o que efectivamente transformou o mercado energético norte-americano, tradicionalmente importador, contribuindo decisivamente para a almejada independência energética da nação. A "revolução" está agora a entrar na sua segunda fase, a de exportação. Portugal teve a infeliz honra de estar associado ao que é descrito pelo Embaixador dos EUA em Lisboa como um momento histórico: a primeira exportação de GNL, com origem em gás de xisto dos EUA para a Europa. A 27 de Abril passado deu entrada no Porto de Sines o metaneiro "Creole Spirit" (saboreie quem queira o delicado travo racial), proveniente do terminal GNL Sabine Pass no Texas, propriedade da Cheniere Energy. O "momento histórico" vai muito para além do mero facto de se tratar do primeiro carregamento de GNL derivado de gás de xisto a chegar à Europa. O gás natural é definido como "*high volume, low value commodity*", ou seja, um bem de reduzido valor que deve ser vendido em grandes quantidades para ser lucrativo, o que torna os custos de transporte determinantes para a rentabilidade do investimento. Devido a isto, até há relativamente pouco tempo o comércio de gás natural decorria principalmente à escala regional, à semelhança do que acontecia com o petróleo nos anos 50 e 60. O enorme aumento de produção nos EUA, entre outros factores, levou a uma queda de preço que tornam o GNL americano competitivo nos mercados europeus, o que, a par da reorientação estratégica europeia e consequente investimento em infra-estruturas, pode significar o início de uma nova etapa para o sector, na qual Portugal teria um papel significativo sem que isso represente para a imensa maioria dos portugueses qualquer benefício assinalável, bem pelo contrário. Para que se cumpra este alto desígnio pátrio, torna-se necessário ultrapassar um dos principais entraves à integração efectiva da rede europeia de gás: a ligação entre a Península Ibérica e França. Considerada insuficiente, a ligação a França é feita por dois gasodutos (Larrau e Biriatou) com uma capacidade combinada de 5.36 bcm (*billions of cubic metres*, mil milhões de metros cúbicos) por ano, estando a expansão para 7.1 já prevista. Em 2015, sob o meigo olhar do Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker e do presidente do Banco Europeu de Investimento, Werner Hoyer, Portugal, Espanha e França acordaram a criação do MidCat. Este novo gasoduto, que se espera que comece a funcionar em 2020, permitirá duplicar a capacidade total para cerca de 15.1 bcm, um volume equivalente à sexta parte das importações anuais totais da Europa. Embora o discurso em torno do MidCat se foque em potenciar a ligação ao mercado argelino – de acordo com dados de 2013, a Argélia forneceu através de Espanha e Itália cerca de 7% do gás usado pela Europa – como forma de (já se adivinha) reduzir a dependência das importações à Rússia, basta relembrar as palavras de Gurkan Kumbaroglu ou do embaixador norte-americano para perceber que este não é o único horizonte do projecto.

Enquanto os chefes de Estado se reuniam para assinar um acordo impossível durante a conferência do clima de Novembro de 2015, as ruas de Paris assistiram a protestos desafiando o estado de excepção.

O GÁS EM PORTUGAL

O contexto descrito dá indicações claras de que o sector do gás natural em Portugal está, salvo imprevistos, em vias de expansão, nomeadamente em termos de capacidade de armazenamento. Qual é o panorama actual e que consequências acarreta este desenvolvimento? Todo o gás natural em Portugal é importado. Historicamente os principais fornecedores são a Argélia, através do gasoduto Europa-Magreb, e a Nigéria, que fornece gás liquefeito para o Terminal de Regaseificação de Sines, existindo ainda aprovisionamento resultante de compras nos chamados "spot markets", mercados regionais onde volumes de gás excedentário ou armazenado são transaccionados a curto prazo, como o Mercado Ibérico de Gás (Mibgas). O sector é dominado por dois agentes: a Galp Energia e a REN (Redes Energéticas Nacionais SGPS, SA). Entre muitas outras coisas, a Galp é responsável pela importação – tem contratos de fornecimento de longa duração com a NLNG da Nigéria e a Sonatrach da Argélia, sendo que também adquiriram o GNL que chegou a Portugal no passado dia 27 de Abril. Ao mesmo tempo, a Galp também comercializa gás noutros mercados, nomeadamente o espanhol, que servem em parte através da infra-estrutura nacional. Por sua vez a REN, através da subsidiária REN-Gasodutos, opera a Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN), providencia armazenamento subterrâneo nas cavernas salinas do Carriço no concelho de Pombal através da REN-Armazenagem, e assegura serviços de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL através da REN-Atlântico em Sines. Finalmente, é responsável pela gestão técnica global do Sistema Nacional de Gás Natural, ao abrigo de um contrato de concessão de longa duração (40 anos) com o Estado Português. A RNTGN é composta por 1.375 km de gasoduto a alta pressão divididos em dois eixos: Sul-Norte, de Sines a Valença do Minho, e Este-Oeste, de Campo Maior à Figueira da Foz, com derivação para a Guarda, por sua vez com ligação a Mangualde e Celorico da Beira. A rede nacional está ligada ao sistema espanhol em dois pontos, Campo Maior-Badajoz e Valença-Tuy, sendo que a REN, no âmbito da criação do MidCat, prevê o estabelecimento de uma terceira ligação. Em Sines, no Terminal de Gás Natural (TGN) – onde atracou dia 27 o "Creole

> Há duas regiões da Europa a progredir rapidamente para se tornarem 'hubs' de gás natural: a Turquia na Europa Oriental e Portugal na Europa Ocidental. (...)

Spirit" – o gás liquefeito é recebido, transformado e já sob a forma gasosa, comprimido e injectado na rede de alta pressão. O terminal é composto por uma estação de acostagem para navios com capacidade de 40.000 a 216.000 m^3, três tanques com uma capacidade total para 390.000 m^3 e sete vaporizadores destinados à regaseificação do GNL. Em termos de armazenamento subterrâneo, o Complexo de Armazenagem do Carriço, em operação (e expansão) desde 2002, é composto por seis cavernas salinas, correspondendo a um volume utilizável de gás de 333.4 milhões de m^3 (Mm^3). Estas cavernas artificiais foram criadas por "cavern leaching" (ou lixiviação): injecção de grandes quantidades de água doce, que permite a dissolução controlada do sal que compõe o maciço salino. A salmoura resultante é rejeitada e despejada no mar ou, quando viável, utilizada para outras actividades. Em 2012 um estudo de impacto ambiental da Galp (Transgás) e da REN, no âmbito da expansão do complexo, identificava os principais riscos ambientais como: emissões de metano e CO2, perda de biodiversidade devido à construção e manutenção de equipamento, impacto nas reservas aquíferas, nomeadamente pelo rebaixamento do nível freático. A REN dispõe de licença para abrir mais duas cavernas sendo que o local pode abrigar um total de 25, estando estes desenvolvimentos dependentes em última análise do parecer da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Ora, recentemente a REN apresentou à ERSE o seu Plano de Desenvolvimento para o período 2016-2025 (PDIRGN 2015). Tal como nas duas ocasiões anteriores, o plano, que continha inúmeros projectos de expansão entre os quais a referida terceira ligação a Espanha, foi rejeitado (com a excepção de três projectos individuais de pequena dimensão, um dos quais relativo ao reforço da capacidade de extracção-injecção no Complexo do Carriço). Sucintamente, a ERSE apontou, entre outras coisas, a previsível transferência de custos para os consumidores na forma de tarifas mais altas, fruto "*das incertezas inerentes à evolução da procura de gás natural*".

A 27 de Abril passado deu entrada no Porto de Sines o metaneiro "Creole Spirit", (saboreie quem queira o delicado travo racial) proveniente do terminal GNL Sabine Pass no Texas, propriedade da Cheniere Energy.

REDE INTEGRADA, PENSAMENTO DESARTICULADO

Esta rejeição obedece a um padrão de análise. Curiosamente, quem o subscreve não são necessariamente ambientalistas ou activistas, mas analistas do sector, especialistas e académicos. Como referimos, o consumo de gás natural na UE tem caído de ano para ano. O ano de 2014 marcou os níveis de consumo mais baixos desde 1995. A UE no entanto tem constantemente sobrestimado a procura futura e como tal tem sido forçada a revê-la em baixa, todos os anos, desde 2003. Estas previsões, da oferta, da procura, e do consumo, são a base da política de planeamento. A maior parte das projecções e estimativas usadas pela UE apontam para o crescimento do consumo, quando a tendência dos últimos anos mostra o inverso. Este desfasamento pode ter consequências económicas graves perante um pacote de medidas com uma séria componente de investimento em infra-estruturas. Ademais, sabemos por dados da UE que a capacidade industrial de importação de gás existente hoje é suficiente para suprir os níveis de importação previstos até 2040. A capacidade existente permite importar 700 bcm anuais, quando as importações reais orçam as 250, ou seja cerca de um terço da capacidade possível, uma situação definida como "overcapacity", ou excesso de capacidade. Embora isto possa não parecer um problema, equipamentos industriais não utilizados ou pouco utilizados geram custos adicionais e não dão retorno, o que no clima económico actual se torna ainda mais grave. O que torna a consulta dos dados disponíveis na página da GIE (Gas Infrastructure Europe, uma associação de agentes do sector, que mantém bases de dados dos projectos em curso) uma experiência intrigante. Em Maio de 2015, estavam listados em fase de construção 35 projectos (novos e de expansão), existindo outros 95 projectos em fase de planeamento (a maioria novos). Se todos os projectos forem aprovados e concluídos isto representará um aumento de 60% da capacidade de armazenamento de GNL e de 75% na capacidade de regaseificação até 2025, num sector onde os equipamentos actuais têm uma taxa de utilização de 24%. Por outro lado sendo certo que existem assimetrias ao nível do fornecimento de gás na Europa, quando as analisamos mais em detalhe torna-se evidente que a sua distribuição pode facilmente ser encarada como uma oportunidade e não um problema. Em 2013 três países, a Alemanha, o Reino Unido e a Itália, eram responsáveis por mais de 50% do consumo de gás na Europa e se a estes somarmos França, Holanda e Espanha, o total sobe para 75%. Seis países com mercados desenvolvidos, variedade de oferta, redes interligadas, sectores de renováveis em crescimento sustentado e com bons níveis de eficiência energética, ou seja, os mais bem equipados para resistir a crises e onde tendencialmente a procura irá diminuir mais rápido. No reverso da medalha, os países mais expostos a interrupções de gás a partir da Rússia consumiram um total de 7%. Tendo tudo isto em conta, revisitemos os argumentos e a solução proposta pela UE. A excessiva dependência de importações russas, a par de assimetrias no fornecimento geral de gás e falta de conectividade entre redes, representa uma fragilidade estrutural no panorama energético europeu. Ao mesmo tempo, o gás natural é um componente central na transição para uma economia "verde". A solução: um programa de investimento em infra-estruturas a par de medidas de liberalização dos mercados e reforma legislativa, resultando em preços mais baixos, melhor qualidade de serviços e maior segurança energética, com a cereja no topo do bolo de tudo isto beneficiar o ambiente. Ora, por tudo o que foi aqui escrito, é evidente que o problema, se problema é, não tem a gravidade nem a relevância que lhe são atribuídas, e as conclusões são no mínimo questionáveis: a procura está em queda em todos os sectores de consumo há anos, novos gasodutos existentes ou em construção em muito reduzem a "ameaça russa", a Europa tem capacidade industrial que supera três vezes a procura, com vários novos projectos prontos a avançar e as assimetria são muito menos significativas do que se quer fazer crer. Face a isto, torna-se extraordinariamente difícil aceitar de boa-fé os argumentos da UE e consequentemente a solução proposta. Como se justifica então este recente plano de "segurança energética"?

> Ao investir em infra-estrutura, a Europa, que é o maior importador de gás natural do mundo, está efectivamente a dar um sinal aos mercados de que podem continuar a produzir e quanto mais barato melhor.

GÁS NATURAL: VERDE MAIS VERDE NÃO HÁ.

Talvez nos aproximemos de uma resposta ao perceber que as medidas propostas são essencialmente o mesmo que a UE anda a promover desde os anos 90: liberalização e integração dos mercados e rede energética europeia. A Galp não foi criada e privatizada em 2016, nem a miríade de distribuidores regionais de gás que nos batem à porta e telefonam surgiu em Fevereiro deste ano. O pacote recém-publicado é indiscutivelmente mais exaustivo, mais coeso, reflectindo seguramente o novo equilíbrio de forças no centro da política europeia assim como o caminho já percorrido neste processo desde os anos 90, mas traz pouco de novo. O que seguramente não reflecte é a necessidade vital de transformar os nossos sistemas energéticos de forma decidida, inteligente, humana... e rápida. A UE afirma que o gás natural é um componente importante, uma ponte, na mistura energética que sustentará a "União", rumo a uma economia energética "verde", de forma suster um aumento da temperatura média global inferior a 2º C (idealmente até 1.5º C). O corolário desta ideia será que a "revolução do gás de xisto" norte-americano é como tal um factor positivo no combate às alterações climáticas. Em resposta a estas pretensões, inúmeros cientistas, economistas e ambientalistas levantam objecções que importa considerar. Antes de mais porém, convém afirmar claramente que a combustão de gás natural emite muito menos CO2 para a atmosfera do que a de carvão e dos derivados de petróleo. Paralelamente, as centrais de produção de energia eléctrica alimentadas a gás natural permitem dar uma resposta muito mais eficiente às flutuações características da produção de energia solar ou eólica, do que as de carvão. Estes, enfim, são os dois argumentos normalmente oferecidos em prol do gás natural como parceiro ideal da energia renovável. O que aqui fica por dizer é fundamental: o gás natural é maioritariamente constituído por metano, um composto que tem um impacto 36 superior ao do CO2. Pondo de lado a factura energética associada à extracção propriamente dita, as fugas de metano durante a extracção, transporte ou armazenamento são bem mais comuns do que se poderá pensar, ou, dito de outra forma, do que a indústria nos quer fazer crer. Vários casos e estudos recentes vieram confirmar esta realidade. No número anterior do jornal MAPA já tínhamos realçado a fuga de gás no campo de armazenamento de Alison Canyon na Califórnia. Entre Outubro de 2014 e Fevereiro de 2015 a fuga, que não pode ser controlada, emitiu cerca de 100.000 toneladas de metano para a atmosfera, o equivalente a 1% das emissões globais anuais. Tratou-se de uma fuga de grandes dimensões, descrita por alguns como o maior desastre ambiental desde a explosão da plataforma "Deepwater Horizon" e consequente derrame de crude. Há semanas, uma dupla de cientistas norte-americanos confirmou que uma só exploração, o campo de Bakken nos EUA, é a causa principal da inversão da tendência global de declínio dos níveis de etano (outro gás de estufa significativamente mais poderoso que o CO2 que compõe o chamado gás natural) na atmosfera registada desde os anos 80, emitindo em média 250.000 toneladas para a atmosfera por ano, entre 2% a 3% das emissões globais anuais. Outros estudos, não relacionados, publicados recentemente, têm produzido resultados igualmente dramáticos, em locais diferentes e fazendo uso de outras formas de medição. Embora estes estudos sejam especialmente reveladores, existia já um volume significativo de informação que apontava nesta direcção. Por

outro lado, a ligação entre o uso de técnicas não convencionais, como a fractura hidráulica, e o potencial aumento da actividade sísmica está amplamente documentado. No entanto na Holanda, o maior produtor europeu de gás, o campo de Groningen, uma exploração convencional, está a ver a sua produção reduzida, depois de mais de 1000 terramotos de baixa magnitude mas elevada intensidade (o epicentro encontra-se muito mais perto da superfície) terem sido registados. Depois de décadas a negar qualquer tipo de ligação entre o campo e a actividade sísmica, a NAM, empresa que gere o campo, perdeu um processo em tribunal, durante o qual foi forçada a admitir responsabilidade, podendo vir a ter de pagar vários milhões de euros em compensações. Outro caso que não podemos deixar de referir é o da estação submarina de armazenamento de gás de Castor, ao largo de Valencia. Em 2013, a estação foi escolhida como projecto-piloto da iniciativa "Europa 2020", com um investimento previsto de 1.7 mil milhões de euros. Um mês após o início dos trabalhos tinham sido registadas centenas de terramotos de baixa magnitude. O projecto teve de ser interrompido e não foi retomado. Se a estória tivesse acabado aqui, o final não teria sido demasiado mau, mas uma cláusula no contrato do projecto obrigou o governo espanhol a assumir os encargos financeiros do mesmo. A solução encontrada cristaliza a noção de solidariedade defendida pela UE: transferir os encargos para a população espanhola na forma de um aumento na tarifa de gás, estimado em 4.7 mil milhões de euros, pagos ao longo dos próximos trinta anos, num dos países que mais sofreu e sofre com as consequências da crise financeira. Estes são apenas alguns casos que exemplificam que nenhum aspecto da exploração de gás natural é seguro ou sustentável, seja em termos financeiros, ou em termos do impacto ambiental, local ou global e a lista de argumentos está longe de se esgotar. Como não temos razões para crer que os responsáveis da UE desconheçam a lei da oferta e da procura, torna-se complicado racionalizar a conversão da Europa numa plataforma global, um *hub* global, para o comércio e consumo de gás natural, que é o resultado prático desta nova política. Ora, de acordo com os modelos que sustentam o acordo de Paris, quatro quintos das reservas conhecidas de hidrocarbonetos devem permanecer no subsolo para preservar a possibilidade de manter o aquecimento abaixo dos 2ºC, mas a introdução e uso crescente de técnicas não convencionais de exploração veio redefinir (leia-se aumentar) radicalmente o que era entendido por "reservas conhecidas". Ao investir em infra-estruturas, a Europa, que é o maior importador de gás natural do mundo, está efectivamente a dar um sinal aos mercados de que podem continuar a produzir e quanto mais barato melhor. Por sua vez, a pressão exercida pelo baixo preço do petróleo e do gás, no contexto económico actual, torna-se um duplo desincentivo: há menos razão para poupar energia ou para investir em energias renováveis, comparativamente mais caras a curto prazo. A única coisa que poderia tornar a situação pior seria um corte nos subsídios às energias renováveis. Curiosamente, é precisamente isso que vai acontecer a partir de 2017, os subsídios serão efectivamente cortados, quando todos os anos a UE continua a investir biliões em subsídios directos e indirectos à indústria petrolífera.

Em 2011 foi inaugurado o maior gasoduto submarino do mundo, o Nord Stream, ligando directamente a Rússia à Alemanha.

GÁS, AMIGO, O POVO ENDINHEIRADO ESTÁ CONTIGO! GÁS, AMIGO, O POVO...

Chegados a este ponto, independentemente do que possam trazer os restantes dois documentos a ser publicados este ano, poucas dúvidas podem restar de que aquilo estamos a presenciar pouco mais poderá ser do que um enorme subsídio (mal) encapotado à indústria petrolífera. Mais, não apenas um subsídio mas uma autêntica bóia de salvação: artigos acerca deste tema, a ERSE e as próprias publicações da UE referem constantemente a "*incerteza dos mercados*" ou "*da procura futura*". Pois bem, ao dar um claro sinal da direcção a tomar, a UE, o bloco político "mais progressivo" e a maior economia do planeta, elimina em grande parte essa incerteza. Regressemos ao início deste texto. As técnicas de extracção não convencionais, e o gás de xisto em particular, revigoraram a indústria petrolífera. Faça-se um esforço de imaginação: o que é que aconteceria se em vez disto, a maior economia do mundo, adoptasse um programa vigoroso de investimento nas renováveis? Pois... mas não. É esta a traição maior, imensa, desta política. Não são as emissões europeias, por muito más e evitáveis que sejam, é o efeito de escala, é a validação de uma indústria que há décadas se comporta como um autêntico parasita no seio da nossa sociedade e é por isso recompensada! Ao adoptá-la, a UE sinaliza às grandes corporações do sector que o caminho está aberto, que as torneiras não vão ter de fechar. Estamos perante um caso exemplar de manipulação governativa, onde nada falta: a eufemística reforma, as pinceladas de medo e ameaça, os imprescindíveis salpicos factuais e claro, doses cavalares de retórica e interpretação criativa embrulhadas em resmas de "burocratês" para garantir aquele travo característico a vazio democrático que a casa tanto aprecia. A UE demonstra aqui, como demonstra nas negociações do TTIP, cujo conteúdo, esclarecedor, foi agora parcialmente revelado, como demonstrou durante o COP21, que hoje mais do que nunca, não fala em nosso nome, não está ao nosso serviço. É por isso que cada vez mais, por este continente fora e para além das suas desumanas fronteiras, há gentes, comunidades, que se juntam e organizam, que lutam para preservar a sua vida e o seu meio ambiente. A nós cabe fazer o mesmo, fazer mais, face aos mascates do medo, que, cantando velhas cantigas, querem que vivamos num armazém de gás, à beira mar escavado, para "a Europa".

O que aqui fica por dizer é fundamental: o gás natural é maioritariamente constituído por metano, um composto que tem um impacto 36 superior ao do CO2. Ora, Pondo de lado a factura energética associada à extracção propriamente dita, as fugas de metano, durante a extracção, transporte ou armazenamento são bem mais comuns do que se poderá pensar.

EM TRANSIÇÃO

A Transição é um movimento que surgiu na última década com vista a criar comunidades locais mais resilientes. Nascido de preocupações ambientais, é o sentido de Comunidade local que explica o que é uma Iniciativa em Transição. A análise interior de cada um, a confiança mútua e a relação horizontal destes grupos parece assinalar um novo tipo de associativismo. Uma cidadania que recusa ideologias e que à partida soa demasiado vaga e inócua, mas que se revela algo em aberto e potenciador da transformação. Um processo em construção mais do que um modelo.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
FOTOS **VLADIMIR VILZBOROV (TAVIRA EM TRANSIÇÃO)**

A Transição é um movimento e uma linguagem que surgiu nos últimos dez anos enquanto "*movimento consciente e motivado de passagem entre a situação actual e o futuro ideal que ambicionamos*". Fora esta expressão de sonho, a definição mais concreta que regra geral encontramos é o objectivo de criar comunidades locais mais resilientes e com uma cultura humana saudável. Não saímos de generalizações. Mais ainda, quando afinal Transição pode ser isto e aquilo conforme as necessidades e soluções de cada local.

Acabamos por perceber que, nascido de preocupações ambientais, é no sentido da comunidade local – da vizinhança da aldeia ao bairro – que temos que entender aquilo que é uma Iniciativa em Transição. E quando alguém se junta para "agir como catalisador" da Transição, não o faz sem antes se vir a questionar a si próprio num processo de Transição Interior. Mas é o pressuposto horizontal e da confiança mútua destes grupos que marca diferença e assinala um novo tipo de dinamismo associativo.

Cruzámo-nos com a Transição Portugal[1], uma plataforma horizontal que porém credencia as iniciativas a integrar a rede mãe inglesa da Transition Network[2], e através da mesma lançámos por escrito algumas perguntas para melhor entender este movimento que conta com dezenas de iniciativas inscritas na plataforma, entre outras tantas de Norte a Sul de Portugal[3]. Partilham as suas impressões André Vizinho e Sara Serrão, formadores dos Cursos de Transição. Vivem no concelho de Odemira e Sara Serrão, junto com Carmen e Sérgio Maraschin fazem parte da Transição São Luís[4]. Mais a sul, Ângela Rosa pertence ao grupo Tavira Em Transição[5], e da cintura de Lisboa, Fernando Oliveira – também ele da equipa da Transição Portugal – fala-nos da Iniciativa Linda-a-Velha em Transição[6].

Este artigo convida assim a conhecermos o que é isso de Transição. A impressão à partida poderia ser de que se trata de algo demasiado vago e inócuo ou de algo em aberto e potenciador – conforme o olhar crítico que poderíamos optar. Veremos no fundo que não há um modelo da Transição, mas sim processos em construção movendo-se por diferentes campos. Áreas interligadas, como os textos que podemos encontrar neste número do MAPA, com destaque ao de M. Lima em torno das intersecções entre a ecologia, o sagrado e o político, ou as leituras dos documentários *Catálise, Que Estranha Forma de Vida* e *A Selva Estreita* e ainda a entrevista aos gregos da Nea Guinea.

COMUNIDADES RESILIENTES

A Transição tem uma palavra-chave: resiliência. O termo mais pesquisado no dicionário *online* Priberam nos acessos a partir de Portugal em 2015. Sara Serrão explica-nos que "*a resiliência se traduz pela capacidade de retomar o equilíbrio depois de um embate. Considerando as alterações climáticas como esse "embate" a que estamos todos sujeitos no presente histórico da sociedade global,* e além e aquém das alterações climáticas todo o impacto destrutivo da humanidade no planeta Terra e nos ecossistemas locais que nos nutrem e mantêm. *A Transição surge como o processo de procura e de construção do equilíbrio necessário. A primeira parte do processo é tomar consciência do emba-*

te. É olhar e ver a degradação da natureza e o que isso representa, emocionalmente, para cada um/a de nós individualmente. A percepção inclui, assim, entender fenómenos externos - de que forma a conjuntura social, política e económica impacta nos sistemas ecológicos dos quais dependemos – e identificar as crenças e dependências internas que nos fazem compactuar e perpetuar esta conjuntura. No movimento para o equilíbrio, a Transição traz uma série de ferramentas e de histórias de sucessos e de insucessos, que inspiram, apelam à acção e apoiam todas aquelas e aqueles que procuram uma nova história. Assim, o objectivo da Transição é menos propor um modelo e mais criar uma rede de aprendizagem e apoio mútuo, na passagem para a sociedade onde desejamos viver".

Na origem deste movimento há essa percepção ambientalista, já com pelo menos meio século de discussão. É o colapso da ideia de bem-estar generalizado das sociedades industrializadas, dependentes dos recursos fósseis e sobretudo de um sentido de desenvolvimento à medida do aumento exponencial do consumo energético. Perante esse cenário, o movimento de Transição surge a partir das referências fundadoras de Rob Hopkins[7], do plano de redução do consumo energético para a cidade de Kinsale, na Irlanda, e na primeira iniciativa em transição em Totnes, no Reino Unido, em 2005. O que o move é, antes de mais, essa preocupação ecológica inerente à escassez de recursos, mas igualmente uma crítica a uma economia cada vez mais global e menos local. O sonho é transitar para modelos de vivência comunitária assentes na redução do consumo energético e na diminuição das economias locais.

A TRANSIÇÃO EM PORTUGAL

O movimento de Transição é recente na sua origem anglo-saxónica como em Portugal. Em 2010, germinaram os primeiros encontros de um conjunto de projectos que traduziam já em parte a inspiração da Transition Network, cujas primeiras adesões portuguesas foram nesse ano as Iniciativas de Paredes e de Pombal. Por essa altura já o projecto do grupo ecologista GAIA, a residir na Aldeia das Amoreias (Odemira), tornava-se o caso mais exemplar em meio rural[8] a fazer eco da Transição e em meio urbano haveria que mencionar, desde 2013, o Centro de Convergência de Telheiras, Lisboa[9].

A rede social online 'Transição e Permacultura em Portugal'[10] funcionou desde 2009 como primeiro agregador de interessados no movimento, mas veio a ser excluída das iniciativas da Transição Portugal e da Transition Network, sendo-lhe apontada a tentativa de obter uma estrutura hierárquica para controlar o movimento. Criada a Plataforma das Iniciativas de Transição, esta tem desde meados de 2013 cerca de 20 iniciativas registadas. Nesse ano, dos dois primeiros grupos em 2006 (Kingsale e Totnes) estavam já registadas na Transition Network 1116 Iniciativas em mais de 43 países. Esta ONG internacional, secretariada em Inglaterra, anuncia-se como movimento auto-organizado de base em que as iniciativas de transição surgem espontaneamente, de forma gratuita e descentralizada e juntam-se à Rede num processo de credenciação, através de plataformas nacionais associadas. Caso da Transição Portugal.

Carmen e Sérgio Maraschin, do grupo de cerca de 20 pessoas do Transição São Luís, que surgiu em 2013, recordam a época em que participaram no movimento de transição em Totnes. Como a "*Transition Network foi desenhada essencialmente como uma rede de troca de informações após a explosão viral de Iniciativas em todo o mundo. Um passo lógico, útil e necessário*". Ao qual se seguiu "*na percepção da necessidade de assegurar uma certa coerência através de um processo de credenciação, questionamentos acalorados sobre a contradição interna causada por essa imposição, o que seria para alguns sinal evidente de cristalização e assimilação do movimento pelo "sistema". O que temos hoje é uma credenciação voluntária onde o requisito mais importante é a participação no curso básico de transição por uma ou mais pessoas do grupo. O consenso é que isso possa assegurar um mínimo de coerência em termos de processo, mas sem interferir em forma, decisões, objectivos e resultados das iniciativas*".

Carmen e Sérgio acreditam por isso "*que a imposição de uma estrutura vertical à escala nacional, alinhando e padronizando múltiplas iniciativas, conceito esse já debatido e rechaçado em Portugal, sinalizaria o começo do fim do movimento de transição*". Falando pela Transição Portugal, André Vizinho, igualmente a viver no Alentejo litoral de Odemira, ilustra como a rede se "*estrutura neste momento como um apiário em que as diferentes plantas, hortas, pomares ou florestas são as diferentes iniciativas de transição. Neste contexto, a Transição Portugal tem abelhas (pessoas) e colmeias (grupos) que ajudam a promover a polinização e comunicação entre as plantas, hortas, pomares e florestas, ou seja entre as iniciativas de transição. Mais especificamente, a Transição Portugal é uma plataforma em que as várias iniciativas de transição em Portugal se fazem representar através de pessoas. Estas pessoas juntam-se em grupos de trabalho que ajudam a fazer o promover a Transição em Portugal e a criar os espaços de encontro e comunicação que fazem desta, uma comunidade de aprendizagem. Estas acções são a criação de um site, de mailing lists internas, a organização de encontros, a organização de formações, a promoção da comunicação, seja os média ou a Transition Network, ou ajudar a dar a conhecer o trabalho das várias iniciativas umas às outras*".

> A Transição apresenta-se como o processo, o salto de um paradigma indesejado para uma sociedade desejada, e assim sendo não congela as fronteiras das suas concepções políticas, sociais, económicas, antes propõe metodologias de diálogo e integração de vontades

Fora isso considera que "*o movimento de transição é algo que pode ser considerado mais lato do que a Plataforma das Iniciativas. Uma aproximação deste movimento de transição mais lato pode ser encontrada no site da Rede Convergir[11] onde se destacam, além as iniciativas de transição, um grande número de iniciativas que se associam à Permacultura e depois um número grande de iniciativas que abraçam domínios específicos de actuação mas sempre procurando implementar soluções sustentáveis, alternativas e inspiradoras nos domínios da educação, bem-estar, saúde, construção, gestão da terra, comunidade, etc.*".

Como tal questionado sobre que lugar existe na formulação da Transição para outras referências e inspirações, nomeadamente processos locais ou momentos da história portuguesa, para lá do trabalho da Transition Network, André afirma que "*a actividade das iniciativas de transição necessitam de ir buscar referências a muitas fontes e muitos domínios. Sendo claro que a Permacultura é um domínio claramente inspirador e mobilizador para as várias iniciativas, sabemos que tal como os materiais produzidos pela Transition Network, estes são apenas conceitos agregadores onde juntamos imensas actividades e experiências que nos inspiram de uma ou outra forma*". É-lhe difícil *"afirmar quais os momentos históricos em Portugal que constituem inspiração para todos nós. Penso que o 25 de Abril pode indubitavelmente ser considerado um desses momentos mas acima de tudo tenho dificuldade em falar em nome de todos para dizer quais são as referências colectivas de inspiração. Não sei mesmo se ao nível local de cada iniciativa tal seja possível. Sendo o objectivo a inclusão de toda a comunidade numa visão colectiva e positiva de futuro, então temos de assumir que diferentes pessoas têm diferentes referências*".

O Tavira em Transição formou-se no final de 2011 e apenas no ano passado se integrou na rede Transição Portugal. Começou com cerca de 20 elementos e hoje conta com aproximadamente 60 pessoas, num crescimento exponencial ao envolvimento do grupo nas lutas contra a exploração do gás e petróleo no Algarve. Ângela Rosa conta-nos como se encontram "*num ponto de reorganização, de revalidação de princípios para dar início a uma nova etapa ainda mais consolidada e fortalecida dentro dos elos de confiança dos membros, de forma a que possamos abrir e integrar muitas e mais pessoas dentro da substância já criada*". Essa substância não tem um padrão estanque entre os diversos grupos da Transição, inscritos ou não na Transição Portugal. "*Cada sítio, cada grupo de pessoas, cada movimento e circunstâncias cria e ganha características únicas. E isso é*

Por não haver uma visão comum de espiritualidade as pessoas que participam demonstram vontade para encontrar um espaço colectivo de bem-estar, no seio do qual podemos compreender os desafios individuais e ousar mudar hábitos quotidianos

do mais válido e rico, sejam elas quais forem, desde que sejam sustentáveis e positivas, funciona. A questão é essa mesma, de não padronizar as coisas, e deixar que cada iniciativa encontre as suas fórmulas e construa os seus padrões dentro de uma mesma perspectiva que é a da transição", afirma Ângela Rosa.

UM MOVIMENTO CIDADANISTA SEM APELOS REVOLUCIONÁRIOS

Se os objectivos da Transição podem ser assim partilhados no vasto leque de movimentos de cariz ambientalista e de desenvolvimento local, há dois aspectos cruciais que parecem poder vir a marcar a distinção, e por isso mesmo bem mais relevantes do que a mera introdução de uma nova linguagem que de tempos a tempos readaptam velhas formulações. Em primeiro lugar, uma forma de adesão distinta, que privilegia o pequeno grupo no seu território/bairro, que se aproxima por uma visão comum de comunidade local, em vez de ser uma organização grande, com um modelo de hierarquia piramidal. Em segundo lugar, por trazer esse reportório de metodologias e ferramentas de acção coletiva que fogem da contestação típica das margens esquerdistas ou mesmo anarquistas, ou das cartilhas do ativismo ambientalista, para não falar do partidarismo delegado na gestão de poder local.

Para Fernando Oliveira, da iniciativa de Transição de Linda-a-Velha, que surge no final de 2010 e hoje com um grupo estável de 14 pessoas, é esse o grande desafio. "*Estruturas horizontais, lideranças desinteressadas e com o objetivo de serem abandonadas entre outras formas de governança, são formas que fogem ao padrão educacional e nos obriga a repensar a nossa forma de estar em comunidade. É um trabalho muito pessoal, conhecido por Transição Interior, que nos coloca disponíveis para entrar nesta nova aprendizagem de estar em que, cada um ao seu ritmo vai abraçando aquilo em que se sente confortável. Estes processos são lentos e permitem que se criem laços entre os intervenientes, gerando confiança e autonomia a quem lidera um processo*".

A linguagem política e o léxico clássico das ideologias revolucionárias surgem assim claramente afastadas do discurso da Transição. Mas foi na verdade esta tomar da terminologia política dominante a concepção comum da cidadania, o que nos levou a questionar se haveria lugar nesse envolvimento das Iniciativas em Transição com as entidades instituídas e com as comunidades locais para rupturas e alternativas para lá da mera "gestão do existente".

André Vizinho acentua que "*o desafio da Transição é antes de mais o de construir uma visão positiva e participada para cada local. Consideramos que isto é bastante inovador (ao invés de usar a palavra ruptura) pois implica juntar as pessoas de um local para parar e sonhar como gostariam que fosse a sua comunidade, o seu bairro, a sua cidade, a sua rua. Em vez de estar a olhar para as alternativas que já existem, os partidos e as ideologias e os modos de governança que já existem, antes de mais procurar sonhar com o ideal. E depois procurar todas as ferramentas e recursos dentro e fora da comunidade para fazer a transição para essa visão*". Mas ruptura sim, enquanto "*ruptura clara com algumas coisas que vemos actualmente, como seja o facto de em vez de criarmos uma organização para falar em nome dos outros, criar espaços onde todos tenham voz. E isto pode ser feito a todas as escalas. Fazemos também uma ruptura com algumas formas de comunicar como por exemplo a de termos certezas sobre aquilo que fazemos e o nosso modelo de sociedade: temos princípios e sonhos e ferramentas mas não sabemos se isto vai funcionar! Por isso precisamos de ser inclusivos e abertos e trabalhar em conjunto para podermos construir visões partilhadas e soluções flexíveis que se vão melhorando ao longo do tempo. Quanto mais forem participadas e inclusivas as soluções, melhor. Fazemos também uma ruptura com a necessidade de recebermos os louros e os créditos por todas as acções que daqui resultarem na comunidade*".

Para André, o esforço de ser inclusivo não diminui a voz das comunidades e dos grupos em expressar as suas necessidades e direitos. "*Pelo contrário, como membros plenos das comunidades onde nos inserimos, sentimo-nos confiantes para, em conjunto com os nossos conterrâneos, defender o território para que ele possa ser gerido de forma ecológica, socialmente justa e economicamente viável. Precisamente por pertencermos e nos entregarmos ao território, em cada local procuramos debater para encontrar as soluções e não deixar que agentes externos degradem o território ou a comunidade sem respeitarem as pessoas e todos os seres vivos que nele habitam. Mas procuramos que tudo comece com um exercício criativo e inclusivo de criar uma visão positiva para a nossa comunidade*".

Também para Sara Serrão "*há* lugar para a ruptura com o *status quo, e com muita frequência. A primeira ruptura é passarmos, individualmente, do comodismo para sermos activos na nossa comunidade, dentro dos temas que nos tocam e nos apaixonam*". E não deixa de observar que "*na interacção com as autoridades locais, os indivíduos que lá operam também desejam novas formas de estar em sociedade*".

Daí que não creia "*que a cooperação com instituições implique a institucionalização do movimento, tal como não creio que colaborar em plataformas de contestação do sistema coloque a Transição numa atitude co-destrutiva. Através da Transição vejo a possibilidade de dialogar e cooperar com a maior diversidade possível de agentes no território. Existe uma visão ideal de uma sociedade em equilíbrio, logo existe um posicionamento que não deixa de ser político. E tudo isto coexiste. O desafio abraçado pela Transição é, precisamente, como abraçar pontos de vista diferentes quando, no terreno, todos nós ambicionamos uma comunidade saudável e resiliente?*"

Assim, conclui Sara: "*a Transição apresenta-se como o processo, o salto de um paradigma indesejado para uma sociedade desejada, e assim sendo não congela as fronteiras das suas concepções políticas, sociais, económicas, antes propõe metodologias de diálogo e integração de vontades, procurando apoiar os aportes específicos de cada indivíduo e de cada entidade, no nível onde esta actue. Assim sendo, também o diálogo com as entidades de gestão territorial, como a autarquia, é necessário para se implementarem ideias que tenham por âmbito esse território. Se, pelo contrário, o tema a ser trabalhado concerne apenas um grupo social específico, o poder de decisão e de acção concentra-se numa escala mais pequena. É o chamado princípio de subsidiariedade da Transição*".

AGINDO LOCALMENTE

Nitidamente posicionados à margem da conflituosidade declarada ao sistema, os grupos de Transição assumem uma dimensão local não institucional de co-construção como referido nas suas formações. Esse sentido cidadanista formula-se assim apolítico nessa vontade inclusiva não centrada em ideologias, mas não foge à prática política na co-construção com os actores institucionais. E aqui inevitavelmente dois tipos de actuação acabam por se cruzar, mais tarde ou mais cedo.

Para Fernando Oliveira, *"por um lado a estrutura formal e hierárquica de uma associação, liga, cooperativa, e por outro a estrutura horizontal e não formal sugerida pela Transição, obriga os intervenientes a utilizarem a criatividade para conciliar estas duas realidades. E os resultados quando atingidos geram um grau de satisfação enorme*". Como em Linda-a-Velha, foi-se criando "*um vínculo de confiança entre a Iniciativa não formal e o poder local*", exemplificado em projetos autárquicos como uma Quinta Urbana Pedagógica[12] ou a recuperação/conversão de um Mercado num espaço social e cultural. Assim, afirma que "*a questão da formalização surge por necessidade e não é necessariamente uma "coisa má"*", não sem deixar antes de destacar que "*uma das grandes mudanças é o facto de as pessoas terem a mesma ou mais credibilidade que as instituições e essa é a grande mensagem a passar aos agentes locais. Acreditar nas pessoas é um processo mais directo que acreditar numa instituição mas estamos educados a valorizar o contrário*".

Carmen e Sérgio explicam como, desde o seu início, "*o grupo Transição São Luís optou por ser um movimento de pessoas interessadas em revitalizar a Freguesia e aldeias, através da prática de uma cidadania participativa, sem hierarquias ou rótulos ideológicos cansados, estimulando assim a auto-organização, a criatividade e a responsabilidade colectiva em propor e implementar soluções ao nível adequado*". Como tal, "*o movimento de transição parece que*

se tornou também uma espécie de "linguagem" de conexão entre movimentos associativos e outros grupos de atuação local. Isso é significativo pois, em vez de fundar mais uma associação distinta e legalmente separada, o grupo pode trabalhar - com a humildade necessária - como conector dentro do tecido vivo já existente na freguesia".

É nesse âmbito que o grupo participa nas Comissões Sociais Inter-Freguesia, na revisão da Carta Educativa e do PDM (Plano Director Municipal) de Odemira, e desde o início no Orçamento Participativo, incluindo a formulação da proposta "Aldeia Solar" aprovada em 2012, a qual trará quatro unidades de micro-geração de energia eléctrica para as entidades públicas de São Luís. Ao mesmo tempo, participa em grupos de debate e cooperação informal, que se vão desenvolvendo entre várias comunidades e quintas ecológicas na região, como é caso da RECO - Rede Cooperar[13], mas igualmente a nível nacional com o movimento ecologista, da permacultura e da economia social e plataformas de consciencialização, como as Sementes Livres, Transgénicos Fora ou a resistência ao TTIP. Isso sem deixar de apoiar e retomar "*iniciativas de coesão social tradicionais, como as festividades locais e os mercados de produtos hortícolas*" ou criando novas propostas como foi o evento das Montras – Mostra de Artistas e Artesãos de São Luís[14] – que em 2015 se associou às festividades de verão locais e envolveu os criativos residentes na freguesia, os proprietários das lojas, voluntários e todas as entidades públicas locais culturais e de turismo local.

O movimento de Transição é, como diz claramente Fernando, "*de base local e apenas sugere metodologias para se alcançar um fim. Como sugestões que são, grande parte são testadas pelas iniciativas, umas adoptadas e outras adaptadas ou abandonadas. Cada localidade, bairro ou mesmo rua, tem a sua identidade e o seu percurso histórico e serão estas as condicionantes para o sucesso da iniciativa*". Uma palavra torna-se fulcral em Linda-a-Velha: vizinhança. "*Tudo acontece quando estão estabelecidas relações estruturadas de vizinhança e para nós esta é a chave de tudo. Recuperar os laços de vizinhança, criar confiança e vontade de estar juntos leva a que grande parte dos projetos surjam à mesa do café. Para nós, que fizemos uma análise dos sucessos e insucessos do nosso passado, apesar de curto muito rico em experiências, concluímos que é nesse bem-estar pessoal e coletivo que está a fórmula da transformação social*".

A preocupação central de actuar em e com a comunidade transparece do mesmo modo em Tavira. Diz-nos Ângela Rosa que "*a nossa abordagem em relação a muitos assuntos e áreas determinadas é generalista, transversal*". A forma de actuar distinta dos modos institucionais e clássicos do associativismo explica o que considera ser "*essa magia que nos fez em pouco tempo (4-5 anos) fazer tanto e tão fenomenalmente. Somos todos voluntários, todos população, sem fins lucrativos, sem grandes convenções, até aqui aprendemos por nós mesmos. Sabíamos que o que queńamos era um mundo, uma localidade mais sustentável, comungámos do mesmo amor pela natureza, pela comunidade*". Assim, conclui: "*Os nossos simples princípios e motivações foram o nosso sucesso e o facto de serem simples e reconhecidos facilmente nos outros fizeram com que criássemos tantos eventos e actividades com tanta facilidade, porque qualquer pessoa se sentia parte e se revia neles como cidadão activo em prole e defesa do bem colectivo da comunidade*".

Em Tavira, essa motivação traduz-se em "*vários grupos de curta e média intervenção para elaborar as muitas atividades e iniciativas que desenvolvemos*". Desde sessões de eco-cinema, uma horta escolar, programas na rádio, "*assim como outros que permaneceram, como o grupo das artes, o grupo de canto e música, o grupo da imprensa, o grupo contra as "estufas", e agora mais recentemente o grupo da saúde e o grupo media. E há outros grupos em perspectiva, como o grupo da terra ou o grupo da economica circular*". Destaque ainda para o trabalho de reflorestação na mata nacional da Conceição e a parceria pedagógica com a escola secundária de Tavira. Não admira por isso que "*os miúdos já tenham feito dois vídeos sobre a questão do fracking, sendo que neste momento andam pela cidade a fazer um estudo ao mesmo tempo que informam a população sobre o fracking*". Ângela acentua mesmo como perante "*a ameaça da exploração de gás e petróleo, de fracking, assim como a "plastificação da paisagem" através da proliferação descontrolada de estufas para agricultura intensiva e "exótica", a nossa envolvência nestes temas e com a restante população de Tavira, do Algarve e do país, assim como com a autarquia, tem-se revelado surpreendente*". No evento pelo clima no dia 29 de Novembro, a propósito da COP21, Tavira em Transição reuniu no centro de Tavira 600 pessoas, contribuindo para que os autarcas locais e da região se posicionassem finalmente ao lado dessa luta.

Sara Serrão resume enfim o modo de operar da Transição: "*Uma pré-disposição para a construção positiva da comunidade "ideal" – baseada numa visão partilhada para o mesmo território – que inclua a diversidade de agentes locais, indivíduos e entidades. A meu ver esta postura inclusiva da Transição é inovadora, ao invés da separação pela etiquetagem: ecologias, activistas, economistas, empresários... Somos um grupo de pessoas motivadas para cooperar e superar as fronteiras conceptuais que, muitas vezes, nos separam em indivíduos ou grupos de indivíduos distintos. Assim sendo, considero que existe muito espaço e permeabilidade na formulação teórica e na aplicação prática do movimento para entrecruzar referências e modelos*".

COMUNICAR E COMUNGAR EM COMUNIDADE

Se a formulação teórica da Transição é deliberadamente um campo vago ou aberto, existem efectivamente nas tais ferramentas de acção coletiva, alguns conceitos complexos e metodologias com nomes "estrangeiros" (*world café, dragon dreaming*), o que na prática requer alguma atenção em como são apresentadas nas comunidades**.**

Tavira em Transição replica logo à partida não ser "*um movimento com linhas muito académicas, mas sim um movimento com uma aprendizagem original e orgânico, fiel à sua espontaneidade, prática, experiência e história. Sim, usamos recurso a alguns desses conceitos, mas temos preferido criar dinâmicas por nó*s mesmos e dessa maneira temo-*nos introduzido junto da comunidade com uma linguagem natural, espontânea e autêntica*". Exemplo do programa semanal na rádio local coordenado por Ângela, mas aberto a participações: "um programa de eco-cidadania, o *eco-ponto da transição*".

Em São Luís, diz-nos Sara: "*optamos por, deliberadamente, não usar estrangeirismos. Por cá temos Café do Mundo, Espaço Aberto, Sonhar do Dragão*[15]*... Enquanto grupo, temos uma atitude de aplicação prática dos princípios da Transição e assumimos trabalhar à escala das nossas possibilidades. Para desenvolvermos consciência sobre a economia local realizamos um mercado; para as energias alternativas propomos o orçamento participativo "Aldeia Solar" em conjunto com a Junta de Freguesia e a Casa do Povo; para políticas de ordenamento do território juntamo-nos ao colectivo de propostas para o PDM; para estimular a cooperação comunitária lançamos as Montras. Há uma escolha consciente de actividades pró-activas e positivas que se coaduna com a comunidade prática de São Luís. Organizamos ainda uma vez por mês uma Conversa sobre um tema relevante, aberta a todas as pessoas que gostam de debate mais conceptual*".

Fernando chama-nos à atenção de novo como "*tudo tem sido um processo e uma aprendizagem. Esta nova forma de estar e de nos organizarmos em comunidade, que nos trouxe também uma série de metodologias para auxiliar essa abordagem*". E no decorrer disso "*a base está na escuta. Escutando o que alguém tem para oferecer e redireccionar de modo a que essa proposta vá ao encontro do objetivo colectivo. No fundo, todos nós temos a nossa rede de confiança, constituída por aqueles que nos são mais próximos e acreditam em nós e nas nossas intenções. Ora se cada um de nós motivar três pessoas para a iniciativa, o movimento ganham uma dinâmica de crescimento. Claro que isto é teoria e nem sempre acontece, mas a nossa experiencia local valida esta forma de estar*".

TRANSIÇÃO INTERIOR

Os aspectos mais práticos associados à dimensão social e a ambiental não são pois suficientes para definir a Transição sem a interligação com a dimensão pessoal. O desígnio da Transição surge assumidamente assente num plano ético. Caberia então perguntar como é que se interligam as propostas mais fáceis de assimilar da dimensão social e ambiental com as propostas da chamada transição interior, cujo apelo e adesão pessoal tropeça não poucas vezes na dificuldade (ou perigo) de submeter a uma visão comum de espiritualidade, visões e vontades individuais distintas.

Sara diz-nos precisamente que "*o que a*

A relação produtor-consumidor não é linear mas circular. A vivência na aldeia mostra que essa troca tende a ser recíproca… Acreditamos ser necessário pensar em termos mais abrangentes do que somente "produtores" ou "consumidores"

Transição me traz de novo e me faz sentir em casa é a parte interior e o foco nas relações interpessoais. Haver lugar para o desenvolvimento pessoal e poder trabalhar de forma concreta e consciente nas minhas crenças internas, com isso impactando a minha postura e a minha concepção da realidade, tem sido o grande ganho pessoal". Atenua-nos em seguida o tom crítico da nossa pergunta: "*Dentro do movimento de Transição não existe uma visão comum de espiritualidade. Curiosamente em São Luís as propostas da Transição Interior têm sido as mais bem aceites e as mais participadas pela comunidade local, o que pode pôr em questão onde está a "facilidade" e a "dificuldade" do envolvimento individual. Precisamente por não haver uma visão comum de espiritualidade, as pessoas que participam demonstram vontade para encontrar um espaço colectivo de bem-estar, no seio do qual podemos compreender os desafios individuais e ousar mudar hábitos quotidianos*".

Estes processos são igualmente simplificados no entender de Fernando: "*A Transição interior é um processo contínuo e de adesão espontânea e normalmente não surge como uma proposta mas como uma necessidade identificada pelo próprio em que cada um no seu momento e ao seu ritmo entrará em processos de transformação pessoal*". Depois "*tudo isto se passa inserido num grupo de pessoas que vai suportando o processo, que não tem propriamente de acontecer em formatos de reunião. Muitas vezes é um processo acarinhado num convívio ou à mesa de um café não perdendo a sua eficácia por isso*".

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária e a relação produtores-consumidores é outro aspecto central à Transição, inerente à harmonia holística almejada entre preocupações ambientais e a economia quotidiana local. Joga aí um papel crucial o estabelecimento de um novo tipo de relações de proximidade. Porém, nessa prática o posicionamento anti-capitalista (e estamos a pensar no capitalismo verde) parece ausente. De facto, as iniciativas em Transição reflectem ainda na relação a propor com o dinheiro e o consumo enquanto grupo comunitário ou se enquanto grupo pretenda ou não criar uma economia comunitária, trocar serviços, criar empregos ou mesmo vender produtos.

Fernando frisa uma vez mais o posicionamento abrangente: "*A* nível local o entendimento não passa por vincar uma posição contra o que quer que seja, porque consideramos que todas as realidades são válidas e numa comunidade existem argumentos para defender tudo. *Se passo a passo formos envolvendo pessoas no processo que acreditamos de favorecimento à economia local e produção de proximidade, aos poucos a localidade torna-se pouco atractiva para as grandes empresas assentes em padrões de capitalismo, acabando estas por abandonar a sua atividade dando ainda mais espaço para novas oportunidades inovadoras e socialmente sustentáveis, caminhando assim para a "tal" resiliência*".

Nesse sentido o tema é devolvido à comunidade onde se inserem, pois como referem Carmen e Sérgio, contrastando com o "*adoptar e seguir cegamente rótulos ideológicos já preparados*", uma nova economia "*terá maior probabilidade de germinar se resultar de um processo emergente a partir de movimentos comunitários diversos e independentes mas trabalhando em rede. Pensamos que a relação produtor-consumidor não é linear mas circular. A vivência na aldeia mostra que essa troca tende a ser recíproca… Acreditamos ser necessário pensar em termos mais abrangentes do que somente "produtores" ou "consumidores", termos esses que cabem bem em qualquer discurso de economia neoclássica*". Ao nível local, "*a economia solidária passa por uma relação de confiança mútua (tipo olhos-nos-olhos) entre os membros da comunidade, onde a distinção entre produtores e consumidores frequentemente não se aplica. Quando a situação aperta, o pessoal da aldeia tende a achar soluções próprias e engenhosas que nascem espontaneamente. É interessante notar que as relações familiares têm aqui um papel importante nessas situações mas há também um sentimento de solidariedade para além do círculo familiar que nos surpreende*".

A base está na escuta. Escutando o que alguém tem para oferecer e redireccionar de modo a que essa proposta vá ao encontro do objetivo colectivo

Como tal, concluem Carmen e Sérgio, "*a transição não tem uma receita pronta para essa nova economia. Aquilo com que a transição pode contribuir é um processo para identificar aspirações e esboçar caminhos. A frase pode soar simplória mas é aquilo que realmente sentimos. Nas nossas conversas em grupo sobre essa nova economia sugerem noções de co-dependência, resiliência a todos os níveis, confiança mútua e reciprocidade, além de valores éticos e limites ecológicos. As nossas pretensões são de ajudar a revitalizar a economia local, assim como trocar serviços e gerar empregos que se alinhem numa (futura) economia solidária. Mas isso passa também por educação, capacitação e requalificação pessoal, assim como projectos que revertam o fluxo de pessoas para os centros maiores*".

Em Tavira, Ângela refere como a questão dos aspectos económicos criou um pequeno impasse. "*Todos nós, na grande maioria,* à parte *do movimento somos profissionais na área da sustentabilidade (hotelaria bio, eco turismo, agricultura bio, terapias alternativas, arquitectura paisagística, comércio local e bio, educação integral, etc.) e por tal nunca envolvemos esse aspecto pessoal. Há pouco tempo, e muito por conta de algumas sugestões de redes socio-económicas que o Rob Hopkins e a Transição oferecem, o movimento viu-se numa encruzilhada, e neste momento estamos a discernir as coisas e a tentar ser autênticos com o que realmente queremos e nos trouxe até aqui. E é preciso ter coragem tanto para mudar como para ser original. E por tal estamos numa fase decisiva na qual não poderemos desconsiderar o passado e o respeito a tudo o que criamos e como criamos*". Ângela não identifica "*a transição como uma mercadoria em si, muito menos a comunidade, e isso, desde que o grupo cresceu acima das 50 pessoas, foi tema de grande debate aqui. O Tavira em Transição emancipa de uma maneira geral e comunitária,* não de uma maneira especí*fica. Agora pessoalmente, sim, o eco-capitalismo é mais real do que se pensa, numa perspectiva de lucros acima das pessoas, é para mim inadmissível! E eco-capitalismo com a chancela da Transição é simplesmente triste e frustrante na minha* óptica, *sentir-me-ei como se tivesse sido usada para os outros tomarem oportunidade para lucrarem sobre mim*".

Para Fernando, de Linda-a-Velha, "*o dinheiro como ferramenta de troca será sempre uma solução desde que assente em conceitos de uma economia justa e partilhada*". Mas tal como nos restantes, "*enquanto grupo ou iniciativa local não nos ocorre a necessidade de criar empregos ou vender produtos mas, potenciar uma economia comunitária apoiando a criação de empresas (associações ou cooperativas) locais que trabalhem para uma economia de proximidade e eticamente justa será o caminho que optamos seguir. Este será um passo muito importante para se conseguir criar sustentabilidade financeira aos intervenientes nesta nova forma de estar, podendo estes fortificar no seu próprio trabalho o caminho sonhado por uma iniciativa de Transição*".

Claramente, esta dimensão social e da economia definida a partir da dimensão ambiental primordial às iniciativas de Transição não é um aspecto de fácil resolução perante o espírito largamente inclusivo que é a espinha dorsal do movimento, avessa que é ao determinismo ideológico. A ausência desses compromissos poderão, de um ponto vista crítico, acabar por reverter essa energia do movimento na sua própria paralisia cidadanista e do processo de transição. Porém a dimensão pessoal e ética e nesse compromisso de uma visão comum à comunidade da vila, da aldeia e do bairro, parece ser uma robustez de toda a ordem que dará ao sonho a sua maior conquista: a imprevisibilidade. Atenta que esteja essa força à horizontalidade das relações manifestada pela Transição, este é certamente um movimento e um debate que não se ficarão por aqui.

/// NOTAS

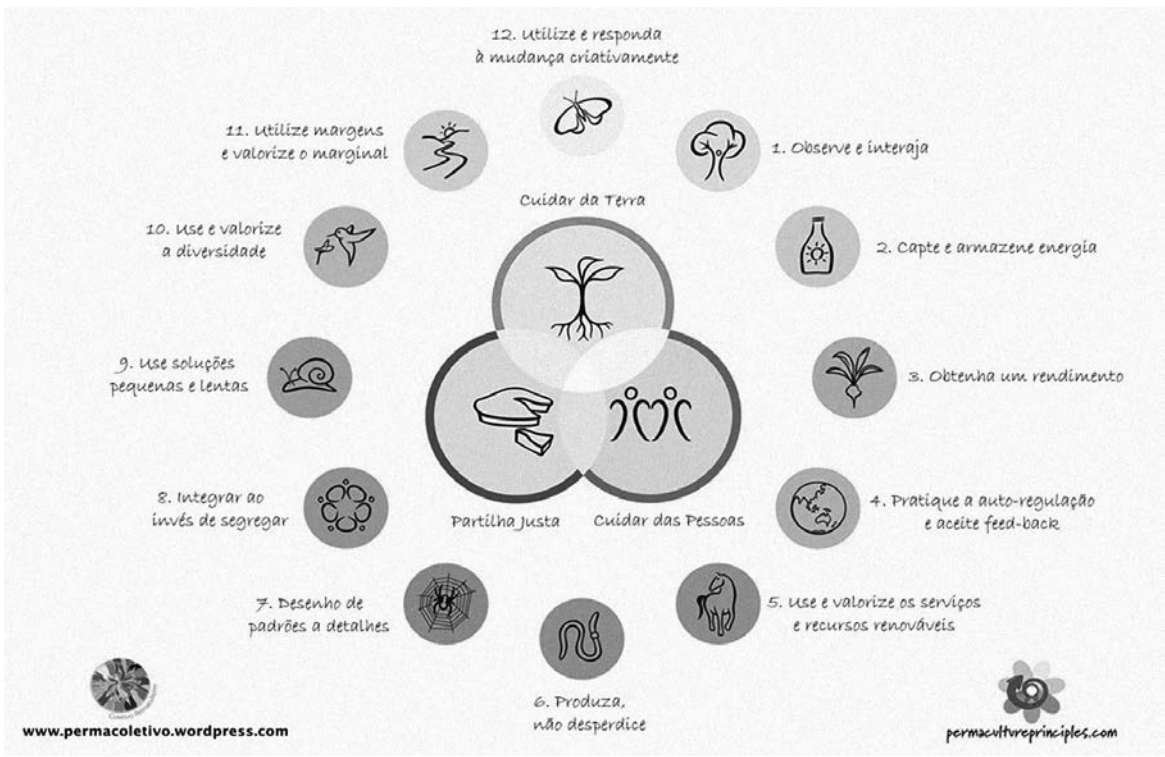
1 transicaoportugal.net
2 transitionnetwork.org (Fundada em 2007)
3 Aldeia das Amoreiras, Aveiro, Benfeita, Cascais, Coimbra; Covilhã, Beja (Eco-Comunidades na Planície), Eco-aldeia de Janas (Sintra), Gaia em Harmonia (Évora), Lagoa, Linda-a-Velha, Madeira (Funchal), Olivais Encarnação (Lisboa), Portalegre, São Brás de Alportel, São Luís (Odemira), Telheiras (Lisboa), Transição Universitária na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (Lisboa), Vila Nova de Famalicão. Para além destas Iniciativas à data no site da Transição Portugal, outras mais são anunciadas na Rede Convergir ou na Rede Permacultura Portugal: Tavira, Alverca, Monchique, Serpa, Santarém, Famalicão, Azambuja, São Miguel (Açores), Pombal, Faro, Corroios, Figueira da Foz, Paredes, Sintra, Oeiras.
4 transicaosaoluis.wix.com
5 facebook.com/tavira.emtransicao
6 transicaolav.blogspot.pt/
7 Activista ambiental e a figura emblemática do movimento de Transição, é autor dos livros *The Transition Handbook* (2008), *The Transition Companion* (2011), *The Power of Just Doing Stuff* (2013) e *21 Stories of Transition* (2015) (mais em https://goo.gl/KlAjfp)
8 centrodeconvergencia.wordpress.com
9 vivertelheiras.pt
10 permaculturaportugal.ning.com
11 redeconvergir.net
12 facebook.com/quintaurbanapedagogica.lav
13 Artigo no Jornal MAPA sobre a Rede Cooperar em http://goo.gl/v5dfCg. Mais em redecooperar.blogspot.pt
14 montrassaoluis.wordpress.com
15 Espaço Aberto/Open Space é uma técnica que permite que grupos (pequenos, grandes ou enormes) se auto-organizem para discutir vários assuntos de forma simultânea, que os próprios participantes escolhem e gerem com muita liberdade. O papel dos facilitadores é o de ajudar a que o grupo de participantes co-desenhe a própria dinâmica. Esta técnica permite que os grupos se formem por interesse e que as pessoas possam dividir o seu tempo em vários grupos;outras metodologias grupais são o Café do Mundo/World Café – processo de diálogo em grupos nos quais participantes se dividem em diversas mesas em torno de uma pergunta central e circulando entre os diversos grupos – ou Sonho do Dragão/ Dragon Dreaming, ferramenta que assenta na leitura e reconhecimento dos padrões de comportamento, na análise e estudo de milhares de sonhos-projectos fracassados e bem sucedidos (dragondreamingpt.blogspot.pt/).

Intersecções entre a ecologia, o sagrado e o político

M. LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT

Na palestra intitulada "*A permacultura e o sagrado: uma conversa com Starhawk*", somos convidadas a praticar a observação do funcionamento da Natureza e transpor esse tipo de observação para o campo de acção de cada pessoa, analisando os diferentes *ecossistemas* da nossa vida e reflectindo sobre as suas margens. Aqui propõe-se que a palavra ecossistema represente áreas de interesse de cada pessoa, sejam aspectos sociais, aspectos íntimos, o trabalho, o *hobby*, o activismo, as tarefas domésticas, o pensamento... Somos convidadas a não ignorar as intersecções entre as várias áreas. Starhawk é uma mulher que encara o seu próprio percurso de vida como um cruzamento entre a ecologia, a espiritualidade e o activismo. Para aqueles que não a conhecem, desde os anos 60 que ela pensa, escreve e age sobre anarquismo, feminismo, paganismo, religião da Terra e Wicca, ecologia e permacultura[1].

Partindo deste posicionamento, a escritora/professora/permacultora/bruxa propõe-nos uma observação da Natureza em relação, deixando de olhar para as coisas isoladamente, até nos aspectos que antes considerávamos separados. Fazemos isto quando observamos um curso de água, mas também o comportamento das plantas que crescem ao seu redor, na certeza que um influencia o outro. Este "olhar antes de intervir" é uma postura da Permacultura, um modo de agricultura e um modo de estar que Starhawk utiliza e explica brevemente.


12. Utilize e responda à mudança criativamente
1. Observe e interaja
2. Capte e armazene energia
3. Obtenha um rendimento
4. Pratique a auto-regulação e aceite feed-back
5. Use e valorize os serviços e recursos renováveis
6. Produza, não desperdice
7. Desenho de padrões a detalhes
8. Integrar ao invés de segregar
9. Use soluções pequenas e lentas
10. Use e valorize a diversidade
11. Utilize margens e valorize o marginal
Cuidar da Terra
Partilha Justa
Cuidar das Pessoas
www.permacoletivo.wordpress.com
permaculturepriciples.com

Ética da permacultura e princípios de design.

O OLHAR DE UMA PERMACULTORA

A permacultura é um sistema de *design* ecológico, cuja proposta é partir da Natureza como fonte de inspiração, numa tentativa de recriar a sua fertilidade e abundância, presentes em espaços que dispensam a intervenção humana para darem os seus frutos, suportarem todo o tipo de vida e manterem-se em equilíbrio. Ninguém precisa de ir podar as árvores numa floresta virgem, nem semear ou exterminar pragas e, no entanto, a floresta auto-regula-se. E floresce.

Tendo conseguido sistematizar um conjunto de princípios e áreas de acção (ver imagem), a permacultura propõe, entre outras coisas, um olhar sobre o conceito de Margem. Zona limítrofe. Fronteira. É o 11º princípio: "*Usa os limites, valoriza o marginal; coisas importantes acontecem nas intersecções*". Aqui, "intersecções" refere-se às margens de dois ecossistemas próximos, a zona onde se tocam e se intersectam, zonas de tensão, de grande dinamismo e criatividade.

Em biologia chama-se a isto um ecótono. Um ecótono é onde duas comunidades se encontram e integram. Pode ser um espaço estreito ou alargado; pode ser algo pequeno, local ou constituir em si uma região. Um ecótono pode surgir na forma de uma passagem gradual entre as duas comunidades, ocupando uma área grande, como a zona de intersecção entre o oceano e a terra, à qual chamamos costa. Ou pode manifestar-se através de uma linha de fronteira bem definida e abrupta, como no caso da transição entre áreas desflorestadas com as naturais, como um campo cultivado adjacente a uma mata.

A palavra ecótono surge da combinação entre *eco*(logia) e *tono*, do Grego *tonos* ou tensão – ou seja, um sítio onde as ecologias estão em tensão. Normalmente dotados de uma grande biodiversidade, os ecótonos são a transição entre duas ou mais comunidades que diferem entre si. Dessa forma, reúnem espécies pertencentes a comunidades distintas e, consequentemente, a fauna e flora presentes num ecótono apresentam espécies jamais vistas antes. Precisamente por ser uma região feita a partir de características dos diferentes ecossistemas que a compõem, são centros de grande dinamismo, resiliência e criatividade, muitas vezes dando origem a um terceiro ecossistema. As costas marítimas são um fervilhar de vida. A zona intermédia entre a floresta profunda e a pradaria é o refúgio perfeito para os veados.

A permacultura propõe uma série de princípios para interagir com o meio-ambiente físico, que podemos aplicar nas áreas sociais e de desenvolvimento pessoal que nos estejam a inquietar. Usar esse mesmo tipo de observação no nosso dia-a-dia pode ser algo como observar o curso de um projecto (como se de água se tratasse, pensando nas categorias que associamos a esse trajecto) e ver de que maneira se comportam as zonas e seres vivos que existem à sua volta. Trata-se de imaginar como interiorizar estes princípios e aplicá-los noutras margens, descobrindo nos nossos contextos quando devemos corrigir, replicar, cooperar.

Corrigir desequilíbrios pode acontecer com a técnica de implementar mais daquilo que desejamos, tal como fazemos ao introduzir joaninhas para acabar com uma praga de cochonilhas, em vez de deitar pesticidas tóxicos em cima de plantas que vamos comer. Permitir-nos ver esta solução prática como uma metáfora ganha um novo sentido quando aplicada noutros problemas do dia-a-dia e leva-nos a perguntas *híbridas*: Qual é o predador natural que vai acabar com a praga dos Bancos?

Replicar um padrão de ramificação de veios, como o de uma planta – que serve para dispersar, concentrar, fazer chegar, circular – num projecto educativo, por exemplo, pode ter a consequência prática de contrariar a separação entre a matemática e o português, entre a ciência e a arte, que passariam a ser inter-dependentes e ligados pelo mesmo *caule*.

Cooperar é a base dos ecossistemas, o apoio-mútuo é o padrão da Natureza. Sim, a competição existe. O conflito existe. Não é preciso ignorá-lo mas também não é preciso assumi-lo como padrão. A grande maioria dos sistemas de vida tem dinâmicas de cooperação, algumas delas bastante inspiradoras. *Redes vivas* de 8km de fungos ligam subterraneamente, em certas florestas, as raízes das árvores umas às outras, transmitindo nutrientes e sabe-se lá que mais informação. Poderá este exemplo suscitar em nós novas imagens de comunidades alargadas?

Pensando nas tais áreas marginalizadas ou em tensão, podemos procurar padrões que se repetem nos movimentos/grupos sociais que nos são próximos, mesmo correndo o risco de generalizar. Exemplos? O jornal MAPA é maioritariamente escrito por homens e tem tido uma abordagem inconsistente às questões de género. Os movimentos de Transição parecem não estar a sair de nichos e estratos sociais.

A Identificação das áreas-margem da nossa vida pode trazer a descoberta que as suas intersecções com áreas "centrais" não estão a ser aproveitadas. O sagrado tende a ser marginalizado, escondido. Talvez porque as grandes religiões causam morte, destruição e ódio e muitas de nós, perante isso, conotamos a espiritualidade como uma questão somente do plano individual, não deixando muita credibilidade à sua exploração colectiva.

Mais além das marginalizações a que nos dedicamos – imigração, prisões e outras segregações sociais – como poderemos estar a não aproveitar outros *sub-produtos* deste sistema em que vivemos, como por exemplo, os terrenos baldios entre dois bairros? Estaremos a descurar o potencial da sexualidade como motor de relações? É certo que cada pessoa terá um olhar diferente sobre isto, mas também é certo que podem surgir novas perspectivas quando se cruzam estas questões com as das segregações sociais de que normalmente falamos.

OS MANTRAS

"*Usa os limites, valoriza o marginal*" é um dos *mantras* inspiradores. Mas há outros, como por exemplo, "*o problema é a solução, tudo é um recurso*". Na palestra que serviu de ponto de partida para este artigo, Starhawk dá o exemplo de como as barricadas que afastavam os manifestantes da área do congresso da Organização Mundial do Comércio, à qual queriam conseguir chegar, foram a solução para o problema, quando retiradas do seu sítio numa acção colectiva e depois usadas como escudos, que permitiram aos manifestantes defenderem-se da polícia. Soluções simples e eficazes. É outro dos *mantras*.

Aplicar e replicar aquilo que é possível ser observado como fenómeno de *sucesso*. A diversidade traz resiliência. Mais um *mantra*, ou princípio extraído directamente da observação da Natureza, facilmente aplicável e referido quando falamos de hortas, mas também usado em relação à natureza humana. A diversidade traz mais defesas, mais inteligência e criatividade. Ou seja, se olharmos em relação, quem defende ou pratica a exclusão social ou étnica, afirma assim a sua fraqueza e monotonia.

Esta proposta de olhar em relação pode conter o inexplicável e formular teorias para o desconhecido. Dar lugar ao acaso, ao mágico, ao intuitivo, ao imaginário e ao caótico. Porque o mundo é uma teia viva de relações, que não podemos compreender no todo mas na qual podemos participar. Partir para a zona limite das nossas próprias tensões à procura de alargar as soluções criativas. Pôr mais amor no anarquismo, mais luta na Transição. Contagiar a espiritualidade com política. Já existe o sócio-económico ou o sócio-ambiental. Que outras intersecções nos seriam úteis?

Considerando-nos a nós próprias como um pequeno-grande ecótono, podemos tirar prazer do facto de que não nos conseguimos dedicar a uma só actividade. Que a intersecção entre as nossas várias áreas de interesse possa dar origem a um novo ecossistema, único e mais rico, talvez o grande projecto criativo das nossas vidas – encontrar o nosso próprio modo de abolir a dualidade entre sermos nós próprias e saber-nos em relação com tudo.

Estas reflexões terão mais sentido para quem considere o planeta Terra como um sistema vivo, do qual fazemos parte, no qual necessariamente intervimos e não simplesmente como o sítio onde vivemos. É provável que alguém considere estas linhas e estas intersecções um desperdício. Mas como propõe a permacultura, *o lixo é um recurso*. E cada um@ que crie novos mantras.

NOTA
1 Não havendo neste artigo espaço para explicar cada uma destas áreas, recomenda-se o visionamento da Palestra, disponível em https://goo.gl/TJy0ZL

Extraordinárias formas de vida?

Uma Leitura dos documentários *Catálise* e *Que Estranha Forma de Vida*

ALEXANDRE FERREIRA
FERREIRALEX2016@GMAIL.COM

Recentemente vieram a lume dois documentários, de seus nomes *Catálise- Processo em Curso*[1], de Patrícia Santos, e *Que Estranha Forma de Vida*[2], de Pedro Serra, que nos apresentam 10 iniciativas de «extraordinária forma de vida»[3]. Este texto que ora vos é apresentado visa contribuir para a leitura desses projectos e da «extraordinária forma de vida» para a qual os mesmos apontam. Uma primeira abordagem é feita a partir da experiência prática e consequentes reflexões do seu autor. Como tal, sujeito a insuficiências de diversa ordem, para as quais se agradece reparo[4].

O documentário *Catálise* apresenta-nos seis iniciativas, todas elas mapeadas online na Rede Convergir (RC): a Associação 1000Lides; Escola-Casa Floresta Verdes Anos; Quinta do Alecrim; Associação Mais Cidadania; Centro de Convergência de Telheiras e o Círculo de Sementes Dente-de-Leão. Por seu lado, o *Que Estranha Forma de Vida* dá-nos a conhecer quatro iniciativas, duas delas igualmente mapeadas na RC (comunidades de Cabrum e Tamera), uma terceira que se trata de Rui Vasques, um «eco-designer e empreendedor social», e uma quarta iniciativa que é a Cooperativa Integral Catalã (CIC), fora do âmbito territorial português da RC.

As iniciativas apresentadas são de diversa índole, bebendo essa diversidade nas próprias categorias existentes na RC: Permacultura; Gestão da Terra e da Natureza; Ferramentas e Tecnologias; Saúde e Bem-Estar Espiritual; Uso da Terra e Comunidade; Transição; Espaço Construído; Cultura e Educação; Economia e Finanças e outras. Apesar da diversidade, transversal a essa actuação está o desejo de «contribuir para uma sociedade equilibrada e uma vida humana em harmonia com o meio envolvente»[5]. Em relação às duas iniciativas que não estão mapeadas, perfilham as mesmas de semelhantes objectivos, embora as diferentes formulações não sejam, provavelmente, despiciendas. A CIC afirma na sua página web que é uma «iniciativa em transição para a transformação social desde as bases, mediante a autogestão, a auto-organização e o trabalho em rede»[6]. Rui Vasquez afirma que «nós podemos criar o nosso futuro»[7] e visa «o bem-estar da humanidade e do meio ambiente»[8].

O QUE PARTILHAM?

Perante esta diversidade que aponta desejos comparáveis, que leitura poderemos fazer? Como dar um sentido que enquadre as várias iniciativas, tendo em vista a «transformação social desde as bases» e «sociedade equilibrada e (…) em harmonia com o meio envolvente» que afirmam desejar?

Propõe-se, como um primeiro enquadramento para este breve artigo, que se inscreva a actuação de cada iniciativa num conjunto de questões que surgem como relevantes para a concretização dos desejos manifestados. Assim, há que saber se a iniciativa:

1. Defende os próprios interesses, sejam estes laborais, educativos, culturais, afectivo-sexuais ou outros, ou defende interesses alheios, como sejam a causa ambiental, animal, a caridade, etc?

2. Tem actividade sobretudo pós-laboral (como o são diversos tipos de voluntariado) ou insere-se na actividade laboral dos seus membros (com exemplo clássico nas cooperativas)?

3. Integra estruturas colectivas de apoio e entreajuda material, sejam verticais ou horizontais, como o são diversas cooperativas, mútuas, caixas económicas ou de socorros mútuos, sindicatos, etc?

4. Está integrada na actuação de outros colectivos do território, através de diversas redes, como por exemplo a Rede Social Concelhia, os Grupos de Acção Local do ProDer ou o PROVE?

Cada uma das respostas implica mais-valias e insuficiências para a prossecução da «transformação social desde as bases», e do «bem-estar da humanidade e do meio ambiente», pelo que há que ponderar onde se inscreve a nossa iniciativa em cada uma delas e quais as repercussões expectáveis. Assim sendo, uma iniciativa cujos membros se movimentem principalmente em regime pós-laboral, voluntário, incorre no risco de precariedade e descontinuidade de actuação, reduzindo assim o seu impacte expectável, para além do risco de incoerência entre actividades associativa e profissional. Por outro lado, uma associação que se oriente principalmente pela satisfação das necessidades dos seus membros incorre no risco de corporativismo, ao sobrepor os seus interesses pessoais aos interesses de outrem. Uma iniciativa que preze sobretudo a organização colectiva incorre no risco de descurar o bem-estar de cada indivíduo ou vice-versa, uma que preze principalmente o bem-estar individual incorre no risco de não criar estruturas de apoio que, de forma organizada, assegurem a existência material dos seus membros. E por aí fora.

As iniciativas que nos são apresentadas nos documentários *Catálise* e *Que Estranha Forma de Vida* ficam situadas em quatro grandes grupos de actuação, a que convencionaria chamar Cooperativo Integral, Cooperativo Tradicional, Liberais Comprometidos e Pós-Modernos Militantes.

ALGUNS PONTOS PARA TOMAR A INICIATIVA

As iniciativas que nos são apresentadas nos documentários *Catálise* e *Que Estranha Forma de Vida,* lidas à luz das questões acima descritas, com base na curta informação que os referidos transmitem, e perante o horizonte de transformação social manifestado, ficam situadas em quatro grandes grupos de actuação, a que convencionaria chamar Cooperativo Integral, Cooperativo Tradicional, Liberais Comprometidos e Pós-Modernos Militantes.

Como potenciais insuficiências das iniciativas há a assinalar uma ênfase no indivíduo ou em grupos restritos (excepção feita à CIC e ao Centro de Convergência de Telheiras), com reduzida integração em estruturas de entreajuda material (excepção da CIC e, talvez, da Verdes Anos). Estas insuficiências não permitem romper, no meu ponto de vista, com a actual fragmentação e desigualdade social, mantendo as iniciativas reféns de nichos culturais e sociais, e os intervenientes dependentes, para a sua própria sobrevivência, da vitalidade económica de cada momento e/ou das suas capacidades individuais. As mais-valias que a prazo se poderão verificar surgem, no caso da CIC e do Centro de Convergência de Telheiras, de uma abordagem territorial abrangente, com interacção de vários actores locais e (potencial) satisfação de alargado leque de necessidades humanas. No caso das restantes iniciativas, parecem ser identificáveis a satisfação e enriquecimento pessoais que advêm da participação dos respectivos membros.

Regressando uma última vez aos desejos de transformação social, sociedade equilibrada e bem-estar da humanidade e do ambiente, estamos em crer que na maioria das iniciativas referidas tais desejos dificilmente se concretizarão para além da esfera de contacto pessoal dos seus membros e, com algum optimismo, do respectivo nicho social. O alcançar dos desejos parece surgir como mais provável com as duas referidas iniciativas mais integradas territorialmente, que parecem ter (e concretizar já em parte) a capacidade de diálogo inter-classe, inter-associativa e inter-cultural.

/// NOTAS

1 Documentário e projecto disponíveis em **http://redeconvergir.net/catalise**
2 **https://goo.gl/xWklHm** e **https://goo.gl/NFdSsM**
3 *Que Estranha Forma de Vida*, 33'25''
4 O desenvolvimento e comentários ao artigo irá constar no site do Jornal MAPA.
5 **http://www.redeconvergir.net/sobre**
6 http://cooperativa.cat/
7 *Que Estranha Forma de Vida*, a partir do 52'21''
8 https://goo.gl/SXT2Ol

Calais, uma "Selva" entre a repressão e a solidariedade

Foto-reportagem de Ivan Gallego.

Ammar, sírio de 28 anos, estudante de Ciências Políticas, fugiu da Síria para evitar ser alistado no exército de Bashar al-Assad, e poder encontrar um emprego no Reino Unido e sustentar a família.

São múltiplos os acampamentos e as concentrações de imigrantes ao longo da região de Nord-Pas-de-Calais, em França. Não se pode falar de Calais sem falar de Dunkerque, Norrent Fontes, Steenvoorde, Angres, Tatinghem, Hazebruck, entre outros. O denominador comum de todos estes assentamentos são a precariedade e a insalubridade: ausência de água potável, de latrinas, falta de alojamento, de eletricidade, de assistência sanitária, a presença de máfias, extrema violência policial, grupos armados de paramilitares de extrema-direita, etc. Nas últimas décadas, Calais foi o ponto-chave para milhares de emigrantes/refugiados, vindos de terras longínquas com o sonho de cruzar até ao Reino Unido e viver em prosperidade e segurança. Os assentamentos de emigrantes em Calais são uma realidade permanente. Realidade que é manipulada, deturpada, anulada e usada como moeda de troca, dependendo das diferentes políticas dos sucessivos governos franceses. Em 2001, Sarkozy (sendo ministro do interior de França) desmantela o acampamento de *Sangatte*, procurando assim, por arte da magia, ver-se livre do problema. Obviamente, a corrente migratória continuou o seu fluxo. Em Setembro de 2015 a polícia desalojou um acampamento situado na zona industrial de Calais.

Foi então que a comunidade de emigrantes/refugiados se estabeleceu do outro lado da Nacional 216, numa zona verde não urbanizada. A este lugar apelidou-se de "*Jungle*" (selva), talvez pelo lado selvático da zona, talvez pelo modo depreciativo e racista de considerar uma comunidade de emigrantes. Este acampamento tem apenas nove meses. Neste breve período transformou-se constantemente. E chegou a albergar cerca de 5000 pessoas. Com a ajuda de voluntários internacionais, associações civis britânicas e francesas e a própria iniciativa dos emigrantes, ergueram-se infra-estruturas, de uma enorme precariedade mas que permitiram e permitem ter espaços tão importantes como escolas, mesquitas, igrejas, bibliotecas, cozinhas, restaurantes, lojas, espaços sociais, infantários, rádios ou teatros. O período de Inverno entre Dezembro de 2015 e Março de 2016 foi extremamente duro e violento, a precariedade dos "espaços habitacionais", tendas e cabanas improvisadas, não protege das terríveis condições climáticas, temperaturas negativas, chuva constante, vento e neve. O governo francês tarda em reagir, preocupando-se apenas em reforçar a segurança e cercar a passagem migratória para o Reino Unido com mais controlo policial, mais barreiras e sistemas de segurança. Até ao mês de Fevereiro passado, o governo francês só conseguiu oferecer no acampamento *Jules Ferry* (o mesmo espaço onde curiosamente ainda permanece a enorme bateria nazi *Oldenburg*) instalações para albergar 400 mulheres com crianças e servir um almoço para 1000 pessoas. Algo que não respondia minimamente às necessidades de 5000 pessoas. Em meados de Fevereiro o governo abre novas instalações (com uma capacidade de entre 700 e 1000 pessoas) construídas com contentores, nas quais as pessoas só se podem alojar depois de recolhidas as suas impressões digitais. O facto de não se poder cozinhar, fumar, utilizar o espaço livremente, de se estar debaixo de vigilância constante, somado à exigência de disponibilizar as impressões digitais para ter acesso às instalações, faz com que metade das ditas instalações permaneçam vazias. As pessoas têm medo que as suas impressões sejam registadas pelos serviços de emigração e se aplique aos inscritos as regras da convenção de Dublin. A Via Activa, a associação que gere estas instalações, afirma que as impressões são volumétricas e que servem apenas para controlar o acesso ao espaço.

No início de Março, a presidente de Calais, Natacha Bouchart, decidiu desalojar metade do acampamento para forçar a ocupação destas instalações, ignorando o facto de que a quantidade de pessoas assentadas na parte sul do acampamento era muito maior que o espaço oferecido pelo governo. Em pleno período de inverno, com forte nevões, procede-se ao desmantelamento do campo: gera-se violência, com confrontos e cargas policiais. Muitas das habitações são destroçadas, muita gente foge de imediato para o lado norte do acampamento, já saturado. Muitos habitantes da zona desalojada afirmaram ver gente de fora do acampamento a pegar fogo às casas. Desconfia-se de militantes de extrema-direita ou de polícias à paisana. Noutros casos os próprios moradores, perante a impotência, pegaram fogo às suas casas. Comunidades que antes dispunham da sua própria área, onde tinham infraestruturas mínimas para dormir, vêem-se sem tecto, sendo realojadas por amigos, familiares ou em espaço comuns. A parte norte do acampamento sofre de uma ocupação extrema, misturando-se diversas etnias sem espaço, o que gera múltiplos conflitos. Por pudor e para preservar a imagem pública, a presidente de Calais decide não demolir edifícios de associações, a Escola Laica de Chemin des Dunes, a cozinha belga, uma mesquita e a igreja eritreia. Todas as restantes infra-estruturas, serviços sanitários e espaços sociais são demolidos. Os habitantes da "*Jungle*", assim como de muitos outros acampamentos, são na sua maioria de origem paquistanesa, curda, iraniana, iraquiana, síria, eritreia, sudanesa, etíope, ou chadiana, entre outras. Hoje em dia permanecem aí bloqueadas mais de 3000 pessoas, homens, mulheres e crianças, numa situação miserável, imoral e inaceitável. Não existe nenhum plano de projecto de realojamento nem de solução para a situação. As pessoas simplesmente esperam, o que acarta um custo físico e psicológico profundo. São habituais as doenças (sarampo, varicela, gripe, diarreia), perdas de audição devido ao frio, e lesões graves devido à violência. Milhares de pessoas cruzaram milhares de quilómetros, com a esperança de se distanciarem do terror, da perseguição e da precariedade. Ao chegar à "*Jungle*" encontraram condições mais miseráveis do que as que alguma vez tinham vivido. Por quanto tempo devem seguir em sofrimento? Por quanto tempo se pode sequestrar o seu futuro?

Muitas associações civis e pessoas vindas do Reino Unido, França e outros países fazem parte da realidade do acampamento realizando um trabalho fundamental. Colaboram dando diversas informações ou distribuindo roupa, calçado, cobertores, apoio legal, serviços médicos, construção de infra-estruturas e casas, formação escolar, distribuição de comida, cozinhas, teatro, poesias, fotografia ou concertos.
Na foto podemos ver um ponto de informação para os recém chegados, sendo a sua função prestar os primeiros auxílios e localizar o melhor possível os novos que não dispõem de espaço para passar a noite.
Nas primeiras semanas de adaptação à realidade do acampamento, os novos habitantes sofrem condições muito duras, pois devem arranjar um tecto (tenda ou cabana) e devem-se informar das regras do espaço.

O despejo da parte Sul do acampamento desenrola-se na primeira semana de Março, com um aparato policial de mais de 600 agentes anti-distúrbios, camiões de água e 60 veículos policiais e acompanhado por Bulldozers para destruir as habitações. Nas primeiras horas, há uma resistência não violenta mas depois de serem despejados mais de 200m2 surgem cargas policiais, gás lacrimogéneo e balas de borracha. Uma parte dos habitantes, entre os quais muitas famílias com crianças, abandonam o acampamento "The Jungle" para se instalarem noutros acampamentos com condições mais precárias.

Durante o despejo surgem muitos incêndios. Muitos habitantes da zona despejada afirmam ter visto gente de fora do acampamento a pegar fogo às casas. Suspeita-se de militantes de extrema-direita ou polícias à paisana. Noutros casos, são os próprios moradores que, perante a impotência, pegam fogo às habitações.

O perímetro destruído na zona Sul era o mais habitado, com uma superfície de aproximadamente 10 hectares. Calcula-se que aí vivessem entre 1500 e 2500 pessoas, e era habitada, maioritariamente, por núcleos familiares.

Crianças brincam no novo acampamento construído com contentores pelo governo, aberto em meados de Fevereiro, com uma capacidade para apenas 1000 pessoas. Cada contentor tem um espaço para albergar 12 camas. Dispõe de aquecimento, água potável e eletricidade, o que melhora qualitativamente as condições relativamente às cabanas. No entanto o número de lugares não tem capacidade para albergar a restante população. Ai impuseram uma série de regras que geram desconfiança, nomeadamente a obrigação de impressões digitais para ter acesso e a proibição de utilizar cozinhas para se auto-alimentar, bem como fumar ou aquecer água. É um espaço apenas para dormir.

O regresso da beleza

Paris, uma multidão ensopada de chuva recebe tímidos e intermitentes raios de sol como um espectáculo interrompido por lacrimogéneo e cassetetes, mas o movimento social voltou e a beleza saiu à rua.

TEXTO **PEDRO FIDALGO**

Fartas das burocracias sindicais que travam a espontaneidade, diversas iniciativas brotam por toda a parte. Por um lado, renasce das cinzas um black block massivo constituído maioritariamente por estudantes do secundário e ligado ao movimento autónomo MILI[1] que anseia por essa famosa insurreição que parece nunca mais vir, por outro lado, em torno da promoção do documentário "Obrigado, patrão!» realizado por François Ruffin, um grupo de militantes de esquerda, reunidos uma noite na Bolsa do Trabalho, lançam a ideia de uma «Convergência de lutas» e decidem apelar a passar uma "Noite Em Pé" na Praça da República, projectando o filme e dando origem a essa salganhada de gente a quem chamam *Nuit Debout*. Não se sabe muito bem o que é nem para onde vai, pois, por um lado, opõe-se à reforma laboral proposta pelo governo, por outro, fala em mudar a Constituição sem muito sair da Praça da República (que agora se chama "Praça da Comuna"), lugar-palco de alguma mediatização e, por sua vez, de repressão policial, nomeadamente durante a noite. É verdade que o espírito primaveril pegou por todo o país e a ocupação de praças alargou-se, mas por enquanto não passa de uma Geração à Rasca ou de uma acampada na Praça do Sol. Parece que todos falam de política, mesmo os mais acanhados ou aqueles que não sabem se são de direita ou de esquerda, mesmo "apolíticos", todos têm uma opinião a dar. Cabe perguntar em que contexto surge esta indignação, porque não transborda para o mundo empresarial e porque não floresce a greve geral na terra da Comuna e do Maio de 68?

Esta convergência de lutas contra a reforma laboral El-Khomri, que visa precarizar os contratos profissionais, facilitar despedimentos e modificar o Código do Trabalho, desabrocha em pleno estado de emergência[2], fruto imediato dos atentados que, por sua vez, são a resposta do Estado Islâmico aos bombardeamentos imperialistas da França no Médio Oriente. A grande autoridade patronal frui com esta posição de medo, controlo e insegurança, para se atacar aos direitos dos trabalhadores. As suas intenções não deixam espaço para dúvidas. Os tempos radicalizaram-se. Em terras gaulesas a política neoliberal radicalizou-se, como em toda a Europa. Os seus representantes dizem querer «combater a radicalização dos jovens», mas as medidas que têm adoptado contradizem o processo. As intervenções militares na Síria e a ameaça terrorista justificam um apelo recorrente a recrutas para a tropa e para a polícia que se vê armada por toda a parte. Fala-se dos jovens, pois é deles que raia o movimento, mas basta passarmos na *Nuit Debout* para encontrar todas as gerações, nomeadamente alguns "soixante-huitards"[3].

Recordando esse famoso mês de Maio de 1968 em que todos tinham vontade de falar, encontram-se similitudes com o movimento actual na "Praça da Comuna", o que explica o facto de a França, que há alguns meses chorava atentados e que todos diziam ter virado à extrema-direita em 2017, acorda e descobre «que toda a gente detesta a polícia»[4] . Um dos fenómenos que levou à tomada de consciência por parte dos estudantes e dos jovens operários em 1968 foi conhecer a face repressiva do Estado quando a polícia entrou no pátio da Sorbonne na segunda-feira, 3 de Maio, repressão essa que levou a violentos confrontos durante sete dias consecutivos por todo o Bairro Latino, até ao erguer de barricadas que acabaram por ser tomadas de assalto pelas forças de ordem. Em Tolbiac, a 17 de Março de 2016, um fenómeno semelhante se reproduz. Três assembleias gerais estão previstas na universidade de Tolbiac no mesmo dia. De manhã, uma de estudantes, à tarde, uma assembleia da coordenação universitária e, por fim, às 18h, uma assembleia destinada a inter-lutas com pessoas de outros sectores profissionais. Mas ao chegarem, os convidados deparam-se com o portão fechado e um aparelho policial sem precedentes. Para aceder ao anfiteatro têm de passar pelo parque de estacionamento. Na euforia, os estudantes escrevem nos muros palavras como «ocupação» ou «comecemos o começo», mas rapidamente a polícia entra e os estudantes tentam barricar-se, bloquear a entrada à polícia que gazeia e bate. Jornalistas e outras pessoas à entrada da universidade captam imagens dos estudantes a levar porrada da polícia que não hesita em utilizar cassetetes telescópicos, flashballs e lacrimogéneo. Observam-se estudantes em sangue e algemados, alguns são levados à esquadra. Toda e qualquer tentativa de organizações não oficiais é reprimida.

> Esta convergência de lutas contra a reforma laboral El-Khomri, que visa precarizar os contratos profissionais, facilitar despedimentos e modificar o Código do Trabalho, desabrocha em pleno estado de emergência

Assim sendo, o MILI começa a convocar assembleias fora do programa sindical e a mobilizar acções de forma ilegal. É desta forma que rapidamente se consegue ultrapassar os sindicatos em termos de mobilização na rua. Vários pontos de encontro passam a ser recorrentes para manifestações selvagens, ao mesmo tempo que na *Nuit Debout* ninguém quer falar de partidos políticos, mesmo que por detrás, pela própria organização, haja uma tentativa de recuperação de alguns partidos à esquerda do PS. A novidade no movimento é o aparecimento de figuras activas, como o economista Frederic Lordon, que aparece na praça pública com um discurso "cidadanista" e contra o mundo da finança. O discurso e o tom orador lembram os radicais de esquerda tais como Varoufakis ou Pablo Iglesias, será esse o caminho do movimento? A questão coloca-se, pois à parte uma minoria de agitadores ditos "violentos", íntegros no movimento autónomo e que não receiam a polícia, a maior parte do movimento *Nuit Debout* funciona com a legalidade da Câmara Municipal e respeita os horários autorizados pela ocupação. Prova disso foi o Comissário da Polícia ter agradecido publicamente e felicitado a boa organização de *Nuit Debout* que tem um serviço de ordem próprio para vigiar e evitar possíveis agressões e distúrbios que, como é óbvio, com um dispositivo policial de centenas de efectivos por toda a cidade, acabam por suceder, pois todos estão fartos do estado de emergência e policial.

Além das famosas assembleias populares de ocupação das praças públicas, a questão do mundo do trabalho e da greve urge. Dos sindicatos pouco se ouve falar, tão ocupados que estão a negociar nos gabinetes. No entanto, vários representantes sindicalistas já tiveram de se confrontar com a mesma repressão devido à entrada da polícia nalguns locais de trabalho onde os assalariados reuniam durante a greve, como foi o caso dos Correios de Nanterre, onde trabalhadores do sindicato SUD convidaram estudantes do sindicato equivalente a convergir, mas a direcção dos Correios chamou a polícia para expulsar os "intrusos". Ou, por exemplo, a sede do sindicato anarco-sindicalista CNT de Lille, onde a polícia arrombou a porta e quebrou material para prender sindicalistas que voltavam de uma manifestação.

Por outro lado, várias acções e propostas de organização têm aparecido da parte dos intermitentes, precários e desempregados que não têm possibilidade de se sindicalizar ou mobilizar no seio de qualquer empresa. Assim surgiram Comités de Acção com o objectivo de apoiar a greve do McDonald's, com bloqueios a vários restaurantes *fast food*, ocupação de gares ou ainda interrupção de espectáculos como no Teatro de Odéon. Na maior parte dos casos, acções sempre reprimidas de forma violenta.

O movimento pode alargar-se durante o lindo mês de Maio, muitos anseiam por isso, mas sem os sindicatos na revolta e com a pacificação da *Nuit Debout* que ainda não se definiu em relação à subversão necessária, violenta ou não, para com o grande patronato e suas milícias de *robocops*, nenhuma greve pontual, bloqueio ou sabotagem será suficientemente forte para recusar esta lei e o mundo em que se inscreve.

No dia 7 de Abril houve sete manifestações num espaço de 17 horas só em Paris, a maioria delas selvagens e uma até chegou a libertar uma dezena de estudantes da esquadra fazendo pressão sobre a polícia. O movimento embelezou as ruas, de forma horizontal e autónoma, os estudantes encabeçaram várias manifestações contrariando o serviço de ordem da CGT, algumas esquadras da polícia foram atacadas por estudantes do secundário e até houve supermercados pilhados para oferecer comida aos sem-abrigo e refugiados. A esta beleza só lhe falta um sentido capaz de durar para além do possível, pois nunca será suficiente face ao mundo feio a que nos habituaram.

/// NOTAS

1 Movimento Inter Lutas Independente é um colectivo nascido no meio estudantil (liceus) em 2013, distingue-se dos tradicionais sindicatos ou partidos políticos pelo seu funcionamento autónomo e formas de acção que rejeitam a hierarquia e todo e qualquer programa político pré-estabelecido. Tendo-se alargado ao meio universitário e não só, o MILI reagrupa diferentes pessoas com uma sensibilidade comum que evolui com base no consenso. Para além da teoria, este movimento autónomo privilegia acções dinâmicas e directas contra o capitalismo.

2 Consultar Mapa número 12.

3 Expressão usada para definir alguém que participou na contestação do Maio de 68.

4 «*Et tout le monde déteste la police*», grito consensual de uma grande parte dos manifestantes desde o início do movimento, contrariando a ideia de que a polícia existe para nos proteger (como foi dito depois da captura dos terroristas contra Charlie Hebdo) e relembrando a morte do ecologista e pacifista Remi Fraisse em Outubro de 2014 numa manifestação contra a construção da barragem em Sivens.

Isto não é um movimento

Tradução para português do artigo "Ceci n'est pas un mouvement" publicado originalmente no site francês **lundi.am**

Manifestação em Nantes a 31 de março contra a lei do Trabalho, conhecida como "lei El Khomri", que pretende aplicar profundas alterações no código laboral em França.

A nova estrutura estatal é caracterizada pelo facto que a unidade política do povo, e daí, o sistema geral da sua vida pública, se reflecte em três séries que são de ordens distintas. As três séries não se situam à partida no mesmo ponto, mas uma delas, isto é, o Movimento encarregue do Estado e do Povo, penetra e conduz as duas outras.

Carl Schmitt, *État, Mouvement, Peuple* (1933)

TRADUÇÃO **ANA DA PALMA**
FONTE **LUNDI.AM/CECI-N-EST-PAS-UN-MOUVEMENT**

Há cerca de um mês que, no final de cada semana, se especula sobre o estado do "movimento contra a lei El Khomri" - media, sindicalistas, militantes e esperançosos de toda a espécie querem acreditar que é desta: depois das manifestações "históricas" de 31 de Março que terão visto duplicar os efectivos dos desfiles de 9 de Março e agora as assembleias de "Nuit debout" (noite em pé), o movimento tanto esperado, mas que nunca mais acabava de começar, nasceu finalmente. Talvez se persistimos tanto em pôr o nome de "movimento" ao que se passa neste momento em França, é porque se trata, na realidade, de algo totalmente diferente, algo de inédito. Porque um "movimento" é exactamente algo que em França sabem *gerir*, isto é vencer. Já lá vão os tempos em que movimentos levavam a transtornos extensos, as organizações, os governos, os media são mestres na arte de conjurar a ameaça que qualquer acontecimento de rua carrega consigo: que a situação se torne ingovernável. Não devemos nunca esquecer que o actual Primeiro Ministro não o é em virtude da sua licenciatura em história obtida nos anos 1980 em Tolbiac, mas porque se formou enquanto sindicalista na UNEF[1]. Na altura, era com Alain Bauer ou Stéphane Fouks, um dos pesadelos do Colectivo Autónomo de Tolbiac (o CAT) e inversamente.

Um "movimento", para todo o pessoal de enquadramento a que se reduz esta sociedade, é algo de reconfortante. Tem um objecto, reivindicações, um *quadro,* portanto com porta-vozes patenteados e possíveis negociações. Assim, nesta base, nunca é difícil separar entre o "movimento" e aqueles que "transbordam" do quadro, de chamar à ordem os seus elementos mais determinados, a sua fracção mais consequente. Serão qualificados oportunamente de "vândalos", "autónomos", "niilistas" quando é patente que aqueles que lá estão para impedir as dinâmicas, são precisamente os niilistas que só vêem no movimento uma oportunidade para os seus futuros postos ministeriais – todos os Valls, Dray e outros Julliards. Cortar um "movimento" da sua fracção mais "violenta" é sempre uma forma de o enfraquecer, de o tornar inofensivo e finalmente mantê-lo sob controlo. Os movimentos são efectivamente *destinados a morrer,* mesmo vitoriosos. A luta contra o *Contrat Première Embauche*[2] (Contrato Primeiro Emprego – CPE) serve de exemplo. Basta um recuo táctico do governo e o terreno desaba aos pés dos que começaram a marchar. Alguns artigos na imprensa e alguns JT (Jornais Televisivos) contra os "jusqu'auboutistes"[3] bastam amplamente para retirar o que, ainda ontem, *podia tudo:* a legislação social sobre a qual os mais audaciosos procedimentos se tinham apoiado. Uma vez estas pessoas isoladas, os procedimentos policiais e depois judiciais, mais ou menos imediatos, vinham oportunamente secar o mar do "movimento". *A forma-movimento é um instrumento nas mãos dos que pretendem governar o social e mais nada.* O extremo nervosismo dos serviços de ordem, em particular da CGT[4], da BAC[5] e as bófias durante as manifestações das últimas semanas é o sinal que trai a sua vontade desesperada de querer fazer entrar na forma-movimento o que se pôs em marcha e que lhes escapa totalmente.

Toda a gente concorda. A lei do Trabalho é apenas "a gota de água que faz transbordar o copo". O que se exprime na rua, em palavras de ordem ou confrontos, é "estamos fartos", etc. O que se passa é que já não suportamos ser governados por essa gente, nem dessa maneira; e talvez até, diante do falhanço flagrante desta sociedade em todos os domínios, já não suportamos ser governados de todo. Tornou-se epidérmico e epidémico, porque se trata cada vez mais claramente de uma questão de vida ou de morte. Estamos fartos da política; cada manifestação tornou-se *obscena,* porque é obscena a forma de se agitar de maneira tão impotente numa situação tão extrema em todos os aspectos.

Dito isto, faltam-nos palavras para designar o que se desperta em França neste momento. Se não é um "movimento", o que é então? Diríamos que se trata de um "planalto". Antes da palavra ser utilizada por Deleuze e Guattari para o título do seu melhor livro *Mil planaltos,* a noção foi elaborada pelo antropólogo e cibernético Gregory Bateson. Ao estudar nos anos 1930 o *ethos* balinês, é surpreendido por esta singularidade: enquanto os Ocidentais, quer na guerra, quer no amor, gostam das intensidades exponenciais, as interacções cumulativas, as excitações crescentes que levam a um culminar – orgasmo ou guerra total – seguido de uma descarga de tensão, social, sexual ou afectiva, os balineses, quer na música, no teatro, nas discussões, no amor ou no conflito fogem da corrida ao paroxismo; privilegiam os regimes de intensidades contínuas, variáveis, que duram, que se metamorfoseiam, que evoluem, em suma: que devêm[6]. Bateson vincula isto a uma prática singular das mães balinesas: "*a mãe inicia um namorico com a sua criança, brincando com o seu pénis, ou estimulando-a de qualquer maneira para uma actividade de interacção. Portanto a criança fica excitada pelo jogo e durante uns instantes uma interacção cumulativa se produz. Mas, no momento em que a criança, aproximando-se de uma espécie de orgasmo, se agarra ao pescoço da sua mãe, esta desvia-se. Neste ponto, a criança inicia, como alternativa, uma interacção cumulativa que se traduz numa birra. Doravante, a mãe desempenha o papel de espectadora que tira prazer da birra da criança: repele os seus ataques sem manifestar furor*" (*Vers une écologie de l'esprit*). Assim a mãe balinesa ensina à sua progenitura a fugir das intensidades paroxísticas. A fase em que estamos a entrar politicamente em França neste momento, não é – pelo menos até às ridículas eleições presidenciais, *de que não há tanta certeza que desta vez nos consigam impor* - uma fase orgásmica de "movimento" a que se segue a necessária debandada, mas uma fase de *planalto*: «*uma região contínua de intensidades, vibrando nelas próprias, e que se desenvolve evitando qualquer orientação num ponto culminante ou em direcção a um fim exterior.*"[7] (Deleuze-Guattari, *Mille plateaux*)

O nível de descrédito do aparelho governamental é de tal ordem que doravante encontrará no seu caminho, a cada manifestação, uma determinação constante, vinda de todos os lados, para abatê-lo. Portanto, não se trata da velha história trotskista da "convergência das lutas" – lutas que são actualmente tão fracas que mesmo fazendo-as convergir não chegaríamos a nada de sério, além de perder, na redução política habitual, a riqueza própria de cada uma delas –, mas da actualização prática do descrédito geral da política em todas as ocasiões, isto é das liberdades cada vez mais ousadas que vamos conquistar ao aparelho governamental democrático. O que está em cima da mesa, não é de todo uma unificação do movimento, mesmo por meio de uma assembleia geral do género humano, mas a passagem de limiares, deslocações, agenciamentos, metamorfoses, ligações entre pontos de intensidade política distantes. É evidente que a proximidade da ZAD[8] tem efeitos sobre o "movimento" em Nantes. Quando 3000 alunas (os) de liceu entoam "*tout le monde déteste la police*" (toda a gente detesta a polícia), vaiam o serviço de ordem da CGT, começam a manifestar de cara tapada, não recuam diante das provocações policiais e partilham soro fisiológico depois de terem apanhado com gás lacrimogéneo, podemos dizer que, num mês de bloqueios, um certo número de limiares foram passados, um certo número de liberdades foram tomadas. O desafio não é de canalizar o conjunto dos devires, dos transtornos existenciais, dos encontros que fazem a textura do "movimento" num único rio poderoso e majestoso, mas de deixar viver a nova topologia deste planalto e de percorrê-lo. A fase de planalto em que entrámos não procura nada de exterior a si mesma: "é uma característica infeliz do espírito ocidental, de reportar as expressões e as acções a fins exteriores ou transcendentes, em vez de os estimar num plano de imanência de acordo com o seu próprio valor." (Deleuze-Guattari, *Mille plateaux*). O que importa é o que já está a ser feito e o que cada vez mais não vai parar de ser feito: impedir passo a passo o governo de governar – e por "governo", não se deve entender unicamente o regime político, mas todo o aparelho tecnocrata público e privado de que os governantes nos oferecem uma expressão apalhaçada. Não se trata portanto de saber se este "movimento" vai ou não conseguir acabar com a "lei El Khomri", mas o que já está em curso: a destituição daquilo que nos governa."

Toda a gente concorda. A lei do Trabalho é apenas "a gota de água que faz transbordar o copo". O que se exprime na rua, em palavras de ordem ou confrontos, é "estamos fartos", etc.

/// NOTAS

1 Union Nationale des étudiants de France (União Nacional dos Estudantes de França): https://fr.wikipedia.org/wiki/Union_nationale_des_%C3%A9tudiants_de_France

2 https://fr.wikipedia.org/wiki/Contrat_premi%C3%A8re_embauche

3 Neologismo de "jusqu'au bout" significando: até ao fim. Neste caso remete para "aqueles que vão até ao fim".

4 Confederação Geral do Trabalho: https://fr.wikipedia.org/wiki/Conf%C3%A9d%C3%A9ration_g%C3%A9n%C3%A9rale_du_travail

5 Brigada anticomando: https://fr.wikipedia.org/wiki/Brigade_anticommando

6 Em francês: "deviennent" por referência ao conceito deleuziano & Guattariano (***Anti-Édipo***) "devenir": devir. Devir é o conteúdo próprio do desejo (máquinas desejantes ou agenciamentos). Torna-se um conceito específico em ***Kafka. Pour une littérature mineure***.

7 Deleuze & Guattari (1980, p.32). Mille plateaux. Paris: Les éditions de minuit.

8 ZAD: Zone à Defendre (Zona a defender): https://fr.wikipedia.org/wiki/Zone_%C3%A0_d%C3%A9fendre

O Berço do Daesh

Barbearia no campo de deslocados internos Cover Two, em Duhok.

O Iraque moderno surge de um velho hábito colonialista de desenhar nações a régua e esquadro: a 16 de Maio de 1916 foi ratificado o acordo de Sykes-Picot, entre a Inglaterra e a França, que dá origem ao mapa de nações do Médio Oriente que hoje conhecemos. Ou conhecíamos. Foi já em 2014 que o aparelho mediático do Estado Islâmico nos anunciava o fim das fronteiras desenhadas por Mark Sykes, quando os seus mujahideen estrangeiros destruíam os postos fronteiriços entre a Síria e o Iraque. Esse mapa, desenhado na mesma sala onde hoje se senta David Cameron, e que respondia à necessidade de dividir o derrotado Império Otomano, foi pensado com absoluto desrespeito pelas populações, as suas culturas, histórias e territórios. Foi este mesmo acordo que reservou uma área para os projectos sionistas da criação do Estado de Israel, enquanto transformava os Curdos em não-povo, desmembrando as suas comunidades por quatro nações. São estas comunidades que Ana Gonçalves visitou. De lá trouxe as histórias das pessoas que são duplamente confrontados com um momento histórico único em que finalmente vislumbram a possibilidade de construir o Curdistão negado, enquanto travam uma luta de morte com um novo projecto fruto dos jogos imperialistas e colonialistas deste século: o Estado Islâmico. São algumas dessas histórias e relatos em primeira mão que o MAPA publica neste número, quando se assinalam os 100 anos do infame acordo Sykes-Picot, e na esperança que tenha de facto chegado ao fim não só o seu prazo de validade, mas também a sua influência colonialista no Médio Oriente.

TEXTO E FOTOGRAFIAS **ANA GONÇALVES***

Em Maio de 2015 comecei a escrever um artigo sobre migrantes provenientes de países instáveis por motivos de guerra, repressão política ou falta de liberdade. Sempre me fascinou a luta do povo curdo, apátrida desde há três mil anos que lutava praticamente sozinho contra a ameaça do autoproclamado Estado Islâmico (Daesh). Através de vários contactos que fiz, conheci Karwan Kurdi, cidadão iraquiano proveniente do Curdistão Iraquiano, estudante de doutoramento de Engenharia dos Petróleos no Instituto Superior Técnico, que após breves minutos ao telefone me convidou para jantar em sua casa. Acabei por conhecer mais estudantes curdos, entre eles Hawreen, também estudante de doutoramento de Engenharia Civil, e figura maior da reportagem que fiz na altura. Naquele jantar em casa do Karwan, à mesa com o Curdistão, fiquei fascinada pela luta e amor que cada um daqueles jovens demonstrava em relação à causa curda. Nessa mesma noite, desenharam-se as primeiras linhas para a viagem ao Curdistão Iraquiano, que teria lugar dali a cinco meses. A pergunta foi simples e direta, queres vir ao Curdistão, ver o outro lado? A resposta foi imediata, sim!

ERBIL

A quarta maior cidade do Iraque e capital do Curdistão Iraquiano, Erbil, é uma das urbes mais antigas do mundo, a sua origem remonta a 6000 a.C. A cidade tem uma vida intensa com vários restaurantes, esplanadas, cafés onde grupos de homens bebem chá ou fumam *shisha*, um bazar principal fervilhante composto por várias artérias onde facilmente nos perdemos numa tentadora loja de doces ou em lojas de tecidos de mil padrões diferentes provenientes da Índia, do Dubai, da Turquia, onde filas de mulheres entram e saem num corrupio alegre. Há ainda pequenas joalharias faustosas, em que o ouro predomina, lojas de brinquedos, de telemóveis, sapatarias e toda a espécie de pequenas bijuterias que enchem o espaço.

Fora do bazar, ao ar livre, no parque Shar podemos comer fruta fresca, especialmente romã, que é vendida em pequenos copos, ou deliciar-nos com um refrescante gelado ou sumo fresco, bálsamos para um Verão quente que só ao cair da noite dá tréguas. Um comércio vivo a cada esquina transforma a cidade numa miscelânea de sons, cheiros e sabores que se confundem e inebriam a multidão que passa. Quando se circula pelo centro de Erbil dificilmente se pensa que Mossul, bastião dos extremistas, fica apenas a 80 Km dali, tal a descontração com que a vida decorre na capital do Curdistão Iraquiano.

Desde a queda de Saddam Hussein, em 2003, operou-se um crescimento rápido em Erbil. Numa década construíram-se universidades, centros de investigação, arranha-céus, hotéis, centros comerciais, parques de diversões para as famílias, diversos jardins, com o sentido de melhorar a qualidade do ar. A cidade crescia próspera, atraindo cada vez mais investidores estrangeiros.

Até que em Agosto de 2014, o Daesh (acrónimo árabe do autoproclamado Estado Islâmico) atacava em força a região do Curdistão Iraquiano e chegava às portas da capital. Os investidores, sempre presentes, tornaram-se receosos, as construções abrandaram ou pararam, os centros comerciais, à escala mundial, nunca chegaram a encher, o turismo tornou-se uma miragem, bem como os negócios auspiciosos. O crescimento anual foi em 2015 negativo quando antes atingia os 10%, os bancos começam a fechar por falta de liquidez e as pessoas preferiram manter o dinheiro em casa ou depositá-lo em bancos turcos. Além disso, os funcionários públicos continuam a receber salários com seis meses de atraso, numa região onde 75% da população trabalha para o Estado.

De Bagdad, as notícias que chegam também não são animadoras. O Governo Central, que deveria cobrir 17% do orçamento da Região do Curdistão, não disponibiliza qualquer ajuda já há vários anos, os preços do petróleo descem sistematicamente e, com toda a falta de verbas que existe, o sistema de saúde colapsou, e o sistema de ensino subsiste com muitas dificuldades, pois grande parte do orçamento serve para cobrir as despesas de guerra, como o pagamento de salários aos Peshmerga, armamento e manutenção dos *checkpoints*.

Se a situação era má desde o início dos confrontos contra o Daesh, piorou quando os deslocados internos começaram a chegar. Cerca de 38% de toda a população de deslocados internos do Iraque, só em Erbil. Os curdos, que sempre foram reconhecidos por receberem de braços abertos todas as minorias e árabes que procuravam refúgio, debatem-se agora com problemas internos graves começando a notar-se algum constrangimento com a presença de cada vez mais árabes pelas ruas da capital.

Para Mohamed, 28 anos, antigo professor de educação física, deslocado interno, dono de um pequeno restaurante *kebab*, já não é possível viver no Iraque. "*Vim para Erbil porque corria perigo de vida em Bagdad. As milícias ameaçaram matar-me, então fugi para o Norte, aqui não corro perigo, mas estou a poupar para ir para a Alemanha. O Iraque acabou, Bagdad acabou e era uma cidade tão bonita...*"

Noutro restaurante de Erbil, uma típica família de classe média almoça em silêncio. "*A minha filha e o marido daqui a poucas horas vão partir para a Turquia de autocarro e a partir daí vão tentar chegar à Europa, ainda não sabem como, se por mar ou por terra. A minha filha tem 23 anos, é professora, e não quer continuar no Iraque. Se tiver sucesso na viagem, em breve chama os irmãos para o pé dela*", conta o pai de família.

Cerca de 4000 refugiados por dia, mesmo no Inverno, chegaram à Europa, um milhão de refugiados a terminar o ano de 2015, número que quadruplicou em relação a 2014, o maior fluxo migratório para a Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

> "Vim para Erbil porque corria perigo de vida em Bagdad. As milícias ameaçaram matar-me, então fugi para o Norte. O Iraque acabou, Bagdad acabou e era uma cidade tão bonita..."

VIAGEM À LINHA DA FRENTE – OS PESHMERGA

Sabin Sabir, 28 anos, Peshmerga destacado na aldeia de Tal Alwad, situada a sudoeste de Kirkuk, acompanha-nos até à frente. "*Estou de férias, mas sempre que o general Kak Azad precisa de mim, mesmo que seja a meio da noite, eu vou. Pego na minha arma, no meu equipamento, saio de casa e apanho um táxi, muitas vezes sem a minha mulher e os meus filhos perceberem*".

Perante a passividade das potências internacionais ao avanço do Daesh, os Peshmerga, um grupo curdo armado, que combate pela criação de um Estado independente do Curdistão nas zonas do Iraque, Síria e Turquia, enfrentam na linha da frente fileiras de homens vestidos de negro, sem nacionalidade definida. Desde Agosto de 2014, cerca de 1300 Peshmerga já perderam a vida e mais de 7000 ficaram feridos na proteção de cerca de 1000 km de fronteira.

Tal Alwad e as restantes aldeias próximas são controladas pelos Peshmerga, contudo toda a região continua a ser muito perigosa, visto que os extremistas controlam ainda várias cidades situadas a sudoeste de Mossul. À medida que nos aproximamos da base, Sabir chama-nos a atenção para as mudanças que se fazem notar. A paisagem muda, torna-se mais árida, desértica, a temperatura sobe, chega aos 47º C. Encontramo-nos na fronteira entre o deserto e as terras de cultivo, significa que nos aproximamos do sul, do imenso e impenetrável deserto do Sudeste.

À nossa espera, na base de Tal Alwad, está o general Kak Azad, responsável maior pelas forças Peshmerga naquela zona. No topo de uma colina, com visão privilegiada sobre todo o território, vários Peshmerga de Kalashnikov na mão mantém as suas posições atrás de trincheiras improvisadas. Ao longe, avista-se um pequeno afluente do rio Tigre, uma fronteira natural que marca a separação entre os territórios.

O general Kak Azad leva-nos para dentro de uma pequena caserna feita pelos seus homens e mostra-nos algumas armas químicas convencionais. *"Os meus homens não sabiam o que era isto e felizmente que nada aconteceu, porque não temos máscaras, nem equipamento para nos protegermos do gás"*, explica o general.

A utilização de armas químicas faz reacender pesadelos antigos, da altura em que Saddam Hussein, em 1988, lançou ataques com armas químicas contra os curdos. Muitas das fábricas de armamento, ainda do tempo de Saddam, foram deixadas ao abandono e à mercê dos jihadistas pelo exército iraquiano.

Após a queda do regime do antigo ditador e o abandono das tropas americanas, o exército iraquiano ficou bastante fragmentado, de um lado Xiitas, do outro Sunitas. O Primeiro Ministro do Iraque, Nuri Al-Maliki agudizou a situação, já de si frágil, quando excluiu os oficiais e soldados árabes sunitas do exército, fazendo com que muitos deles engrossassem as fileiras do Daesh.

No Verão de 2012, já sem tropas norte-americanas no terreno, o Daesh lançava no Iraque a operação "Derrubar Muros" destinada a tirar das prisões militantes e dirigentes sunitas. Foram os primeiros passos dados pelo Daesh no Sul do Iraque que, entre a ausência do Estado Iraquiano ou, por vezes, a sua estranha passividade, foi terreno fértil para os avanços das milícias. Mossul, uma cidade com cerca de dois milhões de habitantes, onde sempre conviveram Sunitas, Xiitas, Curdos, Yazidis e Cristãos, foi rapidamente dominada pelos extremistas, tornando-se assim o bastião do Califado no Iraque.

Contudo, apesar de todas as conquistas já feitas pelos extremistas, o general Azad faz um retrato pouco abonatório das suas capacidades. *"Eles não têm um exército bem organizado, nem conhecem tácticas de guerra básicas, mas isso não os torna menos perigosos. Era bem melhor se pudéssemos lutar contra um exército organizado, disciplinado e conhecedor. A forma como eles atacam é através de ataques furtivos feitos por snipers, ataques suicidas ou carros armadilhados"* refere.

A conversa continua na pequena caserna, vão-se juntando a nós cada vez mais oficiais e soldados. Atenciosamente, servem-nos água fresca e um chá quente antes de almoço, enquanto isso, vários Peshmerga mostram-nos vídeos e fotografias dos combates que travaram na frente, são as suas pequenas crónicas ali narradas, nos ecrãs dos pequenos telemóveis. Corpos sem vida saltam à vista, alguns rostos parecem extremamente jovens... *"Para se ser um soldado Peshmerga tem que se ter mais de 18 anos, pode ser-se ou não curdo, temos mesmo alguns estrangeiros que vêm como voluntários. Mas, na linha da frente do Daesh encontramos crianças e estrangeiros - europeus, paquistaneses, indianos, até japoneses. Sabemos isso pelos passaportes. O Daesh é um cancro, que destrói tudo"*, assegura o general Azad.

Shwan Shwane, 25 anos, estudante de Engenharia Civil na Universidade de Salahaddin, em Erbil, casado e com uma filha de um ano, teve de interromper os estudos por causa da guerra. Agora, é camionista e Peshmerga. "*Vamos sempre lutar contra o Daesh porque eles fazem mal às nossas mulheres, às nossas crianças. São assassinos brutais. Mas eles não nos vão conseguir vencer porque nós lutamos por uma causa, eles não*" diz Shwan.

São três da tarde, está um calor que não dá tréguas, na frente as armas permanecem suspensas entre os sacos de areia, em trincheiras improvisadas. O movimento é praticamente inexistente, reina a calma, mas é uma calma enganadora. À medida que a noite cai, a situação torna-se cada vez mais perigosa, porque os extremistas têm melhor material, como óculos de visão nocturna e armas de longo alcance. "*Estamos a lutar pelo mundo todo aqui*" refere o General Azad ao nosso lado. "*Com poucos meios tentamos fazer muito, mas precisamos de mais apoio da comunidade internacional, não podemos fazer tudo sozinhos*".

As despedidas aos Peshmerga são longas, emotivas, com muitas fotografias pelo meio, mas acabamos por ter de voltar à estrada.

ESTRANGEIROS NOS PESHMERGA

Depois de uma longa viagem chegamos a Dakuk, cidade situada a Sul de Kirkuk, junto ao rio Tigre, base de um batalhão das forças Peshmerga que reúne cerca de 4000 elementos. Os ataques nesta área são contínuos, há inúmeras aldeias à volta completamente destruídas pelos ataques aéreos da coligação e os corpos das vítimas ainda lá estão, sem que ninguém se aventure para fazer a remoção dos destroços com receio de bombas controladas remotamente e minas antipessoais.

Na base de Dakuk conhecemos dois ocidentais que há quatro meses ajudam os soldados Peshmerga na luta contra o Daesh. Oliver e Rebaz (nome fictício) são dois soldados que têm em comum a língua inglesa e a experiência militar. Oliver é canadiano, Rebaz norte-americano. O primeiro esteve oito anos no Afeganistão, o segundo seis anos no Iraque, em Bagdad. Mas o que sentem desde que chegaram ao território curdo do Iraque?

"A minha experiência aqui oscila entre expectativa, decepção, cansaço, surpresa, tudo junto, tudo misturado. Estou aqui como voluntário para ajudar os Peshmerga, mas, além disso, também estou a rodar um documentário [o documentário e outros registos estão disponíveis em www.be-

Crianças Yazidis no campo de deslocados internos em Sharia, Duhok.

Da esquerda para a direita: Rebaz (voluntário dos Peshmerga em Kirkuk), Ana Gonçalves, Oliver (soldado Peshmerga em Kirkuk), e Fabíola Prado, em Erbil.

sideheroes.com] *sobre a minha experiência na Região do Curdistão como soldado estrangeiro. Costumo dizer que tenho a minha arma numa mão e a câmara de filmar na outra, para mim a câmara é como uma arma, porque quero que o mundo saiba o que os Peshmerga fazem diariamente*" conclui Oliver.

Há quatro meses, Rebaz deixou a casa, o emprego de oito horas, e o filho de três anos, e aterrou em Erbil. "*Eu não conhecia o Curdistão e estive no Iraque seis anos a servir o exército dos EUA, mas não sabia que os curdos eram tão diferentes, eles são os nossos aliados no Médio Oriente. Em mais lado nenhum do mundo eu vi pessoas tão honradas e respeitosas, os oficiais estão sempre na linha da frente, podem ganhar mais, mas também morrem como os soldados. Vocês sabem quantos morrem todos os dias?*"**.**

Rebaz é um jovem de 26 anos, mede cerca de 1.90, tem várias tatuagens espalhadas pelo corpo, olhos claros e barba ruiva comprida. A expressão é calma, como a de qualquer homem do exército bem treinado, e o discurso é fluente. Já dentro do carro, que avançava em grande velocidade pela terra batida, Rebaz tira do uniforme a fotografia do filho e da antiga namorada. "*Este é o meu filho de três anos e esta era a minha namorada, Lydia, que se suicidou. É por causa deles que eu estou aqui, no Curdistão. Fiz coisas muito más quando estive em Bagdad, muito más mesmo. Agora estou no local certo a fazer o que é correto. Lutar contra o Daesh*".

"*Após cada ataque aéreo da coligação, os refugiados começam a aparecer. Mulheres, crianças e homens fogem das aldeias à procura de abrigo na base. Alguns homens que chegam têm a barba cortada, trazem mulher e filhos, mas têm um olhar frio, calmo. No meio do caos só um soldado consegue ficar assim. Pegamos nos telemóveis que trazem e vemos as fotografias que eles nunca apagam, e imediatamente percebemos que são militantes do Estado Islâmico. Eles não são muito espertos, mas têm nervos de aço. Aqui, na nossa base, sabemos sempre quem eles são, mas não sei como funciona nas outras. Eles misturam-se com as populações e em breve estarão noutro sítio qualquer*", conta Rebaz.

Acompanhado sempre da sua arma, sorriso no rosto, conta-nos que demorou quase um mês a convencer o general a deixá-lo ir para a frente, sempre quiseram protegê-lo ao máximo e fazem isso com todos os estrangeiros que chegam ao Curdistão, são sempre hospitaleiros. *"A roupa que tenho foi-me oferecida. Sempre que preciso de algo, fazem o máximo para que eu tenha tudo o que necessito. Ao contrário de outros soldados estrangeiros que pertencem à legião (são cinco atualmente e todos ingleses, que vivem separados do resto do grupo, que tem carros próprios e só atacam quando apoiados pela coligação), eu e o Oliver convivemos com os Peshmerga diariamente. É muito agradável. Querem todos aprender a falar inglês comigo e eu vou aprendendo curdo, anoto todas as palavras novas aqui, neste caderno".*

O que levou o soldado norte-americano do Alasca a deixar o mundo ocidental e a querer combater no outro lado do globo? *"Eu sou bom naquilo que faço, no exército, como militar. Não quero voltar a viver no Alasca, sinto-me mais livre aqui do que alguma vez fui lá, vivia para pagar contas… Agora, sinto-me realizado, combato, divirto-me com os meus companheiros e, ao mesmo tempo, estou a escrever um livro para o meu filho, para quando ele for adolescente e quiser saber quem foi o pai, onde é que eu estive, o que é que eu fiz e pode ser que assim ele compreenda melhor quem sou eu".* O livro é cuidadosamente guardado numa bolsa de couro, envolvido numa bandeira do Curdistão, guardado num saco de plástico para ficar protegido da água. *"É o meu tesouro".*

FALTA TUDO

O campo é imenso, à volta é a desolação completa; aldeias destruídas a perder de vista, um silêncio pesado, nem um sinal de vida do outro lado, mas acredita-se que tudo esteja minado de explosivos e armadilhas. Para Rebaz, esta guerra é muito peculiar. "*Parece que estamos na Primeira Guerra mundial, o equipamento é o mesmo. Não há tanques, óculos de visão noturna, máscaras anti-gás, nada! Nem de um lado, nem de outro, trincheiras dos dois lados e ataques combinados, todos sabem quando é dia de ataque. Os Peshmerga não precisam de mais campos de treino, passaram anos em guerra, eles precisam de dinheiro, de equipamento, necessitam que o mundo saiba quem eles são".*

Fomos convidados a passar a noite com os Peshmerga e à medida que as horas avançavam o camião da comida começava a distribuir a refeição, uma saborosa sopa de leguminosas. "É agradável durante os primeiros dias" diz-nos Rebaz, "*mas depois de comermos o mesmo todos os dias, já não achamos assim tão bom*". Há jovens e homens mais velhos que se juntam à volta do camião. É ali que comem, convivem e dormem por turnos, pois não cabem todos na camarata. Depois do jantar há ainda jogos de dominó, sorrisos e histórias que enchem a noite. A guerra também se faz destes momentos.

Na manhã seguinte tomamos um bom pequeno-almoço curdo, com fruta, ovos, frutos secos, mas começa a notar-se uma agitação que ainda não tinha sido vista. O general diz-nos que temos de ir embora. É dia de combates e apesar da insistência, não podemos ficar. Está na hora da despedida, para Rebaz o adeus é ainda mais sentido, apesar de dizer que não sente falta de nada no Curdistão, confessa que sabe bem falar inglês com alguém uma vez por outra.

Num Médio Oriente em luta pela afirmação da mulher, a liberdade conquistada por estas jovens guerrilheiras é ouro.

VIAGEM AO TOPO DA MONTANHA – O PKK NO IRAQUE

A aliança entre o Governo Regional do Curdistão, no Iraque, e o governo de Ancara não satisfaz muitos curdos, que não esquecem a opressão do governo de Erdogan ao povo curdo na Turquia, cerca de 20 milhões, 55% de todos os curdos a viver no mundo, que não têm direito sequer a falar a própria língua, o curmânji. Por outro lado, na região do Curdistão Iraquiano há muitos simpatizantes do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) que têm combatido desde o primeiro instante as forças do Daesh, que combatem também com a mesma determinação e força as políticas de Erdogan.

À medida que subimos em direção às montanhas de Qandil, no sul do Curdistão Iraquiano, que serve como base e campo de treino para homens e mulheres do PKK, olhamos para cima, sempre à espreita de *drones*. A linha da frente foi intensa, com o Daesh ali tão perto, mas a ida às montanhas fazia-se em silêncio com os olhos pregados ao céu.

Ao fim de dois anos de tréguas entre o PKK e o governo de Erdogan, o ataque ocorrido em Suruç, em Julho de 2015, contra um grupo de jovens curdos que se preparavam para ir até Kobani, na Síria, em trabalho humanitário, reacendeu os conflitos. Estes jovens sofreram um ataque bombista reivindicado pelos homens de Abu Bakr al- Baghdadi, líder do Daesh, resultando na morte de 32 jovens curdos e mais de cem feridos. Várias organizações e partidos acusaram desde logo as autoridades turcas de terem colaborado, ou pelo menos "permitido" este ataque.

As relações já tensas entre Ancara e o PKK acabaram por se agudizar de forma irremediável. Em resposta a este ataque e à inação do governo turco, houve ataques contra as forças militares turcas, levando aos bombardeamentos intensos por sua parte onde quer que existissem células ativas do PKK.

"O território do PKK começa agora, nas montanhas de Qandil, mas temos de telefonar ao meu contacto e se ele não nos atender é porque temos de voltar para casa". Ir às montanhas em pleno mês de Setembro, quando os ataques turcos não abrandam, é extremamente perigoso, como o nosso guia não se cansa de repetir. Do outro lado do telefone, o nosso contacto diz-nos que podemos avançar. Suspiramos de alívio! A paisagem é maravilhosa, a serra pintada de castanho ocre ergue-se à nossa frente em todo o seu esplendor. Há oliveiras, pomares de romãzeiras e vinhas a perder de vista. A temperatura é amena, o sol não queima, parece que nos aproximamos do paraíso. No topo da montanha, o primeiro *checkpoint* controlado pelas forças do PKK. Rapazes quase imberbes com Kalashinov pedem-nos os documentos e dizem-nos para desligarmos os telemóveis. Até nós, vem Zagros Hewram, assessor de imprensa do PKK nas montanhas de Qandil, fala um inglês perfeito, sem qualquer sotaque. Há dez anos era professor de inglês no Irão. Com um olhar sagaz, um sorriso delicado e uma descontração que nos surpreende, abre-nos o caminho por entre as montanhas que albergam a guerrilha.

"Estão a ver aquele ponto branco ali no céu a piscar? São drones. Estamos a ser vigiados, vocês estão a ser observados", conta-nos Zagros. Não conseguimos ver nada, mas mesmo que víssemos já não estamos preocupados por estarmos nas montanhas, este cenário idílico vale todos os perigos. A paisagem luxuriante da montanha faz-nos pensar que podíamos estar ali de

O EI tem outros recursos financeiros para além da venda de petróleo, que atinge cerca de 500 milhões de dólares por ano, sendo o comércio de escravas sexuais um dos mais importantes e rentáveis.

férias a desfrutar de tudo o que a montanha tem para nos oferecer.

Zagros leva-nos às ruínas de uma casa que foi atacada pelas forças turcas, uma família de sete pessoas morreu ali, um carro completamente queimado e escombros é tudo o que resta. *"Nós nunca andamos vestidos como civis para proteger a população, não queremos que a população sofra baixas por nossa causa, mas mesmo assim os aviões turcos não hesitam em atacar-nos".* Há livros, canetas e fotografias no chão, um pastor que passa por ali cumprimenta-nos e voltamos a olhar para o céu, para um ponto branco que esteja a piscar.

Passaremos a noite na pacatez das montanhas em casa de uma família de agricultores, na manhã seguinte iremos ao encontro das guerrilheiras do PKK, ou melhor, elas virão ao nosso encontro. Antes do cair da noite ainda visitamos o cemitério e o mausoléu da guerrilha. Centenas de retratos e objectos pessoais de cada uma das mártires que perdeu a vida ao serviço da causa repousam ali, como tesouros para a eternidade. Pentes, carteiras, pequenos espelhos dispostos dentro de gavetas envidraçadas contam-nos histórias, falam. Ao centro, o retrato de Arin Mirkan, uma heroína de guerra, jovem mãe de 20 anos, comandante do YPG (Unidade de Defesa das Mulheres) que em Kobani, cercada de jihadistas e sem fuga possível, envolveu-se com explosivos e fez-se explodir levando consigo 23 membros do Daesh.

À medida que anoitece, já em casa de uma família de agricultores, repousamos bebendo um chá. Um dos jovens da casa, o filho mais novo Dyare, tem 15 anos e quer ser astrónomo. Não é de estranhar, todas as constelações são visíveis a olho nu, como ver um *drone* num céu tão estrelado? Dyare é um rapaz sorridente, bonito, de olhos verdes, que gosta de Cristiano Ronaldo, mas acha que Messi é melhor jogador, diz-nos que está a preparar uma manifestação juntamente com os amigos. A escola perto de casa vai fechar porque não há professores e a outra escola fica muito distante. "*Todos querem sair do Iraque, são guerras atrás de guerras, nunca estamos em paz e as pessoas não querem viver assim",* desabafa o pai de Dyare.

A seguir ao jantar, Omar, o irmão mais velho de Dyare, canta canções tradicionais, chamam-se *Hairan*. Grande parte dos cantores curdos usam poemas eróticos quando descrevem o corpo feminino e todo o processo de fazer amor, alguns artistas juntam também a religião, e isso torna esta expressão artística ainda mais poderosa. Cantam pela noite fora, pai e filho mais velho, que mais tarde nos diz que está apaixonado e costuma cantar para as estrelas, no terraço de casa, à medida que escreve poemas para a amada.

São 7 horas da manhã, a noite passa depressa, sem sobressaltos e mãe e filha já preparam o pequeno-almoço. Na ombreira da porta, a montanha aparece imponente mesmo aos nossos pés, como é bom acordar e ver todos os dias esta paisagem. A vida no campo começa cedo é por isso que partimos em direção ao encontro das jovens combatentes do PKK, que abandonaram toda a sua vida comum para viverem ali nas montanhas sob os ideais de Abdullah Oçalan, um político guerrilheiro e revolucionário curdo, fundador do PKK, visto como o inimigo número um da Turquia, e preso único de uma ilha-prisão sob o olhar de centenas de guardas.

Enquanto subimos de carro pela encosta escarpada, Zagros Hewram conta-nos que o PKK não tem nada a ver com os outros partidos do Curdistão, tem uma filosofia que assenta no comunitarismo, ou seja pequenos grupos na sociedade que se juntam e transformam a sua aldeia vila ou cidade. Depois de esperarmos cerca de uma hora na montanha e de termos entregue o nosso carro, cinco jovens mulheres curdas descem até nós, armadas, com um sorriso contagiante, falam curmânji e são da região de Batman, na Turquia.

Correm até à fonte, vão buscar água e preparamos uma pequena ceia com queijo da serra e pão. *"Tudo o que comemos é a montanha que nos dá"* explicam-nos as jovens guerreiras. A mais nova tem 17 anos e a mais velha 25. *"Não sinto falta de nada aqui. A minha família era muito pobre, a nossa vida era muito difícil, desde que aqui estou estudo, trabalho e ganhei uma família"* diz-nos a jovem líder do grupo que já combateu o Daesh. Se teve medo? *"Não, eles é que têm medo de nós".* Quando perguntamos se podemos ver onde dormem, elas dizem-nos que a vida na montanha é nómada, não têm um lugar certo. Todos os dias treinam, estudam e preparam-se para novas missões. É totalmente proibido o casamento ou relações sexuais entre os elementos, mas qualquer um pode abandonar a guerrilha se não concorda com estes termos. Num Médio Oriente em luta pela afirmação da mulher, a liberdade conquistada por estas jovens guerrilheiras é ouro.

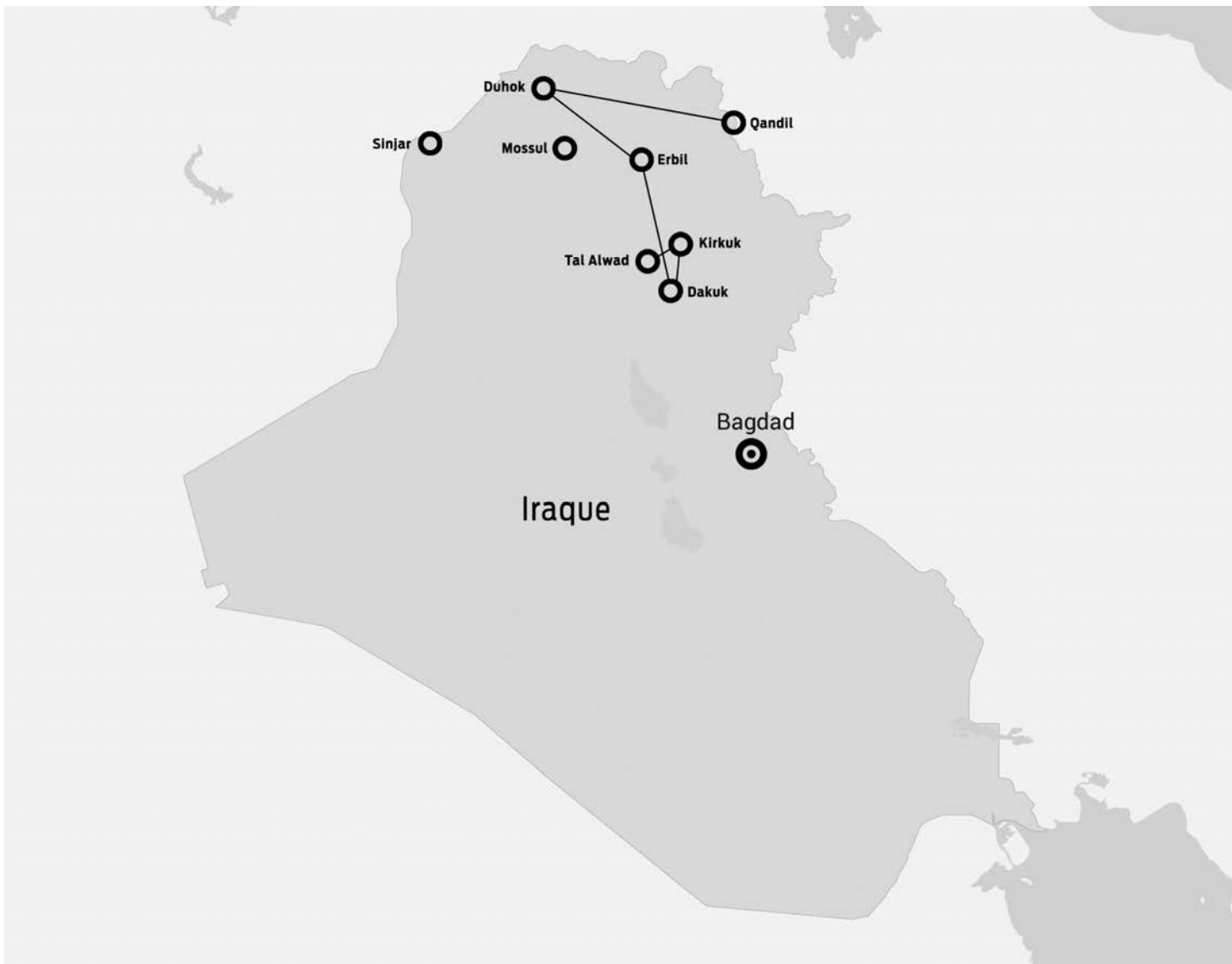
FUGA PARA DUHOK

Cerca de 130.000 Yazidis chegaram à região de Duhok em Agosto de 2014, vieram através das montanhas quando o Monte de Sinjar, a nordeste de Mossul, junto à fronteira síria, foi invadido pelas milícias do Daesh. Muitos não conseguiram sobreviver às difíceis condições climatéricas: temperaturas que rondavam os 50ºc, sem água, comida ou medicamentos. Um genocídio foi evitado quando as forças Peshmerga curdas e os guerrilheiros do PKK, com o apoio aéreo dos EUA, abriram um corredor humanitário através das montanhas, evitando desta forma um massacre anunciado. Em Sinjar, segundo dados recentes das Nações Unidas, o Daesh mantém cativas cerca de 3000 mulheres e crianças Yazidis, transformadas em escravas sexuais e condenadas a uma vida de trabalho forçado.

Em Sharia, distrito de Duhok, um vasto campo para desalojados, construído pelas autoridades turcas, alberga cerca de 9000 famílias Yazidis provenientes do Monte de Sinjar. Cerca de 800.000 Yazidis curdos encontram-se espalhados pelo Norte do Iraque, principalmente na zona de Sinjar, Mossul, e, mais recentemente, depois dos ataques do Daesh, também em Duhok, Erbil e Sulaymaniya.

O campo de Sharia localiza-se num planalto nos arrabaldes da cidade, visto ao longe é uma massa compacta de tendas

Soldados Peshmerga na base de Goerr, Norte do Iraque, Curdistão.



O percurso realizado ao longo do Curdistão Iraquiano.

brancas que brilham sob o sol impiedoso. O primeiro passo é esperar à entrada enquanto mostramos os nossos documentos às autoridades, à espera de autorização para entrarmos. Somos desde logo acompanhados por dois trabalhadores humanitários que vivem no campo e falam inglês na perfeição.

Junto a um dos portões, um grupo de crianças com baldes e garrafões encontra-se à volta de uma das torneiras do campo, enquanto as mães e as avós lavam a roupa. O campo é barulhento, ouve-se o riso das crianças, as vozes das mulheres que conversam, o barulho das máquinas escavadoras em obras, os homens que vendem nas bancas. Num muro do campo, o número 74 aparece escrito em letras encarnadas, é a 74ª vez que a minoria curda Yazidi é perseguida. As perseguições ao povo Yazidi tiveram início ainda no século XIX, durante o império otomano, e estenderam-se durante o regime de Saddam Hussein. Actualmente são um alvo fácil dos ataques de um inimigo sem rosto nem identidade, que os considera "adoradores do Diabo". No entanto apesar de todas estas perseguições e massacres, a sua fé mantém-se inabalável.

Khalaf Mahmood, residente no campo de deslocados internos de Sharia, 65 anos, conseguiu chegar a Duhok, mas a sua mulher e filhas ficaram nas mãos dos jihadistas. *"Não quero nada, nem ir para lugar nenhum, só quero a minha família de volta. Choro todos os dias e não consigo comer. Onze membros da minha família estão desaparecidos, não sei nada deles, mas sei que com 10.000 dólares americanos conseguia salvá-los a todos".*

Através do recurso a contrabandistas é possível resgatar vários familiares ao Daesh, no entanto é uma tarefa difícil, perigosa e muito dispendiosa para as famílias. A SAIFO, uma ONG curda, é responsável pelo resgate e salvamento de vários Yazidis, das áreas ocupadas pelos jihadistas.

"É muito arriscado, primeiro temos de chegar aos contrabandistas, depois eles têm de chegar aos jihadistas e todo este processo é muito dispendioso para as famílias. Nós conseguimos juntar dinheiro através de donativos feitos pela sociedade civil, mas não temos quaisquer apoios das Autoridades para fazermos isto" conta Diler Sinjary, director-executivo da SAIFO.

O autoproclamado Estado Islâmico tem outros recursos financeiros para além da venda de petróleo, que atinge cerca de 500 milhões de dólares por ano, sendo o comércio de escravas sexuais um dos mais importantes e rentáveis. Não estará esta ONG, indirectamente, a ser uma fonte de rendimento do Daesh? *"O dinheiro nunca vai directamente para eles, pagamos a intermediários, temos de fazer qualquer coisa, não podemos abandonar os nossos..."* argumenta Diler Sinjary.

Maha Abduhalla (nome fictício) é uma jovem adolescente como tantas outras, que está agarrada ao telemóvel. Contudo, a vida de Maha Abduhalla sofreu um duro revés quando há um ano foi feita refém pelos jihadistas.

"Fui violada e vendida por três vezes. Um dos homens que me violou era sobrinho de um dos meus vizinhos, tentei falar com ele, «por favor, não faças isso, tens a idade do meu irmão», mas ele não fez caso. Uma das vezes em que fui capturada, telefonei ao meu pai, e o violador descobriu e espancou-me. O meu pai ligou-lhe então, a dizer que já tinha o dinheiro para me comprar de volta, 150.000 dólares, e no final da chamada ele olhou para mim e começou a rir, a dizer que quando o meu pai chegasse ia matá-lo e ficar com o dinheiro. Depois começou a rir-se de novo. Liguei ao meu pai e implorei-lhe que não viesse... Não há nada que me faça feliz neste momento. Não tenho namorado e nem quero, nem gostaria de ter filhos. Por causa da minha história, fui a Londres, aos estúdios da BBC, em Novembro. Vou agora para a Alemanha, onde vou receber apoio psicológico durante dois anos, e espero nunca mais voltar ao Iraque. Gostaria de estudar outra vez e ser engenheira" conta Maha.

Quando lhe perguntámos como tinha sido a reação da sua família quando a voltou a ver, ela contou-nos que o pai passou vários dias a chorar agarrado a si. As mentalidades estão a mudar e, se antes do aparecimento do Daesh, havia códigos de honra bastante severos em relação às mulheres Yazidi, agora, os pais só querem ter as suas filhas de volta.

Sheilman Shibo, 42 anos, líder de uma equipa numa organização humanitária em Duhok, afirma: "*Tenho orgulho em ser Yazidi, mas sou uma pessoa em primeiro lugar. A minha fé está no meu coração. O que o Daesh faz connosco é um massacre, mas fazem o mesmo em Tal Afar e contra os curdos em Mossul, eles matam toda a gente,*" argumenta.

O ÊXODO

Mais de quatro milhões de pessoas já chegaram à Europa desde o início da guerra na Síria, em 2011, entre eles sírios, mas também iraquianos e afegãos procuram salvar as suas vidas. No entanto, as fronteiras continuam fechadas, por isso torna-se necessário empreender odisseias demasiado perigosas, que passam quase sempre pelo Mediterrâneo, em barcos sobrelotados.

"Diria que mais de 95% das pessoas aqui no campo querem ir para a Europa. O meu filho tentou ir para a Alemanha através da Turquia, mas não conseguiu avançar mais. Acabou por voltar para o campo, sem os 10.000 dólares que levou para pagar aos contrabandistas. Agora, passa os dias agarrado ao telemóvel no facebook. O que é que eles hão-de fazer aqui? Não há nada para os jovens fazerem", recorda Sheilman Shibo.

Mais de metade da população deslocada na Região do Curdistão tem idade inferior a 18 anos, estas crianças e jovens vêem-se obrigados a trabalhar para ajudar no magro orçamento familiar, deixando a escola por falta de condições e dinheiro. As escolas, no campo de refugiados, não estão preparadas para o Inverno, os edifícios estão mal construídos, a chuva infiltra-se pelas paredes, não há mesas, cadeiras, livros, nem professores em número suficiente. Um grande número de crianças na região do Curdistão Iraquiano não vai à escola por falta de documentos e condições.

Hussein, 42 anos, é professor no campo de deslocados internos *Cover Two* também situado em Duhok. Encontramo-lo à saída da escola, não era dia de aulas, só de entrega de presentes por parte das autoridades curdas. As crianças, sentadas no chão, ouviam os discursos de políticos e responsáveis de organizações não-governamentais. Cá fora, algumas centenas de crianças esperavam espreitando pelas grades, mas não puderam entrar.

"Isto não serve para nada, nada" desabafa, Hussein. *"As autoridades (do Governo Regional do Curdistão) vêm cá muitas vezes mas não resolvem os verdadeiros problemas. Estas crianças são extremamente pobres; não têm sapatos para virem à escola, roupa, mochilas, não têm nada, porque os pais não têm dinheiro para gastar com elas. Há quatro escolas no campo e as turmas chegam a ser de 50 alunos, logo não há cadeiras nem mesas para todos e as salas são muito barulhentas. Às vezes, as crianças vêm à escola, mas acabam por não voltar. Para as encontrarmos basta darmos uma volta no mercado de Duhok. Estão lá, a trabalhar".*

Uma menina agarra-se às pernas do professor, ainda não o largou. Hussein conta-nos que nenhuma daquelas crianças tem qualquer tipo de apoio psicológico e a maior parte delas estiveram nas montanhas, algumas viram os pais morrerem. "*Muitas destas crianças precisam de apoio psicológico urgente. Elas estiveram nas montanhas sem comida ou água, algumas perderam a família. Antes dos ataques do Daesh* tínhamos tudo: escolas, *casas, carros, paz. Agora, não há qualquer lugar seguro em Sinjar. Costumávamos dizer que para o ano as coisas seriam melhores, mas agora já não há esperança aqui. Estamos a viver numa prisão*". Hussein acrescenta ainda: "*Todos os professores que conheço estão a tentar chegar à Europa, a países seguros. Perdi dois filhos no Mediterrâneo, o terceiro sobreviveu e regressou, mas está a tentar ir de novo. Há famílias com 20 pessoas que compram um bilhete para um membro da família tentar a sua sorte. Eu tinha uma casa, um salário, e os meus dois filhos, agora não tenho nada*".

As escolas, no campo de refugiados, não estão preparadas para o Inverno, os edifícios estão mal construídos, a chuva infiltra-se pelas paredes, não há mesas, cadeiras, livros, nem professores em número suficiente.

* A viagem aqui documentada teve o apoio da Tolerancy International (www.tolerancy.org), uma ONG curda. Fizeram parte da equipa Ana Gonçalves, Karwan Kurdi, Fabíola Prado (fotojornalista) e Luís Brás (realizador).

A energia da base

O primeiro de uma série de artigos, entrevistas e reportagens com o objectivo de lançar um olhar crítico sobre o actual modelo de produção energética, a sua sustentabilidade e viabilidade no presente contexto de crise climática, ecológica, económica e social.

TEXTO **GUILHERME LUZ**
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT
@GUIXLUZ

A ideia de que estamos em pleno processo de *Transição Energética*, de um sistema baseado em energias fósseis para um outro composto, maioritariamente, por energias renováveis (ER), é hoje incontornável. Em grande parte, as alterações climáticas antropogénicas, a necessidade de que o aumento da temperatura média da atmosfera seja inferior a 2ºC e a consequente necessidade de abandonar os combustíveis fósseis têm sido os argumentos que acompanham a maioria dos discursos em torno desta transição. O acordo de Paris, em Dezembro de 2015, põe em evidência que as soluções vindas "de cima", das lideranças políticas, de pouco servirão para resolver o problema do clima, uma vez que, paralelamente à assinatura deste acordo por parte dos líderes mundiais, temos assistido a uma aposta generalizada na indústria do gás com especial destaque para a criação do *hub* ibérico de recepção de gás com o porto de Sines à cabeça ou a aposta na exploração de gás e petróleo no Algarve.

De facto, seria muito incompleto julgar que as implicações de um sistema energético, seja ele fóssil ou renovável, se ficavam pelo impedimento de certos níveis de CO2 na atmosfera e desconsiderássemos muitas outras consequências, nomeadamente a nível económico e social. Algumas consequências da mudança de paradigma energético podem ser parcialmente deslindadas se nos debruçarmos sobre quem são os agentes que farão parte dessa mudança, bem como o tipo de sociedade a que ela nos levará. Em 2015 o investimento global em ER atingiu o recorde de 285.9 biliões de dólares[1] e hoje poucos são os que arriscam conceber um futuro sem ER. A questão é que, maioritariamente, as razões económicas e de maximização de lucro estão no topo das prioridades das grandes corporações e gigantes como a Google, o Ikea ou mesmo as empresas do ramo das energias fósseis como a BP, que apostam em força no mercado das tecnologias renováveis. A abordagem do capitalismo é fazer uso das ER de forma a manter os níveis de crescimento económico e, consequentemente, os níveis de exploração laboral e ambiental.

Existe, no entanto, um empurrão diferente que vem de um amplo leque de comunidades rurais ou urbanas, projetos, iniciativas e modos de pensar que olham para a energia e sua produção, partindo da ideia de que esta é um recurso comum, que deve ser gerido de forma sustentável, horizontal e que é uma necessidade básica. É neste ambiente heterogéneo de transformação que a transição energética, tal como todas as transições energéticas antes desta, nos chega carregada de implicações sociais, económicas e ambientais, bem como inúmeras contradições às quais não podemos fugir. Em 2014, o livro "*Na espiral da energia: História da humanidade a partir do papel da energia",* da autoria do já falecido Ramon Fernandez Duran[2] e de Luis Gonzales Reyes, é editado em Espanha. Ao longo das suas páginas, entre um sem fim de outras coisas, é colocado ênfase nas implicações sociais do modelo energético quando, por exemplo, os seus autores afirmam que "*as fontes energéticas marcam um determinado contexto social que não é neutro"* ou concluem que *"a energia vai muito para lá de um conceito físico que se mede em Jules, pois é também um elemento social, político, económico e cultural. Não se pode entender sem o contexto em que se usa e se extrai "*. Afirmam também que "*as renováveis estão mais distribuídas, são mais dificilmente privatizáveis, requerem tecnologias mais simples e são mais autónomas que os combustíveis fósseis ou que a energia nuclear. Isto significa que, potencialmente originam sociedades mas igualitárias, justas e sustentáveis que as energias sujas".*

Numa contribuição semelhante sobre as ER, Kolya Abramsky avança que *"o processo de construir um novo sistema energético, baseado em torno de um crescente uso de energias renováveis, tem o potencial de fazer uma importante contribuição para a construção de novas relações de produção, troca e sustento que são baseadas em solidariedade, diversidade e autonomia e são substancialmente mais democráticas e igualitárias que as actuais. Além disso, a construção de tais relações é necessária de forma a evitar "soluções" desastrosas para as múltiplas e intersectadas crises financeiras, económicas e políticas".*[3] Talvez o "potencial" das ER carregue o peso de uma questão que, antes de ser técnica, seja política e social, e dependa do mundo que queremos construir. Olhemos, então, para alguns exemplos daquilo que a transição energética pode, infelizmente, ser.

A recente rejeição, no início deste ano, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) do parque eólico de Torre de Moncorvo, em Bragança, é uma boa notícia mas não uma tendência. A APA emitiu uma declaração de impacte ambiental desfavorável relativamente à instalação de 30 aerogeradores de 120 metros de altura em plena Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro num investimento da multinacional irlandesa *Islands* com um investimento de 75M[4]. De facto, os grandes parques eólicos têm sido motivo de conflitos ambientais e sociais desde há muito.

Um caso bem mais grave, antigo e escandaloso teve lugar na comuna de Oaxaca, México e alcançou o mundo através do documentário *Somos Viento* lançado em 2013[5]. O documentário narra o conflito social, económico e ambiental decorrente da instalação de 132 aerogeradores de 3MW com torres de 180 metros de altura, espaçados de 200 metros cada um. Importante para compreender a potencialidade económica do projeto é também o facto de o parque eólico estar posicionado numa das zonas com maior potencial eólico do mundo, o Istmo de Tehuantepec, uma fina faixa de terra, rodeadas por mar de ambos os lados, em Oaxaca. O projecto era da autoria da empresa Mareñas, criada especialmente para o construir com capital de empresas australianas, japonesas, holandesas e acima de tudo bancos. Alguns dados saltam ainda à vista sobre este projeto: vem enquadrado no chamado Plan-Pueblo-Panama, ou Projecto Mesoamérica, que é essencialmente um acordo de livre comércio impulsionado

Estes sistemas de energia renovável *off-grid* produzem eletricidade suficiente para alimentar uma quinta, em termos de refrigeração, iluminação, ferramentas elétricas, comunicações e uma máquina de lavar roupa. Tipicamente estes sistemas são usados para eletrificar aldeias nos países do Sul, onde os níveis de eletrificação rural são bastante baixos.

em 2001 pelo então presidente mexicano Vicente Fox e que tinha como um dos objetivos facilitar a gestão e execução de projectos orientados para a extração de recursos naturais na Mesoamérica, bem como interligar o oceano Atlântico e Pacífico para facilitar a exportação da produção obtida com a exploração no território através da extracção de minérios, instalação de fábricas e exploração de recursos energéticos[6]. Como é visível no documentário, a resistência por parte das comunidades afectadas foi grande já que, entre muitas outras razões, a presença dos aerogeradores entrou em conflito directo com a actividade económica local, principalmente a pesca, resultando numa perda de autonomia daquelas comunidades. Por esse mundo fora, exemplos deste tipo multiplicam-se.

De facto a energia e, concretamente, o controlo sobre as infraestruturas de conversão e produção energética são sinónimo de acumulação de poder. Mas o que hoje é aparentemente possível é escolher entre concentrar esse poder nas mãos de grandes empresas que gerem gigantes parques eólicos ou nas mãos de comunidades que gerem a sua própria produção, recorrendo, por exemplo, a pequenas ou médias turbinas ou um crescente catálogo de tecnologias, modelos, métodos e ideias que diariamente surgem. É neste contexto que algumas iniciativas e projetos no campo energético põem em causa a narrativa das grandes empresas elétricas, dos grandes projetos, do negócio da energia e da visão da energia como uma mercadoria e uma fonte de lucro. Das iniciativas de autonomia e auto-suficiência energética ao movimento das cooperativas de energia renováveis em grande expansão na Europa, passando pelos processos de produção abertos e colaborativos, das iniciativas de apropriação tecnológica ou as micro-redes comunitárias, surgem janelas de oportunidade para pensar o actual sistema energético a partir de baixo e apresentar experiências concretas. De facto, "*na espiral da energia*" apresenta-nos a conclusão de que "a energia vai muito para lá de um conceito físico que se mede em Jules, pois é também um elemento social, político, económico e cultural. Não se pode entender sem o contexto em que se usa e se extrai "

Nesta primeira peça *olhamos* para a organização *Nea Guinea* na Grécia a partir da entrevista com Kostas Latoufis. *Nea Guinea* é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 2009, com o principal objetivo de se reapropriar das necessidades do quotidiano em termos de comida, saúde, energia, habitação e roupa. Desde então, a organização tem estado a operar vários projetos nos quais desenvolve diferentes práticas e técnicas alternativas enquanto ferramentas para aumentar a auto-suficiência e resiliência de pessoas e comunidades na Grécia. O projeto tem como objetivo informar, educar, encorajar e apoiar pessoas a redefinir as suas práticas diárias e tornarem-se activamente envolvidas em diferentes processos de produção, de forma a cobrir as suas necessidades, baseando-se no conhecimento individual e colectivo, e nos recursos locais, de forma a tornarem-se menos dependentes dos bens e serviços do mercado industrial global.

Entrevista com Kostas Latoufis e Nea Guinea

Rotor de uma pequena turbina eólica construida num dos workshops da Nea Guinea

G.L: Nos últimos anos, entre outras coisas, a NG tem-se dedicado à construção, estudo, desenvolvimento e divulgação de pequenas turbinas para a produção de energia eólica. Qual é o potencial destas pequenas turbinas? Podem conferir autonomia energética a comunidades rurais e isoladas? Podem também funcionar em meio urbano?

K.L: As pequenas turbinas eólicas construídas nos *workshops* da Nea Guinea são, tipicamente, parte de sistemas híbridos *off-grid*[7] com uma capacidade instalada de fontes de energia renovável (FER) até 10 kW. Estes sistemas são, normalmente, constituídos por um gerador PV (fotovoltaico), cujo tamanho depende do recurso eólico disponível, um banco de baterias de chumbo-ácido, um inversor/carregador e, possivelmente, um gerador a diesel para servir de *backup* ao sistema de energia renovável. Estas pequenas turbinas eólicas, fabricadas localmente, têm *rotors* cujo diâmetro da pá têm entre 1.2 a 7 metros e são capazes de produzir uma potência entre 200W e 4kW, respectivamente, para velocidades do vento de 10 m/s. Estes sistemas de energia renovável *off-grid* produzem eletricidade suficiente para alimentar uma quinta, em termos de refrigeração, iluminação, ferramentas elétricas, comunicações e uma máquina de lavar roupa. Tipicamente estes sistemas são usados para eletrificar aldeias nos países do Sul[8], onde os níveis de eletrificação rural são bastante baixos. Nestes casos, os sistemas podem providenciar eletricidade para iluminação doméstica e refrigeração comunitária, bem como outras aplicações, de forma a aumentar a actividade económica local e providenciar serviços básicos de saúde e educação. As turbinas de eixo horizontal não são comuns em espaços urbanos devido à grande turbulência causada pelos edifícios. Turbinas de eixo vertical são mais frequentemente usadas, mas com uma produção energética menor que a esperada já que o vento é desacelerado devido à rugosidade dos edifícios, o que faz com que transporte pequenas quantidades de energia.

As pequenas turbinas eólicas são desenvolvidas partir do desenho *Open-Source*[9] de Hugh Piggot[10]. Que importância têm os sistemas de partilha *Open-Source* e o conhecimento aberto na divulgação e no sucesso deste projecto?

As pequenas turbinas eólicas que são descritas nos manuais de construção escritos por Hugh Piggot não estão sujeitas a nenhuma patente. Isto significa que qualquer um as pode fabricar para qualquer propósito e pode fazê-lo livremente. Adicionalmente, os manuais de construção têm direitos de autor e são vendidos pelo próprio autor mas a um preço baixo e com um critério social. Estas duas características tornaram o seu *design* muito popular entre *hobbyists*, entusiastas do DIY[11] e praticantes da apropriação de tecnologia nos países do Sul. A isto junta-se obviamente o facto de que as máquinas produzidas com este *design* se comportarem muito bem no terreno e a manutenção poder ser facilmente realizada pelos utilizadores. Durante a década passada, desde a primeira edição do manual do *design* por Hugh Piggot, emergiu uma rede global de fabricantes de pequenas turbinas eólicas que desenvolve a tecnologia de uma forma colaborativa e baseada no *feedback* dos próprios utilizadores. Além disso, uma associação ao nível global chamada *Wind Empowerment* foi criada para facilitar este processo. O processo é apenas uma pequena parte do movimento *Open Hardware* (*Hardware* aberto) em todo o globo que, desde impressoras 3D[12] até maquinaria para agricultura[13], e desde espaços *Hacker/Maker*[14] até oficinas cooperativas, está a tentar desenvolver um modelo alternativo para desenhar e fabricar produtos tecnológicos. Este movimento assemelha-se ao movimento do *Software* Livre e Aberto e está centrado em desenhar globalmente e produzir localmente.

A energia eólica, através das suas grandes instalações turbinas multi-MW, além de criar grandes impactos ambientais gera, frequentemente, grandes conflitos entre as empresas promotoras e as comunidades afectadas pelos projectos. As pequenas turbinas eólicas podem ser uma alternativa de produção local à produção massiva ou servem apenas para conceder acesso à electricidade a comunidades isoladas?

Ambas as tendências estão a ter lugar e a energia eólica está a ir nos dois caminhos. Os grandes negócios na casa dos Mega-Watt (MW) estão, maioritariamente, a deslocar-se para o *offshore* onde existem bons ventos e menos resistência local, mas custos maiores, já que a maioria dos bons locais para a instalação de turbinas multi-MW em terra foram já ocupados. Entretanto, no continente, a propriedade municipal e comunitária de infra-estruturas de energias renováveis está ganhar terreno, especialmente no Norte da Europa, onde tem uma história mais longa. Cooperativas de energias renováveis na Europa[15] estão a expandir-se em termos de números e aplicações, e providenciam uma perspetiva viável para um modelo de produção energético renovável orientado para a participação comunitária e os recursos comuns. Claro que estas duas tendências são antagónicas entre si até um certo ponto e são mais a materialização do discurso público/privado, com o público a representar mais a ideia da gestão comunitária dos recursos comuns, do que a ideia da regulação estatal. Neste sentido, à medida que o capitalismo neo-liberal toma a forma de uma vasta privatização, pelo menos na Europa, está nas mãos das cooperativas de energia tentar comunalizar a produção de energia contra esta tendência.

(..) à medida que o capitalismo neo-liberal toma a forma de uma vasta privatização, pelo menos na Europa, está nas mãos das cooperativas de energia tentar comunalizar a produção de energia contra esta tendência.

Em geral a produção energética é ainda hoje organizada a partir de uma estrutura centralizada composta por grandes centros produtores e grandes centros consumidores a partir de combustíveis fosseis, nuclear e grandes barragens. Obviamente é também controlada ou por grandes empresas do sector energético ou pelo Estado que opera, na maioria das vezes, como uma agência dessas mesmas empresas que detêm o monopólio sobre todo o mercado e o processo de produção energética. No entanto hoje fala-se muito em sistemas descentralizados de energias renováveis. Em linhas gerais para onde pensas que devem evoluir os sistemas de produção energética e que tecnologias e modelos constituem a sua base?

É verdade que as tecnologias de energia renovável, devido à distribuição de recursos extremamente localizada tal como vento e principalmen-

te o sol, chamam por um modelo de produção energética descentralizado. De um ponto de vista técnico esta mudança tem estado a acontecer na década passada à medida que os sistemas de distribuição evoluem em direção à chamada "smart grid" [rede inteligente] com micro-redes e mini-redes a absorverem a produção local das fontes renováveis. Em particular, os sistemas solares estão a ficar mais baratos e fáceis de instalar a nível doméstico, tornando esta tecnologia acessível para muitos habitantes das cidades. Com políticas tais como o *net-metering* na Europa, estes sistemas domésticos ou a nível dos bairros podem injetar a sua produção energética na rede ou destiná-la ao uso próprio. Através de tecnologias de comunicação apropriadas e regulação dos preços da eletricidade, estes sistemas podem ser interconectados e automatizados para usar eletricidade como um novo tipo de moeda tal como tem acontecido na cidade de Nova Iorque, por exemplo, onde *prosumers* (consumidores e simultaneamente produtores) de eletricidade gerem os seus eletrões através dos seus telemóveis[16]. Como as tecnologias de armazenamento tem custos significativamente elevados, armazenar esta nova moeda na tua casa não é economicamente viável e por isso a rede é usada como *pool* (piscina de energia) comum de armazenamento onde todos dão e tiram ao mesmo preço. Obviamente, a regulação da *pool* comum de energia está nas mãos de agências estatais enquanto há um grande conflito em torno da privatização da actual infra-estrutura de distribuição de energia. Ao mesmo tempo a produção fóssil e renovável de energia das grandes corporações é ainda parte do sistema de produção e estas têm a sua parte neste mercado de ações de energia. O que tudo isto não consegue resolver é a atual mercantilização da energia renovável, que garante valor de troca aos eletrões, em vez de considerar a energia elétrica como parte de um recurso comum ao qual todos temos direito a aceder. Os modelos cooperativos de produção energética são, potencialmente, a única forma de resolver essas questões desde que façam parte de um discurso centrado nos recursos comuns.

Ao nível da gestão, propriedade e participação das comunidades e indivíduos é possíveis hoje pensarmos na adopção de modelos de produção energética organizados a partir da base da sociedade e pelos seus indivíduos? Que experiências conhecem?

A experiência na Grécia é bastante pequena em termos modelos cooperativos de produção energética localizados. Como a nossa organização Nea Guinea está mais envolvida em auto-suficiência e resiliência de pequena escala, temos experimentado com pequenos projectos agrícolas rurais ao produzir e gerir a sua eletricidade a partir de fontes de energia renováveis. Por exemplo, duas pequenas turbinas de 2.4 e 3 metros de diâmetro foram instaladas numa eco-comunidade nos subúrbios de Atenas, que experimentam formas de vida comunitária e tecnologias para a produção de comida a nível local. A comunidade cobre totalmente as suas necessidades energéticas através das duas turbinas e alguns painéis solares. Também uma cooperativa de produção de azeitona biológica no sul da Grécia teve a sua quinta eletrificada com o uso de um gerador solar de 4kW e uma pequena turbina eólica de 2.4 metros construída num *workshop* da Nea Guinea. O *workshop* de energia comprometeu-se com o desenho e a instalação do projecto, ajudando assim a comunidade em termos de resiliência energética. Finalmente uma Bomba de Água Solar de 750W de potência nominal foi instalada na Grécia ocidental, na ilha de Leukada, de forma a bombear a água destinada a irrigação de um poço para a quinta biológica de uma pequena comunidade de pessoas que participa numa rede de protecção de sementes a nível nacional. Adicionalmente, o *workshop* de energia da Nea Guinea desenvolveu o *design* de uma pequena hidroelétrica baseado nas técnicas de fabrico usadas para a construção do gerador das pequenas turbinas eólicas. O pequeno gerador hidroeléctrico de 500W de potência nominal foi instalado em Março de 2013 na quinta rural 'Rodokalo', na montanha de Iti, na Grécia central. A pequena comunidade que lá vivia e que praticava um caminho em direcção do decrescimento não tinha, previamente, eletricidade. O *workshop* da Nea Guinea comprometeu-se com a tarefa de construir a resiliência energética daquela comunidade, e desenhou e instalou o projecto da pequena hidroelétrica, não apenas para cobrir as suas necessidades energéticas mas também as suas necessidades em termos de água quente. Este é um exemplo prático de como as tecnologias *Open-Source* podem ser aplicadas em contextos locais e transformarem-se assim em ferramentas para a auto-suficiência. Todos os exemplos acima são parte de um projecto mais amplo do *workshop* de energia, de forma a providenciar serviços de eletrificação para comunidades em decrescimento e iniciativas educacionais através do uso de tecnologias *Open-Source*.

Uma pequena turbina eólica finalizada e instalada

A ecologia parece ter entrado no léxico das grandes empresas e dos governos. Hoje fala-se em "crescimento verde" e "economia verde". No entanto a energia continua a ser vista como uma mercadoria e um produto com a qual estes geram lucros e fortunas. Isto acontece paralelamente a um crescente movimento social, que podemos considerar global, alertar para os efeitos das alterações climáticas e para o colapso generalizados de ecossistemas e sistemas naturais. Qual será o papel de modelos energéticos horizontais, comunitários e sustentáveis neste processo?

Na continuação da questão anterior, os modelos cooperativos de produção energética podem ser uma das poucas maneiras de resolver as questões da mercantilização da energia e trazer uma discussão pública e aberta sobre os recursos energéticos partilhados. Não estou seguro até que ponto isto é parte da agenda das cooperativas energéticas, mas este parece-me ser o único espaço social onde isto pode acontecer a partir de uma perspectiva de base. Ao tentar lidar com esta questão basta que olhemos para a história das cooperativas para ver quão contraditórias essas experiências podem ser. No entanto, este parece ser o espaço social natural para este tipo de ideias poderem crescer para movimentos.

A Grécia enfrenta ainda uma intensa crise social e económica que parece permanecer, independentemente da cor dos seus governos. Neste processo nasceram projectos comunitários ou cooperativos de produção energética em bairros ou comunidades gregas? Que papel tiveram estas iniciativas na resposta à crise?

Existe atualmente um pequeno número de cooperativas energéticas na Grécia. Muitas estão em formação e operam no campo. Não existem cooperativas energéticas nos grandes centros urbanos da Grécia. Ainda assim, tiveram lugar uma ações em matéria de energia nos primeiros anos da crise económica, quando as contas de eletricidade domésticas eram fortemente taxadas. Vários cidadãos não pagaram essas taxas e houve um forte movimento de desobediência civil formado em torno dessas ações. Claro que isto acabou com muitas pessoas em dívida com a companhia pública de energia. Isto significou que a ligação elétrica foi cortada em muitas casas. Alguns cidadãos organizaram-se com eletricistas e re-conectaram as casas à rede elétrica como um sinal de desobediência civil.

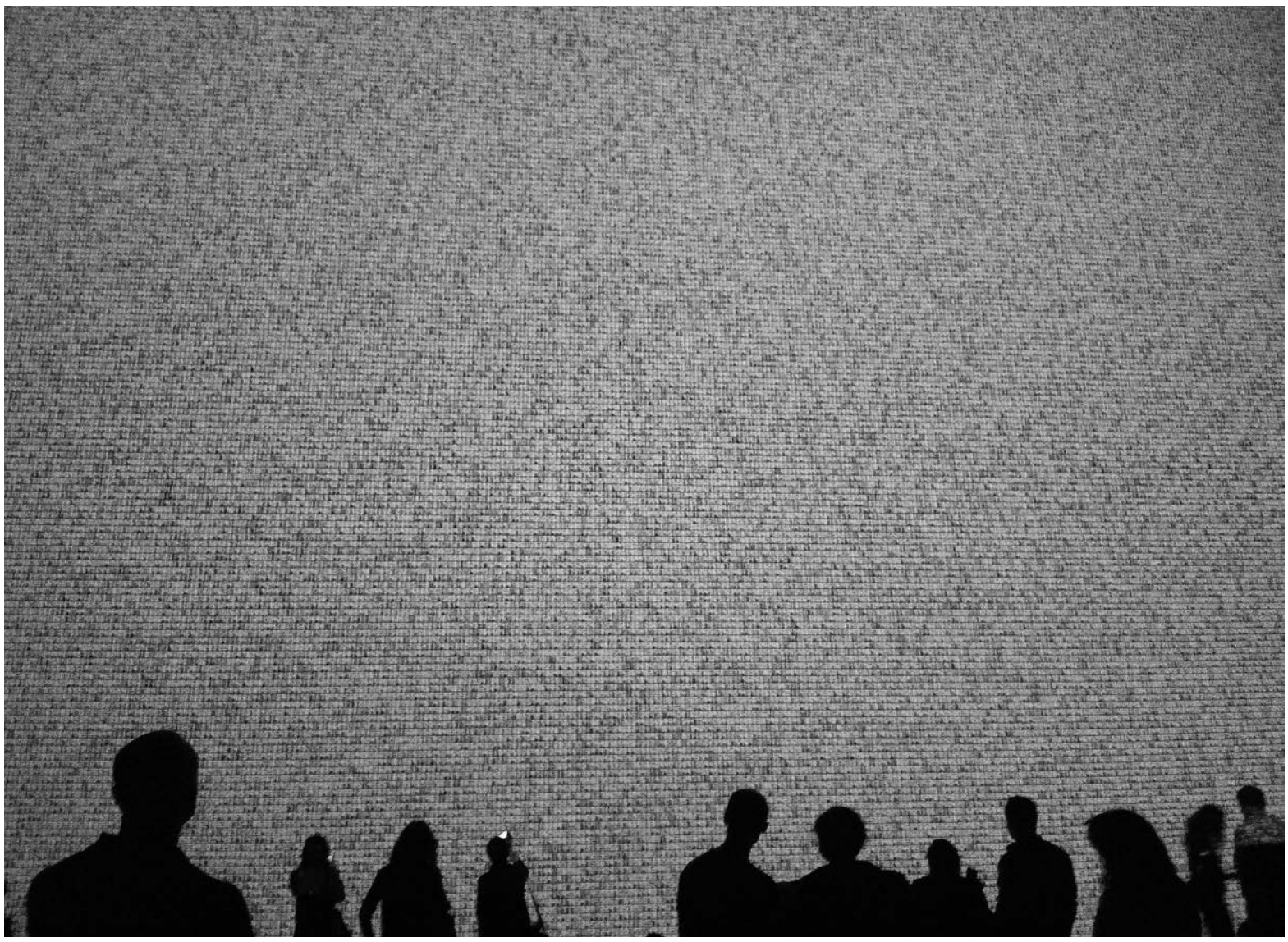
Para mais informação: **neaguinea.org**

Os modelos cooperativos de produção energética podem ser uma das poucas maneiras de resolver as questões da mercantilização da energia e trazer uma discussão pública e aberta sobre os recursos energéticos partilhados.

/// NOTAS

1 http://goo.gl/XAkHG2
2 Ramon Fernández Durán: https://goo.gl/PNuPTj // En la espiral de la energía, Libros en Acción, 2014
3 Kolya Abramsky (edição), ***Sparkling a Worldwide Energy revolution, Social Struggles in the transition to a post-petrol world***, AK Press, 2010.
4 http://goo.gl/ApYZIK
5 Kolektivo Kolibri, disponível em somosvientodocumental.wordpress.com.
6 https://goo.gl/7loKda
7 Sistemas de produção de energia isolados ou autónomos sem ligação à rede de distribuição de eletricidade constituídos por mais do que uma fonte de energia (por exemplo, solar, eólica ou geração diesel).
8 NT: O termo original usado é Global South e refere-se aos países que são considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.
9 NT: O termo Open-Source (código aberto) refere-se ao ***software*** cujo código-fonte está disponível para acesso ao público em geral e que detém uma licença que garante a qualquer utilizador a liberdade para estudar, alterar ou distribuir esse ***software***. O termo nasce do contexto da computação mas aplica-se a qualquer criação em diversas áreas. O Open-Source é hoje um movimento que defende o livre acesso à informação e às criações, em oposição à propriedade intelectual.
10 scoraigwind.co.uk
11 NT: Sigla ingles para ***Do it Yourself*** (faz tu mesmo).
12 www.reprap.org
13 opensourceecology.org
14 O movimento ***Maker*** defende a ideia de que qualquer pessoa pode construir, fabricar ou modificar, pelas suas próprias mãos, projectos e objectos diversos num ambiente de partilha de informação.
15 rescoop.eu
16 Notícia na revista New Scientist, "Micro-rede baseada em Blockchain fornece energia a consumidores em Nova Iorque" disponível em https://goo.gl/jyF7Pn

A ditadura dos dados[1]



κοινωνία

O colectivo de escrita convivial Ippolita[2] reflete há anos sobre a *Californian Ideology*[3], a estranha confluência de ideais que guia o pensamento neoliberal na implementação do Web 2.0. A sociedade do conhecimento propagandeada pelo variadamente chamado capitalismo imaterial, ou anarco-capitalismo, ou turbo-capitalismo, assenta num ingénuo optimismo tecnológico, para o qual o progresso dos meios informáticos de comunicação de massa levaria automaticamente ao progresso social e cultural dos *netizen* (net + citizen) da aldeia global. Os membros de Ippolita convidam-nos a reflectir de forma crítica face esta ideologia tecno-determinista, desvendando os interesses escondidos atrás do evangelho da transparência total, os perigos advenientes deste, tentando remediar mediante técnicas de auto-defesa digital, e sobretudo, mediante um cuidado de si e das relações com os outros que trave a colonização do espaço tanto íntimo quanto comum por parte de multinacionais e instituições políticas.

Com acutilante denego de qualquer tipo de postura tecnófoba, **Ippolita** convida-nos a não abdicar da compreensão e uso consciente das tecnologias digitais, a não delegar aos tecnocratas e aos *Evangelists* da boa novela 2.0 a escolha das modalidades de relacionamento entre as pessoas. Pois é preciso reconhecer como as chamadas redes sociais, e as outras formas de conexão digital entre indivíduos, não são neutras, nem sequer proeminentemente técnicas, mas representam antes um conjunto de comportamentos e hábitos que incidem nas funções cognitivas e emotivas de cada um, modificando a nossa identidade, quer individual quer colectiva.

> (...) a existência de programas informáticos injectados nas redes sociais e noutros serviços digitais ao fim de estudar e influenciar o comportamento dos utilizadores/consumidores, torna-os alvos inconscientes de técnicas de engenharia social, de estratégias mercantis e de controlo político.

Reparem, por exemplo, que a prática do *profiling* é um dispositivo que deriva da criminologia, agora estendido a todas as pessoas, cuja pegada digital é aglomerada pelos detentores dos Big Data de forma a obter uma ficha detalhada dos actos e opiniões, dos interesses e relações de cada um. Se por um lado estas informações, que disponibilizamos voluntária e gratuitamente, são um recurso que proporciona lucros aos seus exploradores na economia de mercado, por outro lado podem igualmente ser cedidos a regimes ditatoriais. Desde a publicidade e outros serviços personalizados à repressão personalizada, o passo é curto, como foi denunciado por Eugeny Morozov[4] entre outros.

Além do facto de a censura na Web ser uma realidade, assim como a guerra informática é parte das estratégias militares não convencionais, a ideologia da partilha digital da democracia 2.0, na qual o que é publicado se torna propriedade de empresas privadas coniventes com governos, militares e serviços de segurança, torna-se de forma latente numa espécie de cibertotalitarismo ou maoismo digital (Jaron Lanier)[5], devido ao facto de "*transformar a delação dos comportamentos dos outros numa prática social aceite e encorajada, e a auto-delação em regra dourada*" (Ippolita).

A socialização digital promove o culto da pertença a uma massa indiferenciada em que a dissidência é dificultada à partida (reparem como no Facebook existe um botão "gosto", mas não um que diga "não gosto"; além do facto que é menos problemático, em termos cognitivos e emotivos, partilhar com um "gosto" uma imagem de guerra). Ippolita analisa as dinâmicas de exclusão e de auto-censura advenientes da pressão social que age na psique dos utilizadores das redes digitais, narcisos que ao dedicar-se ao "exibicionismo masturbatório" e à "pornografia emotiva e relacional" moldam a sua identidade à imagem de parâmetros pré-fabricados e de expectativas externas, seguindo modalidades expressivas unidirecionais que empobrecem o espírito reflexivo. Além disso, a rapidez das trocas comunicativas digitais, que na sua fragmentação absorve uma quantidade sempre maior do dia-a-dia das pessoas, impossibilita os esforços e a demora necessários à gestação e construção de um pensamento crítico. Ainda, a existência de programas informáticos (*bots* dedicados ao *sentimental analysis* e ao *opinion mining*, por exemplo) injectados nas redes sociais e noutros serviços digitais ao fim de estudar e influenciar o comportamento dos utilizadores/consumidores, torna-os alvos inconscientes de técnicas de engenharia social, de estratégias mercantis e de controlo político. *Default power* é o termo técnico que exprime a capacidade de mudar as formas de vida *online* de milhões de pessoas ajustando poucos parâmetros. À já suficientemente pertinaz tendência conformista de que os seres humanos tem dado prova, acrescentam-se estes meios personalizados de manipulação de massa, quase que aos avanços da inteligência artificial corresponda um proporcional desenvolvimento da estupidez artificial.

Apesar disso, os muros para abater erguem-se na política, na sociedade e na cultura fora dos ecrãs. O panóptico generalizado, implementado pela "religiosidade tecnofascista" (Ippolita) dos evangelistas dos Big Data, não é inevitável. A nossa é, como sempre foi, uma "servidão voluntária" (Etienne de La Boétie, 1576). Com Ippolita, acreditamos que opor-se ao avanço do deserto é possível, e que há sempre margens de manobra para práticas de resistência: cuidar do nosso presente é também uma responsabilidade perante o futuro. Analisar e denunciar as derivas monopolistas e totalitárias subjacentes ao Web 2.0; dar-se ao trabalho para se emancipar de um uso passivo e conformista que contribui para a exploração de todas as relações sociais na economia de mercado; combater com acções de boicote e desobediência civil; tornar a criptografia de uma suspeita excepção numa medida precaucional generalizada; construir redes cibernéticas autónomas que proporcionem alternativas viáveis. Para finalizar, dedicar-se à criação e manutenção de espaços conviviais auto-geridos nos quais a identidade individual se desenvolva na articulação com a identidade dos outros, estimulando a empatia e a maturação através vivências comuns e um cuidado recíproco, de forma a construir dinâmicas locais de aprendizagem e expressão que possam dignificar a nossa humanidade, e, sobretudo, a dos mais novos. Cabe a nós fertilizar o tecido rizomático da vida, de forma a fazê-lo frutificar; cabe a nós reduzir o virtual a uma esfera residual apropriada a momentos estrategicamente escolhidos; cabe a nós apoderar-nos do virtual, sem que ele, ou melhor, os seus actuais detentores, se apoderem de nós.

/// NOTAS

1 Expressão usada por V. Mayer-Schönberger e K. Cukier em *Big Data: A Revolution That Will Transform How We Live, Work, and Think* (2013).

2 Open non è free. Comunità digitali tra etica hacker e mercato globale (2005); Luci e ombre di Google. Futuro e passato dell'industria dei metadati (2007); Nell'acquario di Facebook. Viaggio nella resistibile ascesa dellâanarco-capitalismo (2012); La Rete è libera e democratica – FALSO! (2014); Anime Elettriche (2016)

3 Expressão cunhada por R. Barbrook e A. Cameron a 1995: http://www.imaginaryfutures.net/2007/04/17/the-californian-ideology-2/

4 Morozov denuncia a crença, que ele chama *iPod liberalism*, de que a inovação tecnológica promova a liberdade. Vejam-se, por exemplo: *The Digital Dictatorship* ou *Political Repression 2.0*, acesso disponível em Wikipedia, ou os livros *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom* (2012) e *To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism* (2014).

5 J. Lanier, *You are not a gadget* (2011) e *Who Owns the Future? (2014).*

O Socialismo Made in Bernie

JORGE VALADAS · ABRIL 2016

Chove a cântaros. Na barca que atravessa o Lago Champlain, de South Hero Island até à doca de Plattsburg, David, um jovem operário branco de Nova Jérsia, oferece-nos boleia até à estação dos comboios. Nestas paragens o conceito de «transportes públicos» é um conceito socialista. A sua carrinha está a abarrotar com caixas de ferramentas mas arranjamos lugar. David anda na estrada há vários meses, desloca-se de obra em obra, faz pequenos trabalhos de carpintaria que encontra na Net… «*Sou um Yankee, gosto de liberdade. Não gosto de trabalhar para um patrão. Atenção, sou Yankee mas não sou um patriota (a flag man). Não me identifico com a bandeira deste país, nem com a de nenhum país!*». Entrámos em terreno amigo e a conversa alarga-se ao triste estado do mundo. Chegados à estação, e em jeito de despedida, diz o David: «*Não quero que os meus filhos vivam num país como este. E é por isso que vou votar Bernie Sanders. «Vai ser preciso mais do que eleições e Bernie Sanders!*», digo eu. «*Uma revolução? E porque não?*», responde David.

Plattsburg é uma pequena cidade do norte do Estado de Nova Iorque esmagada pela crise. As antigas indústrias fecharam, o desemprego é elevado e hoje as principais empresas locais são duas grandes prisões. O centro da cidade é um deserto, os cafés estão vazios, as lojas fechadas, ao abandono, há um banco e vários comércios de velharias com objectos pré-históricos espalhados pelos passeios. A destoar no cenário, uma loja-cooperativa de alimentação biológica. Em cima do balcão, em distribuição livre, um jornal tipo MAPA editado localmente pela liberal igreja Quaker com um excelente texto denunciando o complexo carcerário… Do outro lado da rua, mesmo em frente, o *Diner* polaco está a abarrotar na hora do almoço, os hambúrgueres e as sopas são de boa qualidade e duas jovens empregadas, uma delas black, ostentam badges «Bernie Sanders». A cinquenta metros está a estação de Plattsburg, um lugar curioso congelado no tempo. Anos 1950?! Sentado atrás de uma velha mesa com uma jarra de flores, o Chefe de Estação, com um ar de intelectual, está concentrado nas palavras cruzadas. Colado na parede, um papel com uma informação escrita à mão: «*Aqui não se vendem bilhetes!*» Ah, não? Dois passageiros, à espera do «rápido internacional» Montreal-Nova Iorque, dormem nos bancos de madeira. «*O comboio está sempre atrasado*», avisa laconicamente o Chefe. E, uma hora após o horário previsto, aqui está ele que se anuncia com um longo apito como nos velhos western. O Chefe precipita-se lá para fora com um pequeno escadote comprado na loja de velharias ao lado, que coloca em frente da porta da carruagem, permitindo-nos assim o acesso ao comboio. E lá vamos nós, numa viagem magnífica em que o comboio desliza ao longo das margens do lago Chaplain, depois do lago Georges e, enfim, do rio Hudson. Nesta América é melhor não ter pressa com os comboios «rápidos»! A cem milhas de Nova Iorque, o comboio está parado há mais de meia hora quando nos chega aos ouvidos a mensagem do revisor: «*Estamos à espera da autorização para passar sobre uma ponte que deve ser previamente controlada. Pedimos desculpa pelo atraso*». Acabamos por passar, uma vez mais a ponte resistiu ao peso do comboio e chegamos a Pen Station com duas horas de atraso. Paul, que nos espera, não se mostra espantado: «*A América não é só Google e a guerra dos drones! No que diz respeito a infra-estruturas, isto é um país subdesenvolvido… E vai ser difícil para Bernie modificar o cenário!*» Estamos no princípio de Novembro de 2015, a campanha das primárias democratas está nos começos mas a figura de Bernie Sanders está já bem presente no país real.

Meses mais tarde, o peso do senador socialista do Vermont continua a crescer com vitórias em vários Estados importantes, e a candidatura da Senhora Clinton mete água. O que era impensável um ano antes. A comunicação social e os «especialistas» agitam-se. Será que a América vai transformar-se num país socialista?

O «socialismo» de Bernie é do nível de um presidente da câmara socialista da serra da Marofa. O seu modelo é a Suécia e a segurança social francesa. Que a primeira se identifique cada dia mais com um populismo nacionalista anti-refugiados e que a segunda reduza, dia após dia, o reembolso das prestações médicas e aumente os cortes nos serviços de saúde, são bagatelas que não transtornam o homem. Uma coisa é a ideologia, outra coisa é a realidade. Na verdade, Bernie tem fórmulas felizes que batem certo: «*Tudo aquilo que nos fazia medo no comunismo – perder as nossas casas e as nossas economias, sermos obrigados a trabalhar por um salário miserável sem ter poder sobre as nossas vidas – tudo isso se realizou graças ao capitalismo!*» O homem fala de «revolução política», conceito pouco claro, retoma as fórmulas conhecidas contra o poder dos bancos, contra o 1% dos ricos que possui e controla a América, avança umas promessas de reforma fiscal e defende uma melhoria das condições de vida dos estudantes endividados até ao osso e dos trabalhadores empobrecidos. «*Um futuro em que podemos acreditar*» é o slogan unificador. Mas é raro que Sanders ataque o complexo militar-industrial e é sabido que também é meigo com a questão do direito a possuir armas individuais e com o

lobby da NRA (National Riffle Association). Janet, uma amiga do Maine que hesita em empenhar-se num dos comités de apoio a Sanders resume à sua maneira: «*Bernie Sanders é um sujeito do Império, um proteccionista e um isolacionista*». Assim, por exemplo, a crítica da política de ocupação do Estado de Israel é coisa que ele não pratica. E basta ouvir uma das suas entrevistas à grande cadeia conservadora CNN para perceber que o homem, quando fala das guerras e da luta contra o terrorismo, fala como um político «normal» (https://www.youtube.com/watch?v=7rrx41e2huw). Embora não seja membro do partido democrata, Bernie construiu a sua carreira à sombra da máquina democrática, e, de certa maneira, assemelha-lhe a outros políticos da ala reformista do partido. A sua originalidade está no constante ataque ao sistema capitalista e na referência a uma vaga ideia de socialismo. O que é já algo de enorme na sociedade americana de hoje e que era impensável ontem! Desde 1920, quando o grande socialista Eugene Debs (que se encontrava preso pelas suas posições contra a guerra) obteve um milhão de votos na eleição à Presidência, nunca mais os grandes órgãos da comunicação social falaram de socialismo, de desigualdade social e de justiça social, ou, pior ainda, de redistribuição de riqueza. Hoje as passagens mediáticas de Bernie são seguidas por milhões de pessoas e as suas reuniões atraem centenas de milhares de pessoas na pátria do *business as usual*.

E é este fenómeno que é importante de perceber. Para já, a tal «revolução política» de que Bernie fala é antes de mais uma mobilização eleitoralista que tocava no início sobretudo a juventude estudantil branca, mas que se tem vindo a alargar progressivamente às mulheres, aos afro-americanos e hispânicos e ao proletariado precário, como David e as empregadas do *Diner* de Plattsburg. Mais significativo, a campanha de Sanders seduz progressivamente alguns sectores sindicalizados da classe operária nas grandes regiões industriais, onde os sindicatos são justamente o pilar da máquina democrata. Esta mobilização é talvez temporária mas traduz angústias e preocupações profundas que minam a sociedade americana. Os 40 milhões de trabalhadores que ganham salários com os quais não conseguem sair da pobreza, a crescente e tão visível desigualdade social, o estado geral do país à imagem das pontes de comboio enferrujadas, tudo isto explica, em parte, o que se passa. A desilusão com a incapacidade e a paralisia da administração Obama – em particular no eleitorado branco «progressista» – vem juntar-se a este sentimento de decadência. Ora, como por todo o lado, a crise da política e das suas instituições é o resultado da crise do facto político, da crise da representação. Os partidos tradicionais estão em implosão e as linhas de separação são extremas: Bernie Sanders do lado Democrata e Trump do lado Republicano.

A campanha de Sanders desenrola-se noutro terreno. Ela é a expressão institucional, dos movimentos de democracia directa e de autonomia dos anos precedentes, em particular de Occupy, mas também das lutas reivindicativas contra os salários de miséria na restauração rápida e na grande distribuição e, mais recentemente, do movimento Black Lives Matter, contra os crimes da polícia sobre os afro-americanos.

O campo de Bernie é o campo dos que querem uma nova orientação económica, baseada no intervencionismo social do Estado, dos que pensam com inteligência crítica o estado da sociedade, que revindicam os valores solidários e a responsabilidade colectiva. Trump, por seu lado, fala também aos que deixaram de acreditar nos políticos e que se agarram a um passado mítico de uma «América grande», expressão que significa uma América na qual eles possam ter um lugar. Que lugar, não está bem definido… Os adeptos de Bernie e os de Trump têm um inimigo comum, os poderosos. Mas a similitude acaba aqui. O público de Trump é um público de classes médias reaccionárias misturadas e de trabalhadores pobres. O que os une é um profundo racismo que foi, desde sempre, o elemento central na formação da classe operária norte americana. Cito um amigo: «Historicamente, o racismo é a chave da passividade e da alienação da classe operária branca. E é o racismo que torna impossível reconhecer que os trabalhadores brancos têm interesses comuns com os trabalhadores afro-americanos e latinos. O privilégio imaginário (de ser branco), o sentimento de superioridade, eis o que tem permitido submeter os trabalhadores brancos, especialmente os que sofrem com o desemprego e o empobrecimento, a demagogos como Trump. Este, que articula e amplifica o ressentimento racista, reforça a ideia de que é a existência de afro-americanos e de imigrantes não brancos que explica o terrível estado de coisas.» Trump é uma espécie de Berlusconi capaz de estabelecer uma relação alienada com sectores da classe operária, e tratá-lo simplesmente de «louco» ou de «fascista», como fazem os grupos esquerdistas, é não perceber os fundamentos materiais desta relação. É um político que sabe utilizar a violência irracional, que faz declarações absurdas e insensatas sabendo que lisonjeia assim o ódio do Outro, os egoísmos, os medos. E que tira o seu sucesso do facto de não ser um homem do aparelho político. Como o é Ted Cruz, um ultra-reaccionário da tendência *Tea Party* do Partido republicano. A elite conservadora acaba por culpar os sectores do proletariado que apoiam Trump da crise e das divisões no partido. Exprimindo abertamente uma posição de darwinismo social, ela reconhece que estes sectores da classe operária branca constituem uma população excedentária que não interessa ao capitalismo e que está condenada a desaparecer. «*Digamos as coisas simplesmente. Os brancos [da classe operária] estão rapidamente a matar-se a si próprios e a destruir as suas famílias. Ninguém os obriga a trilharem esse caminho. Não é a economia que lhes põe a garrafa na mão. Não são os imigrantes que os obrigam a violentar as suas mulheres ou a tomar drogas.*» (David French, *National Review*, mars 2016, citado por Chris Arnade, http://www.theguardian.com/politics/2016/mar/24/white-working-class-issues-free-trade-american-south). Finalmente a culpa é deles, não se souberam adaptar às regras da nova economia liberal.

O «socialismo» de Bernie é do nível de um presidente da câmara socialista da serra da Marofa. O seu modelo é a Suécia e a segurança social francesa. Que a primeira se identifique cada dia mais com um populismo nacionalista anti-refugiados e que a segunda reduza, dia após dia, o reembolso das prestações médicas e aumente os cortes nos serviços de saúde, são bagatelas que não transtornam o homem. Uma coisa é a ideologia, outra coisa é a realidade.

A campanha de Sanders desenrola-se noutro terreno. Ela é a expressão institucional, dos movimentos de democracia directa e de autonomia dos anos precedentes, em particular de *Occupy*, mas também das lutas reivindicativas contra os salários de miséria na restauração rápida e na grande distribuição e, mais recentemente, do movimento *Black Lives Matter*, contra os crimes da polícia sobre os afro-americanos. A campanha de Sanders nunca teria existido sem estes movimentos, sem a força que *Occupy* irradiou na sociedade americana. Esta campanha significa, antes de mais, o regresso da ideia de anti-capitalismo no debate político nos Estados Unidos (veja-se o excelente artigo de Steve Fraser na revista de Nova Iorque, *The Brooklyn Rail*, http://www.brooklynrail.org/2016/03/field-notes/terra-infirma). Ora acontece que esta mobilização eleitoralista se encontra em contradição com os princípios do movimento que lhe deu origem: a contestação e a crítica do sistema representativo acaba por se transformar na sua revalorização. Assim é o movimento das sociedades. Os slogans: «*No nos representan*» dos *Indignados* das praças espanholas e «*A repressão é a verdadeira face da democracia*», do *Occupy*, foram substituídos pelos apelos ao voto e à delegação permanente e não controlada do poder. Deste ponto de vista, Bernie Sanders e *Podemos* exprimem uma regressão momentânea de movimentos que procuravam caminhos novos e aspiravam à construção de formas de autogoverno.

Na fase actual do capitalismo, o espaço do reformismo está reduzido a quase nada. No campo Democrata tudo se decidirá em função do apoio das grandes burocracias sindicais e da eficácia do controlo clientelista da comunidade afro-americana e hispânica. Controlo no qual as Igrejas jogam um papel importante mas não decisivo. Os afro-americanos e os hispânicos constituem uma percentagem hoje determinante da classe trabalhadora. Os maiores sindicatos do país são maioritariamente compostos por trabalhadores negros e hispânicos que são receptivos ao discurso de Sanders. Por seu lado, a Senhora Clinton sabe que a popularidade de Sanders junto da juventude pode sempre vir a ser-lhe útil. Foi o «socialista» que a trouxe de novo até às mesas de voto e a convenceu de que o inimigo principal é o candidato republicano. Voltamos à velha lógica manipuladora da velha política.

Occupy trouxe de novo a esperança à sociedade americana, Bernie Sanders nasceu desta esperança mas pode bem deixar uma camada suplementar de desilusão. Na América de todos os possíveis, o nosso carpinteiro itinerante e precário de Nova Jérsei tinha razão: «*Uma revolução? E porque não?*» Finalmente a ideia não morreu com o tal fim da história... A partir de agora, o que será importante é a forma em que se transformará a mobilização pro-Sanders, uma vez acabado o espectáculo. Um outro americano fora do comum, o Henry D. Thoreau, dizia: «*Tal como se forma um monte de neve quando há uma acalmia do vento, podemos dizer que, quando há uma acalmia da verdade, nasce uma instituição.*» (*A vida sem princípios*, trad. Luís Leitão, Antígona editores). Para já, a acalmia fez renascer o espectáculo do eleitoralismo. Mas o vento da verdade soprará de novo na história americana. Sem avisar, sem prevenir.

O Estado é um ninho de Jararacas

Fig 110 Die Patarreka oder brasilische Lachsschlange (Bothrops Jararaca)

M. Ricardo de Sousa

Este artigo é dedicado ao meu velho amigo Danilo, violentamente torturado durante a ditadura militar, que nunca perdeu a esperança numa mudança radical no Brasil.

"Se quiseram matar a jararaca, não bateram na cabeça. Bateram no rabo e a jararaca está viva como sempre esteve".

Luiz Inácio Lula da Silva

Recentemente, quando foi conduzido a depor na polícia, o ex-presidente do Brasil, Lula da Silva, decidiu comparar-se a uma jararaca, uma serpente venenosa brasileira. A imagem saiu-lhe errada, e pouco favorável, na actual situação comprometedora em que Lula se encontra. Mas não deixa de ser curiosa, pois para nós, libertários, o Estado, de que Lula aprendeu a gostar, é o local por excelência onde se ocultam as serpentes, onde os seus ovos são chocados.

A degradação actual da situação política no Brasil é de tal ordem que tudo é imprevisível: a saída de Dilma da Presidência, a prisão de Lula, até novas eleições com a vitória de Lula; o que não se prevê é o seu suicídio «para entrar na história», mesmo que seja um admirador confesso do ditador populista Getúlio Vargas…

É neste contexto que se trava um confronto ideológico violento na sociedade brasileira, onde são usadas todas as armas: a mentira, a provocação e o insulto atingiram um nível nunca visto. A Câmara dos Deputados virou um circo na sessão de aprovação do processo de impedimento. Nos meios de comunicação e na Internet, os defensores de Lula e do PT, mais do que argumentos racionais na defesa do governo do PT, fazem apelos emocionais à solidariedade com um governo "popular" que retirou milhões de brasileiros da miséria, e que agora é vítima das elites que desejam retomar o poder usando todos os meios, incluindo o "golpe" judicial e constitucional, que é comparado ao golpe militar de 64. Um pouco por todo lado, incluindo em Portugal, estes argumentos são utilizados pela "esquerda", que desconhecendo ou ignorando o que se passa no Brasil retoma esse discurso maniqueísta do branco e preto, transmitindo a ideia, completamente falsa, de um PT impoluto, anticapitalista, popular, que vem aplicando políticas coerentes contra o grande capital e as classes dominantes brasileiras e que por isso mesmo é vítima de um grande complô. Nada mais falso.

Comecemos pelo princípio. A criação do PT (Partido dos Trabalhadores) nos anos 80, na fase de agonia da ditadura brasileira, representou de facto uma enorme esperança para muitos militantes anticapitalistas brasileiros e para as classes populares, empurradas para a miséria por um capitalismo predatório com fortes raízes nos velhos mecanismos de exploração escravocrata. O partido nascia da conjugação de esforços de intelectuais reconhecidos, ex-militantes de grupos armados que se opuseram à ditadura, dissidentes de diversos partidos comunistas, sindicalistas do ABC Paulista, membros das Comunidades Eclesiais de Base, numa mistura sem precedentes de vontades e correntes que convergiam no desejo de transformar profundamente a sociedade brasileira.

Com o início dos anos 90, a influência do PT foi crescendo eleitoralmente por todo o país, mas também no movimento sindical e nos movimentos sociais, sendo o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) um dos mais emblemáticos na sua luta, através da acção directa pela reforma agrária. É certo que nas várias correntes se encontravam ainda presentes resquícios do velho leninismo decadente, do trotskismo, mas estas disputavam espaço com uma social-democracia de esquerda e até com um socialismo de base autogestionário minoritário. Dentro dele, muitos imaginavam a possibilidade de finalmente disputar a hegemonia do poder das classes dominantes, num Brasil que se vinha urbanizando e industrializando a grande velocidade desde os anos 60 do século XX. Entre Gramsci e um discurso pragmático social-democrático, o PT corria atrás do apoio eleitoral nos municípios, nos estados e a nível federal, não desprezando a pressão das ruas e a luta social. Primeiro ganhou alguns municípios, depois estados, até que Lula, essa figura carismática de operário nordestino, disputou a presidência em 1989, perdendo por pouco, graças ao grande lobby das classes dominantes encabeçado pela Globo, esse império dos media que desempenhou um papel central na vitória de Collor de Mello, que mais tarde viria a ser afastado por corrupção.

Mas a derrota de 89 não interrompeu o crescimento desse novo partido. Pelo contrário, ainda nesse ano, o PT elegeu a Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e a influência do PT e de Lula foi imparável até à vitória nas presidenciais de 2002. Essa influência tinha uma contrapartida nos movimentos sociais, nos sindicatos, nas ruas, nas comunidades populares e nos meios rurais.

Com essa eleição ia ser dado um salto qualitativo, um ex-operário chegava à presidência do maior país da América Latina, o que era só por si uma mudança profunda e surpreendente. O PT ia finalmente ter acesso ao centro do poder político em Brasília. É certo que a sua experiência nos municípios, ou no poder estadual e no poder legislativo federal, tinha começado a expor os problemas que se tornariam centrais nesse novo período. O PT já vinha fazendo o percurso de um partido de poder, profissionalizado, burocratizado, que foi retirando aos movimento sociais e aos sindicatos muitos dos mais activos militantes para os transformar em políticos profissionais. E no exercício desse poder, esses militantes foram sendo confrontados não só com a mudança do seu estatuto social — rapidamente muitos deles mudaram o seu aspecto, a sua forma de vestir e os seus hábitos de vida —, como também do seu círculo de relações, que passou a ser o dos seus ex-adversários e inimigos, com os quais passaram a conviver no dia-a-dia, cada vez mais afastados dos seus lugares de trabalho e das suas comunidades de origem. Na política, passaram a ter de fazer as opções tácticas típicas do jogo do poder, aliando-se a alguns adversários e inimigos para derrotar outros. Aprenderam assim na prática os ensinamentos de Maquiavel, e os discursos inflamados cheios de ideologia, de desejos, e de vontade de mudança foram ficando para trás, conforme se iam habituando à política dos corredores.

Ao chegarem a Brasília, os mesmos problemas ganharam a enorme escala do poder central. Mas o Lula de 2002 já não era o Lula de 1989 da frente Brasil Popular, a sua «Carta aos Brasileiros» era já um compromisso manifesto com a ordem capitalista.

Sem maioria no poder legislativo, nem nos governos dos estados, Lula e o PT decidiram buscar aliados entre os adversários — até entre os inimigos Sarney, Maluf e Collor — para viabilizar as suas leis, os seus orçamentos e as suas decisões. Como deviam saber, mas optaram por ignorar, essas alianças pagam-se. E caro. Se de início podiam trocar com aliados, e até com adversários, medidas legislativas e facilidades orçamentais, logo foram os favores pessoais, as nomeações para cargos políticos no aparelho do Estado ou empresas públicas e, em seguida, o dinheiro, pois no Brasil esse tem sido, ao longo do tempo, a forma como os partidos conseguem apoio no poder legislativo ou dos dirigentes partidários da oposição. Retoma-se o ciclo da corrupção permanente, agora pelas mãos

do PT. Como diziam alguns dirigentes do partido, à boca pequena, cheios de cinismo e com a arrogância de estrategas, essa era a melhor forma de conseguir o apoio dos velhos partidos da oposição, tradicionalmente corruptos. Esqueciam-se que quando se entra no pântano, só se pode sair sujo… Além do mais, quem conhece essa elite brasileira sabe que ela jamais pode ser confiável; mais dia, menos dia, o esgoto iria rebentar.

O longo governo do PT só aprofundou esse percurso. A reeleição de Lula, em 2006, num ciclo económico favorável, parecia indicar o êxito da política entre o populismo, o pragmatismo e o cinismo. Desaparecera o temor das classes dominantes de uma política de esquerda do PT, afinal, no seu primeiro mandato tinham constatado a inexistência de reais rupturas com os governos anteriores. A política assente numa militância de base e na dinâmica das ruas foi sendo substituída pelo jogo dos corredores, e pelo espectáculo do marketing pago. Seria impossível que essa mutação profunda não viesse a contaminar os próprios envolvidos. O avolumar de indícios sobre práticas inaceitáveis levou a que muitos dos fundadores e militantes relevantes do PT se fossem afastando do partido e que nas próprias bases se começasse a perceber que aquele já não era o partido que conquistara a sua confiança e esperança.

Quando rebentou o chamado escândalo do "mensalão", um grande esquema de corrupção política que levou dirigentes emblemáticos do PT à prisão, estava dado o sinal de alarme, o partido podia já prever que o esgoto estava prestes a rebentar e que a merda os contaminaria a todos. A saída de Lula e a substituição por Dilma iludiu muitos sobre o facto de o novo ciclo enterrar esse passado. Só que o PT já se transformara numa grande máquina de poder, não tinha mais condições de parar os esquemas montados, pois eles continuavam a ser essenciais à sua sobrevivência como partido de poder, e o futuro político da absoluta maioria desses políticos profissionais dependia desses jogos e alianças de classes que tinham possibilitado ao PT aguentar-se no poder por tantos anos. O Brasil estava a entrar numa grave crise económica e social que despoletou contradições dentro do poder, e entre as classes dominantes, além de ter levado à rua novos movimentos sociais que já não estavam atrelados ao PT, num quadro de crescimento do descontentamento social com as políticas do governo de Dilma Rousseff.

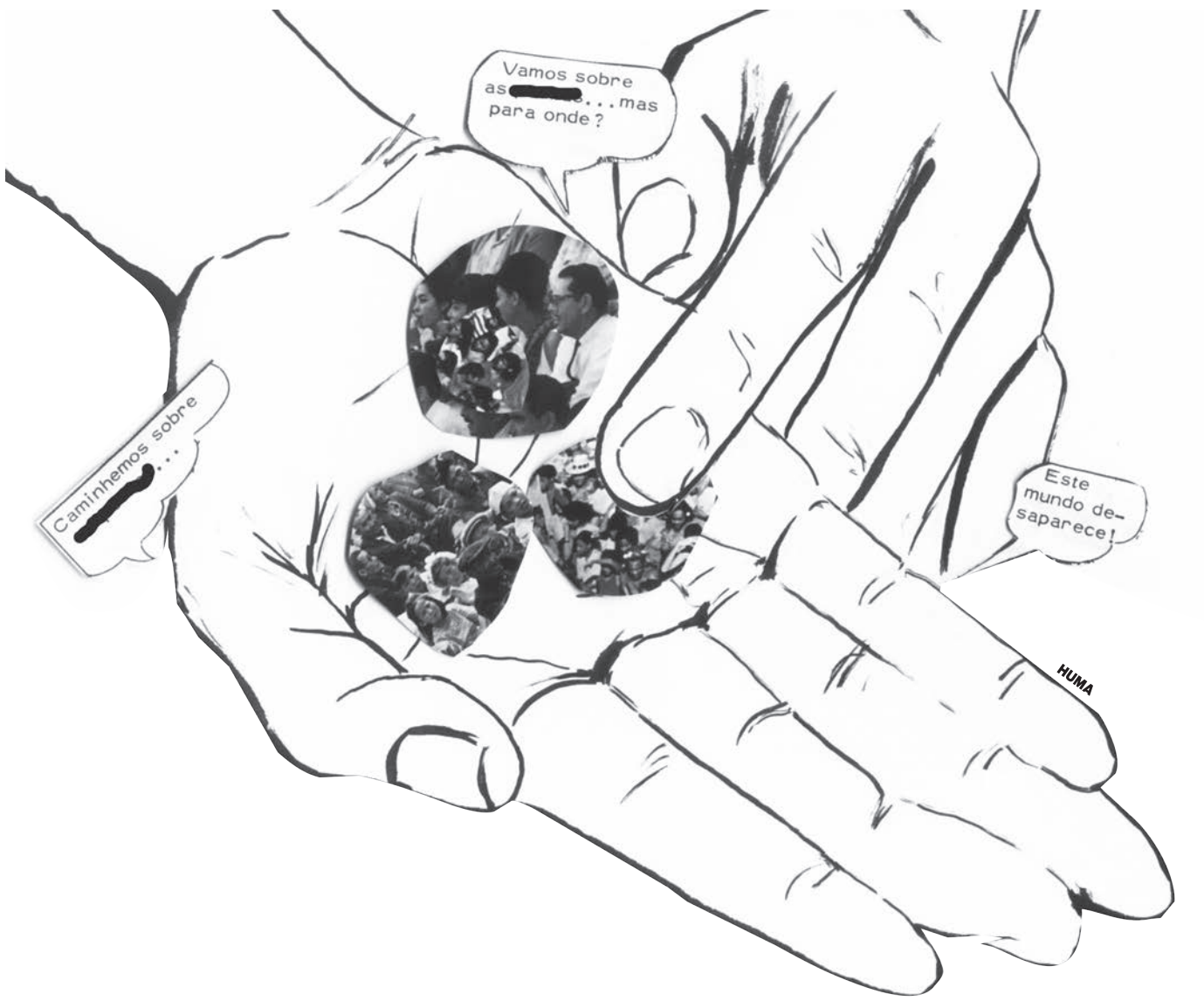
Os mecanismos de corrupção, que começaram a ser expostos em novos casos denunciados por vários delatores, entre os quais um dirigente do PT, Delcídio do Amaral, na chamada Operação Lava Jato, serviram para manter os aliados contentes, mas serviram também para ir redistribuindo benesses na base governista. Por outro lado, a máquina partidária do PT dentro deste sistema só sobrevive quando alimentada por milhões provenientes das classes dominantes e dos seus grupos empresariais, em particular daqueles que se dedicam à pilhagem dos recursos públicos. Muitos destes factos já são indiscutíveis, sendo até reconhecidos por dirigentes do PT.

Quando hoje se discute a culpa concreta de Lula, esse facto não deixa de ser importante e os dados existentes são objectivamente comprometedores, mas ofusca-se a questão decisiva: foi todo o partido que se comprometeu através das suas opções políticas e da sua estratégia, quando decidiu fazer política a partir deste quadro predeterminado pelo sistema. Os acordos do PT com as classes dominantes, a desistência em atingir os interesses do grande capital, realizar a reforma agrária e urbana, interromper os esquemas de corrupção política, fortalecer as políticas ecológicas, defender as terras indígenas, centrando a sua política em medidas avulsas de apoio social assistencialistas, condicionando a autonomia e a luta dos movimentos sociais, estas medidas situaram-se nos antípodas do que foram as promessas de décadas de mudanças sociais profundas. A queda do líder carismático com pés de barro vai ser desastrosa, mas nada que se compare à queda do PT, enquanto grande projecto colectivo minado pela corrupção de um número significativo dos seus quadros, onde uma minoria de gente séria e honesta permanece numa apatia e impotência suicidas.

O caminho que escolheram é o da irrelevância, pois percam ou não o poder em Brasília, vá ou não Lula para a prisão, o que o PT e Lula significaram na sociedade brasileira dos anos 80-90 transformou-se em cinzas. No futuro, ninguém vai esperar que o PT represente as mais radicais e legítimas aspirações das classes populares do Brasil, pelo contrário, as esperanças de que foram catalisadores já se transformaram em cinismo e descrença. Órfãos e perdidos vão ficar alguns militantes idealistas e dirigentes sérios que estão à margem de todos estes negócios, mas que não tiveram a coragem de romper com o partido enquanto foi tempo, apesar de muitos outros se terem afastado. Mas, tal como a derrota do bloco soviético foi usada para reforçar o discurso da impossibilidade de alternativas ao capitalismo, mesmo que efectivamente o chamado "socialismo real" não fosse mais que um capitalismo de Estado desde os anos 20, nesta nossa época o fracasso da construção de alternativas ao capitalismo nos países saídos do colonialismo, também aí com a corrupção generalizada da maioria dos dirigentes vindos das lutas de libertação, e nas experiências governativas latino-americanas, é mais uma vez o fracasso das "alternativas", mesmo que neste caso o PT nem sequer tenha chegado a experimentar uma reforma profunda da sociedade de cariz social-democrata.

Para quem é libertário e só acredita na autonomia, auto-organização e autogestão generalizada, o mais complexo e problemático projecto social, nascido no século XIX, de mudar radicalmente as sociedades e para quem o Estado é, e será sempre, o aparelho do inimigo, onde se chocam os ovos das serpentes, o PT seguiu o caminho ilusório do reformismo aberto pela social-democracia europeia, nada aprendendo com o século XX, de tentar reformar a sociedade a partir de dentro acabando por se transformarem em meros gestores do capitalismo. Nem mais sérios, nem mais competentes do que os outros, as suas bandeiras vermelhas e a sua retórica emocionada apelando a uma tradição anticapitalista e às classes populares, de onde saíram mas das quais há muito se afastaram, não nos faz esquecer que há muito os seus aliados e amigos são os inimigos do povo brasileiro. Os mesmos que agora se declaram opositores ferozes do PT, depois de terem sido alimentados durante uma década pela corrupção gerada no coração do Estado. A história da social-democracia está a repetir-se no Brasil como farsa.

Consumir para nos libertar?



RITA SERRA

Gosto de viver bem. Adoro o prazer de comer e beber com as pessoas que amo, com a família e os amigos, dos almoços e jantares prolongados e de contemplar lugares bonitos. Não sou particularmente dada a excessos, mas dói-me na alma não ter um bom copo de vinho à frente quando estou a conversar. O meu interesse por uma vida boa resultou gradualmente numa crítica profunda ao modo de vida neoliberal que marca a nossa existência.

No capitalismo viver bem tornou-se sinónimo não de vida boa, mas de consumo. A crítica social, económica e ecológica introduz uma dissonância ao expor o sofrimento subjacente à produção dos bens que consumimos. O trabalho de tornar visível o sofrimento é fundamental para criar empatia com os que sofrem, mas numa sociedade que nos quer fazer acreditar que os responsáveis pela existência dos mercados são os consumidores, podemos cair na armadilha de pensar que os nossos desejos de viver bem são responsáveis pelo sofrimento de outros. Esta é uma armadilha cruel que nos pode aprisionar na impotência e a crítica capitalista tem de aprender a desmontá-la cuidadosamente.

Há mais de dois milénios que os pensadores advertem a humanidade dos perigos de reduzir a vida boa ao consumo. Salientam as consequências nefastas dum apego compulsivo a objetos e a incapacidade dos prazeres fugazes satisfazerem as necessidades mais profundas do ego, aprisionando-nos em ciclos viciosos. O remédio proposto por alguns filósofos foi a moderação e a dedicação da nossa vida a um bem maior – o cosmos, deus, a razão ou qualquer outra forma de transcendência, como forma de subjugarmos os desejos do corpo a uma estrutura de autoridade vertical[1].

A propaganda neoliberal foi hábil em resgatar esta ideia de que os nossos desejos são a fonte de todo o mal para legitimar a existência do sistema atual. Ao construir uma economia supostamente alimentada pelos nossos vícios, desmoraliza-nos e torna-nos corresponsáveis pela exploração de seres humanos e de outras espécies para termos produtos a baixo preço.

A sinonimização do capitalismo com o consumo, e do consumo com os nossos desejos pode aprisionar a crítica capitalista em práticas íntimas de controlo em que procuramos erradicar o capitalismo em nós próprios, erradicando os desejos do corpo. No entanto, a redução do capitalismo ao consumo invisibiliza o motor da perpetuação do sistema: a acumulação para lá de qualquer consumo possível. Quando 1% das pessoas têm mais riqueza do que as outras 99% combinadas e as desigualdades continuam a aumentar, os homens e as mulheres mais ricos do mundo não podem consumir toda a sua riqueza numa vida. Quando o dinheiro gera dinheiro através de processos especulativos e o poder e a propriedade se concentram, não há consumo nem sequer de um chocolate.

Os nossos desejos podem tornar-se em obsessões que nos aprisionam e os publicitários são mestres em explorar as nossas vulnerabilidades. Com a colonização progressiva de todos os espaços comuns pela lógica neoliberal, o espaço íntimo é-nos apresentado como "o último reduto" onde podemos travar a batalha pela nossa alma. Ironicamente, a ilusão de que o poder de produzir o mundo é limitado apenas por nós próprios é alimentada precisamente pela sociedade neoliberal, que nos quer fazer acreditar que viver bem só depende de desenvolvermos as capacidades certas para trabalhar, fazer amigos, amar e produzir bem-estar em todas as esferas da nossa existência[2].

Reduzir os nossos desejos aos nossos vícios é esquecer que são os desejos que nos movem a procurar uma vida boa. Ao longo de milénios as comunidades desenvolveram práticas sociais para satisfazerem as necessidades coletivas de acordo com noções de bem[3]. As práticas sociais estão abertas à evolução e à inovação e podem sempre ser melhoradas. Estão constantemente sujeitas ao escrutínio moral e tecnológico e fazem parte da nossa forma de ser. A forma de nos alimentarmos, de nos vestirmos, de educarmos as nossas crianças, de construirmos casas e abrigos, de conhecermos e nos relacionarmos com o mundo fazem parte da nossa história e marcam os nossos gostos, a nossa estética, cultura e paisagem.

Infelizmente, a maioria das pessoas do mundo está impedida de realizar práticas que se traduzam em bem à luz dos seus próprios critérios. Os 99% são forçados a trabalhar para fins com os quais não se identificam e não acreditam que do seu esforço resulte algum bem. Num sistema que dissocia a atividade humana da produção coletiva de bem, a tentativa de produzir bem através do consumo é cruel ao culpabilizar-nos duplamente, primeiro como produtores, e depois como consumidores.

Não é obrigatório o sofrimento de outros para se produzir bens e levar uma vida boa. Temos demasiados recursos tecnológicos e morais ao nosso dispor. Mas não podemos cair na armadilha de pensar que podemos combater o capitalismo voltando-nos para nós próprios.

O desejo de viver bem não se encerra na nossa esfera íntima, mas num mundo onde a força produtiva das nossas vidas está ao serviço do lucro e não do bem comum, os frutos deste desejo não são traduzíveis nos produtos da nossa atividade. O que nos falta não é controlar o desejo de viver bem, mas sim recuperar a ligação entre a atividade humana, a produção de bens e o bem comum.

Quando bebo um copo de bom vinho, quero que ele venha dum território. Quero envolver-me com um modo de ser, com um apego milenar à vinha que constrói paisagem, com uma cultura que é amada e que faz parte de nós, do nosso ser mediterrânico. Quero trabalhar para que o vinho resulte do prazer duma prática social que procura a excelência e não de trabalho escravo. Para combater algo tão insidioso como o neoliberalismo, temos de aprender a trabalhar em várias escalas para que a vida boa não seja um projeto de realização pessoal, mas o projeto de comunidades que lutam para florescer através das suas práticas.

/// NOTAS

1 Sobre a emergência dos sistemas hierárquicos de autoridade e a tendência humana para a transcendência nas sociedades sedentárias, ver Morris Berman (2000), ***The wandering god: a study in nomadic spirituality***. University of New York Press.
2 Sobre a construção do sujeito neoliberal ver Pierre Dardot e Christian Laval (2014). The new way of the world: on neoliberal society, excerto disponível online: http://goo.gl/8C9b1s
3 O conceito de prática social que utilizo no texto é o de Alasdair MacIntyre (2007), ***After virtue: a study in moral theory***, third edition. University of Notre Dame Press.

Mariana, a estátua, as ruas de Setúbal e os mortos sem culpados

Nuno Pereira

A Câmara Municipal de Setúbal (CMS) inaugurou a 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, na praça da Fonte Nova, uma estátua dedicada à memória de Mariana, operária das indústrias conserveiras da cidade, assassinada em 1911, durante a Primeira República.

Encomendado a Jorge Pé-Curto, o busto de uma figura feminina vendada, esculpido em mármore, lembra mais rapidamente o retrato da deusa Dice ou Iustitia, imagem iconográfica da "Justiça" do Direito Romano e dos tribunais.

Mariana é uma personagem esquecida, mantida propositadamente longe da população que hoje habita as ruas que ela então percorreu, e a sua memória é mantida viva apenas por fruto de alguns e algumas historiadoras que se interessaram por este período, ou pela memória histórica dos movimentos sindicais e anarquistas.

A CMS, num comunicado de imprensa que dificilmente se distingue de um outro qualquer panfleto do PCP ou CGTP, afirma que o monumento evoca "*os "Fuzilamentos de Setúbal", como ficou conhecido o episódio ocorrido a 13 de março de 1911, na Avenida Luísa Todi, em que Mariana Torres e António Mendes, operários conserveiros, foram mortos numa ação de luta por melhores condições de trabalho*".

Esqueceram-se todos do pequeno detalhe de que Mariana caiu ensanguentada naquelas ruas porque acabava de ser cravejada de balas disparadas pela então recém-criada Guarda Nacional Republicana. Esqueceram-se também do que representou esse acto.

A traição com que os doutores da República presentearam aqueles e aquelas que lutaram nas barricadas da revolução Republicana foi servida pelas mãos daqueles que ontem, tal como hoje, aceitam sujar as mãos por um punhado de notas. A então "nova" polícia, criada para defender a causa Republicana, cedo demonstrou que nada acrescentava ao velho modelo repressivo e homicida com que até então a Monarquia lidava com os seus cidadãos. Era a mesma velha ideia de um corpo paramilitar de mercenários que servia as ordens dominantes em vez da população, mas com uma nova farda.

A fractura então criada teve repercussões nacionais e o curso da história de Portugal é condicionado pelas ondas de choque que daí decorreram. O movimento sindical e operário radicalizou-se e as correntes anarquistas viriam a tornar a experiência portuguesa num legado rico e variado de associações de classe, sindicais, mutualistas e cooperativas, que viriam muitas delas, mais tarde, a sucumbir perante o sufoco fascista do Estado Novo.

Detalhes que a Câmara de Setúbal conscientemente apaga da memória coletiva da cidade. Exagero?

Em Fevereiro de 2016 fez um ano que um outro jovem operário, este da indústria naval, foi morto pela polícia em Setúbal. Não foi certamente num confronto político, ou, muito menos, numa heróica greve. A sua morte não provocou indignação nem mobilizações nacionais. Não provocou greves gerais, nem pôs a polícia numa situação delicada e vulnerável perante a cidade. Não, o Nuno não teve essa "sorte". A sua morte foi totalmente vazia, sem sentido, sem idealismo. Reflexo nítido da sociedade em que vivemos e do fosso que nos separa desses idos tempos onde as pessoas davam a vida umas pelas outras e pela dignidade de todos.

E o que faz a Câmara de Setúbal perante um caso em que, fora os relatos, chamadas e mensagens, existem ainda imagens de vídeo que poderão, ou não, provar o assassinato, mas que já provaram que a polícia mentiu, ao afirmar que nunca tinha estado presente no local onde mataram o Nuno "Fantasma"? Nada, silêncio absoluto.

Ou como há dois anos, aquando da morte do jovem Ruben, no bairro das Manteigadas. Ou como em todas as mortes evitáveis e criminosas às mãos da Polícia em Setúbal. Ou como há cinco anos, quando a polícia decidiu disparar balas reais sobre uma manifestação do 1º de Maio, ironicamente, na mesma praça onde hoje está a estátua de Mariana (vídeo disponível em: https://goo.gl/CSd7lC).

E, quando fala a atual presidente da Câmara, eleita pelo Partido Comunista Português, que se define como partido operário, é para reclamar a necessidade de mais polícia, ironicamente os mesmos carrascos dessa juventude operária e um enorme fator de insegurança e criminalidade em Setúbal.

A impunidade e a proteção de que gozam algumas figuras, grupos e instituições nesta cidade, só é ultrapassada, em dimensão, pela corrupção e actividades criminosas em que os mesmos estão afundados. É aqui, e só aqui, que pode ser enquadrado o silêncio absurdo e cúmplice da CMS em relação ao mais recente assassinato cometido pela polícia.

O resto do caminho sujo das várias autoridades municipais em relação a toda a dissidência política da cidade, histórica ou actual, que censura as paredes que reivindicavam uma *"Setúbal cidade Rebelde"* e as transforma em *"Setúbal mais Bonita"*, ou que apaga toda a mensagem política que não seja de aparelho partidário, de preferência o de turno no poder, que esconde os sentimentos da população contra as cimenteiras na Serra da Arrábida, ou os impostos municipais asfixiantes.

A revisão histórica em curso está sobretudo presente na toponímia da cidade. O autor da estátua de Mariana Torres explica que esta aparece vendada para não ver o nome do industrial conserveiro, seu patrão, e um dos responsáveis pela sua morte, que dá nome à rua em frente à estátua. É assim, também, que as ruas de Setúbal apresentam Jaime Rebelo como sendo "apenas" o "*Homem da Boca Cerrada*", ou Aquilino Ribeiro como "*Democrata*", enquanto uma Avenida e uma rotunda já existentes são dedicadas a "Álvaro Cunhal - Dirigente Comunista".

Já Fantasma, Ruben, Tony e tantos outros não merecem ver o seu nome em ruas ou avenidas e são os mortos sem culpados de uma cidade e um poder que tem uma facilidade inata em criar e apoiar grupos e comportamentos mafiosos.

E para quem se esquece disso, ali está uma imagem irónica e uma placa hipócrita para que todos nos lembremos que, passados mais de cem anos desde a implementação deste modelo de sociedade, a Justiça que não serviu a Mariana ainda menos servirá ao Nuno.

A Selva Estreita

"Prefiro comer merda em conjunto do que o bom sozinho"

Gilbert Cardon

La Jungle Etroite (A Selva Estreita) é um filme documental de Benjamin Hennot sobre um jardim comestível nos interstícios da cidade belga Mouscrons, ao cuidado da Associação Fraternités Ouvriéres[1]. Intercalando imagens desse jardim surpreendentemente luxuriante e diverso com a fala do seu principal mentor Gilbert, o filme faz-nos entrar num universo verdejante, adubado a solidariedade e a uma lucidez bem-humorada e combativa.

Criada em 1969 por Josine e Gilbert Cardon, a Associação Fraternités Ouvriéres alberga, além deste jardim, um espaço biblioteca que agrega livros temáticos sobre agricultura e suas variantes e mais de 6.000 variedades de sementes biológicas compradas para serem depois vendidas a preços baixos, de forma a que toda a gente possa aceder às mesmas.

Um dos principais pilares do trabalho desta associação são os cursos gratuitos de horticultura que têm como intuito consciente a disseminação de hortas biológicas por todo o lado, onde haja gente e terreno. Curtindo o erro e o imprevisto, sem recorrer a especialistas e evitando a formação ou a eleição de tal tipo, trata-se sobretudo de fazer existir um tempo de encontro entre gentes para a troca gratuita e permanente de conhecimento sobre os modos de fazer uma agricultura sustentável. Aqui não se busca o lucro sobre o conhecimento adquirido. A partilha é um gesto político e agregador. Para Gilbert, "*tudo é possível se nos juntarmos*".

À altura em que o filme foi feito, em 2013, mais de 200 pessoas participavam nestes cursos, o que mostra bem o interesse e as vontades que despertam.

O jardim está também aberto a deambulações livres a quem o quiser visitar e gozar.

Gilbert, ex-sindicalista, lutador e crítico sagaz da sociedade de consumo é um jardineiro de pantufas que no filme nos guia por esse labirinto idílico que, apesar de estreito, encerra em si um oásis com mais de 2.000 espécies comestíveis. Um livro aberto sobre as técnicas que usa, não faz a apologia da vida saudável tal como é vendida hoje pelas indústrias eco ou mesmo pelos movimentos ecologistas mais alternativos, sendo aliás um crítico das condutas moralistas e elitistas que muitas vezes estes acarretam. Contra o controlo de todos os aspectos da vida, característico do mundo contemporâneo, neste jardim não se almeja a certificação bio, a sua comercialização lucrativa, ou sequer um qualquer modo de vida puro e prístino que perfume o capital.

Fala-se antes da horta como luta e espaço de criação, da potência revolucionária do fazer agrícola permacultor, na sua eficácia no uso do solo, a maior produtividade possível no menor terreno, da amplitude espiritual gerada pela solidariedade entre as gentes, pela preguiça contemplativa e atenta e pela generosidade com o entorno. **Huma e Catarina Rodrigues**

/// NOTAS

1 http://fraternitesouvrieres.over-blog.com/

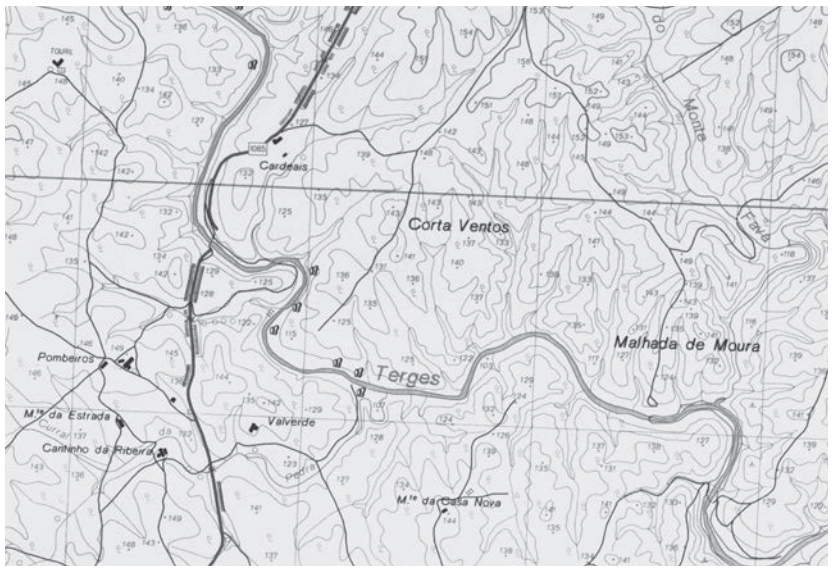
Na descoberta da natureza e memória das resistências, por entre propostas de percursos pedestres.

Ao salto dos montes: **Cantinho da Ribeira**

No concelho de Beja, depois de Baleizão e Catarina Eufémia, cabe à Trindade e ao Cantinho da Ribeira um lugar ainda hoje vivo no imaginário das resistências contra os senhores da terra. De vidas ceifadas pela ceifa impiedosa dos poderosos e pelas armas das polícias. O imaginário é alentejano, o narrador, por hábito e credo, comunista, mas as histórias formam parte de uma geografia e de um rosto universal onde haja gente que no seu ganha-pão não se contenta com as migalhas.

No Cantinho da Ribeira, um conjunto de Montes onde se encontram as ribeiras de Terges e Cobres a caminho do Guadiana, morreu em 1932 António de Dias Matos depois de um combate fervoroso com a guarda e a tropa, num um-contra-todos digno de filme. Em 2005, este era recordado num registo do Arquivo de História Oral de Beja, pelo maioral de ovelhas residente nesse lugar: "*O homem era um bocado de um homem, que devíamos ter cá hoje pelo menos um cento de homens daqueles, calhando as coisas não estavam mal conforme estão, pois. Era daqueles homens que não gostavam de lhes estarem assim fazendo coceguitas detrás da orelha*".

A história foi posta a escrito no retrato social desse Alentejo, que é *Seara de Vento*, romance de 1958 de Manuel da Fonseca (1911-1993). Tal como com a Planície Heróica de Manuel Ribeiro (1878-1941), que decorre ali ao lado nas terras de Albernoa, não podemos passar sem esta obra



se queremos conhecer o Alentejo do século passado. Do mesmo modo, cabe-nos agora o convite ao percurso pedestre *Pelos Montes do Cantinho da Ribeira* (descarregável no *site* do município de Beja), para conhecer esta história imortalizada por Manuel da Fonseca.

Em 1932, o caso ficou conhecido para a história como "A tragédia de Beja". Tal como o personagem Palma de Manuel da Fonseca (que transporta os acontecimentos à década de 50), o homem é António de Dias Matos, do Monte da Pereira, trabalhador rural falsamente acusado pelo senhor da terra de roubo de cereais, vindo-se a dizer depois pelo povo que a responsabilidade do roubo coubera a um dos filhos do agricultor. Mas o que a lei cumpria era o que o posicionado senhor da terra ditava, e não a sabedoria popular. Prendem António Matos e levam igualmente para o posto de Beja a sua mulher. Numa história que o tempo eterniza, esta surge morta na cela da esquadra. Ter-se-ia, na versão oficial, enforcado com o seu próprio lenço. O companheiro e pai de sete filhos é liberto pela ausência de factos, mas entre a falta de trabalho e comida, apenas tem lugar para alimentar a sua revolta. E, carregando-a mais do que ao seu expediente contrabandista, carrega a arma e as munições, direito à Herdade da Moleneta. E três da família do agrário ali ficam logo. Regressa a sua casa e aguarda. A primeira guarda volta atrás repelida, e é em força e com metralhadora da tropa que o cerco se faz. Manuel da Fonseca ainda terá guardado para si uma das muitas balas que ficaram cravadas nas taipas da casa. A luta é feroz e só depois de despachados para o hospital uns tantos guardas e para lá deste mundo o comandante da operação, é que se cravam as balas e as mãos em António de Dias Matos. Aprisionado pede água no caminho, mas apenas recebe a última bala no peito.

A história digna de filme assim o será. Em Março deste ano começaram as primeiras filmagens da adaptação ao cinema de *Seara de Vento* por Sérgio Tréfaut, que já dera a conhecer a região no documentário "*Alentejo, Alentejo*" (2014) regressando uma vez mais às raízes familiares paternas e comunistas. O Cantinho da Ribeira é um desses episódios que sem o conhecermos não podemos entender esta vasta paisagem e tão pouco caminhar e saber na seara o que nos diz o vento.

A rota circular soma 18.5 km com uma variante de 1,3 km e duração aproximada de 5h. Tem início na Junta de Freguesia da Trindade e é toda ela integrada na ZPE (Zona de Protecção Especial) de Castro Verde, área de conservação de avifauna estepária como a abetarda ou o peneireiro-das-torres. Junta-se-lhe à paisagem cerealífera e à vinha da Herdade da Mingorra, algum montado de azinho junto da ribeira de Terges, acrescida da beleza aí pela vegetação ribeirinha e pelo terreno, terreno acidentado que se diz os homens, de tempos a tempos, percorrem. **F.N.**

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 13
Maio-Julho 2016

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
Morada da redacção: Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão, Site e Distribuição:

M.Lima*, IA*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, A.P, Ali Baba*, Júlio Silvestre*, Inês Rodrigues*, Granado da Silva*, Olegário Bigodes, X. Espada, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, J. Martins, , Jorge Valadas, Bruno Afonso, Frederico Martins, Miguel Fidalgo, MC, Ivan Gallego, Ana Brás Gonçalves, Fabíola Prado, Pedro Fidalgo, Rita Serra, Alexandre Ferreira, M. Ricardo de Sousa, Catarina Rodrigues, Vladimir Vilzborov

Capa: Cianotipia de **Inês Xavier** [refrassao.blogspot.pt]

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 13
MAIO-JULHO 2016
3000 EXEMPLARES

Não podia estar melhor (o paraíso dos plutocratas)

JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT

As recentes revelações no caso *"Documentos do Panamá"* pouco acrescentam ao que já se sabia sobre o destino generalizado das grandes fortunas. Que figuras proeminentes da política e dos negócios utilizem esquemas de luxo montados por bancos, empresas financeiras e escritórios de advogados, para ocultar a riqueza subtraída ao resto da sociedade, não é motivo de espanto, e não é de todo uma excepção. Afinal de contas, os "paraísos fiscais" ou a "livre" circulação de capitais representam o desenvolvimento lógico da ordem económica vigente e das instituições que a sustentam. Exemplos não faltam: Jean-Claude Juncker, actual presidente da Comissão Europeia, foi primeiro-ministro e ministro das finanças do Luxemburgo, durante o período em que centenas de multinacionais fizeram acordos secretos com o seu governo, ficando isentas de pagar milhões em impostos, nos países onde mantinham actividade. Para a maioria dos habitantes desses países, não os milionários, mas aqueles que não têm acesso à "consultoria financeira" dos *offshores* ou à cumplicidade dos governantes, as leis fiscais são para cumprir com mão de ferro. Em Portugal isto é já uma banalidade, basta recordar os casos dos bancos que de igual modo fizeram desaparecer milhões, e depois foram resgatados com dinheiro dos contribuintes. O sistema legal é inexorável quando se trata de punir o comum dos cidadãos com impostos, hipotecas ou despejos, e flexível a ponto de permitir o livre-arbítrio aos especuladores da finança. A questão da legalidade ou da licitude torna-se irrelevante: a colusão de interesses financeiros com as instituições que definem o Estado é uma das características fundamentais do capitalismo, e por consequência, a corrupção das suas instituições é inevitável.

A "liberdade económica" do plutocrata é garantida por uma matriz organizativa, hoje globalizada, de onde emergem as condições necessárias para que as elites possam acumular riqueza, delapidar recursos naturais, e manter o resto da população num regime de pobreza ou escravatura assalariada. Além da facultada evasão fiscal, o sucesso do "empreendedor", ou da classe gestora das grandes empresas – nos sectores do comércio, da indústria ou das finanças – está em conseguir obter lucros, imputando os custos aos contribuintes, à sociedade em geral, e ao meio-ambiente. O Estado, além de impor esta ordem social, garante exclusividade aos bancos – agentes do sistema financeiro - cria os entraves necessários à competição de alternativas económicas, e suporta os monopólios corporativos gerados a partir de direitos "artificiais", como é exemplo a "propriedade intelectual". A sua vertente "social" serve apenas para pacificar a contestação, e assegurar um modelo de governação que tudo regula e administra em função da plutocracia... Assim funciona a "economia de mercado" e a "competitividade" proposta pela ideologia dominante, que na sua essência representa o que de mais perverso se pode extrair do liberalismo e do socialismo: direitos, benefícios, prosperidade e livre-arbítrio, para dirigentes e privilegiados; regulações, rendas, impostos e tarifas, para o resto... Com um aparato tecnológico e militar em constante aperfeiçoamento, melhor não poderia estar para os actores da catástrofe geopolítica, os senhores da guerra, e toda a gama de ricos e poderosos que condicionam a vida de milhões de pessoas.

Vive-se hoje uma espécie de regime "feudal" modernizado, de dimensão planetária. Contra este inimigo, que também não reconhece fronteiras, é necessário opor outro mundo, fora da burocracia estatal e do jogo político. Aprovar leis fiscais mais restritas, acabar com o sigilo bancário, nacionalizar a banca, é apenas reformar o que não tem reforma possível. É certo que a economia paralela reproduz o capitalismo na sombra da legislação. O que precisamos então é de uma verdadeira contra-economia, de cooperativas, de sistemas de crédito mútuo, fora do sistema monetário e da usura dos bancos, fora dos privilégios e da escassez "artificial", fora dos impostos que alimentam o Estado. Precisamos de libertar espaços, desmonetizar actividades, afastar dirigentes, gerir recursos colectivamente, criar as nossas próprias instituições de apoio mútuo. Precisamos igualmente de expandir a solidariedade a nível planetário, contra esta mega-estrutura destruidora. Precisamos de tudo o que estiver ao nosso alcance...

MAPA BORRADO
HEI, O TEU LIVRO SOBRE CULTURA QUEER TEM UMA REVIEW NESTA REVISTA DE GRANDE CIRCULAÇÃO!!
"UNDERGROUND O SUFICIENTE PARA IMPRESSIONAR OS AMIGOS AO JANTAR" ???!!!
MAS QUE MERDA É ESTA ???!!!
NÃO É PORREIRO ISSO TER ALGUMA VISIBILIDADE PÚBLICA?
VISIBILIDADE?? ESVAZIAMENTO DE SUBSTÂNCIA CRÍTICA, QUERES TU DIZER ...
O CAPITALISMO DITO "TARDIO" SÓ ASSIM CONSEGUE FUNCIONAR: ABSORVE E VACINA QUALQUER SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA...
BOM... SÓ NOS RESTA DESTRUIR TODAS AS IMAGENS SUBVERSIVAS ANTES QUE SEJAM APROPRIADAS...
QUEIMA ESSAS ROUPAS PUNK...
RRRRRRRRR
RRASPP
...NÃO PASSAM DE BENS CONSUMÍVEIS...
TEREMOS DE APAGAR OS NOSSOS MURAIS CONTESTATÁRIOS!!! A STREET-ART ALIMENTA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA
SACRIFICAR AS NOSSAS CRIAÇÕES COMO MANIFESTAÇÃO DE FORÇA!!!
TENHO MEDO...
FICAM AS LEIS DO DESEJO SEM TRADUÇÃO NENHUMA...
...FICAM AS IDEIAS EM ESTADO PURO...
JOSÉ SMITH VARGAS
TAMBÉM VAIS QUEIMAR OS TEUS DISCOS?
NAAA... É NOISE EXPERIMENTAL!! NINGUÉM PEGA NISTO!!